

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

RENATO FARIAS DOS SANTOS

**O ACOLHIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: A EXPERIÊNCIA
DO NÚCLEO DE TRABALHO EDUCATIVO DA EPA**

Porto Alegre
2018

RENATO FARIAS DOS SANTOS

O ACOLHIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: A EXPERIÊNCIA DO
NÚCLEO DE TRABALHO EDUCATIVO DA EPA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Clara Bueno Fischer
Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação

Porto Alegre
2018
RENATO FARIAS DOS SANTOS

**O ACOLHIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: A EXPERIÊNCIA
DO NÚCLEO DE TRABALHO EDUCATIVO DA EPA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Aprovado em 16 de março de 2018.

Prof.a Dr^a Maria Clara Bueno Fischer - Orientadora

Prof.^a Dr^a. Ana Cláudia Ferreira Godinho - UFRGS

Prof.^a Dr^a. Sita Mara Lopes Sant'Anna - UERGS

Prof.^a Dr^a. Naira Lisboa Franzoi – UFRGS

CIP - Catalogação na Publicação

Santos, Renato Farias dos O Acolhimento da População em Situação de Rua: A experiência do Núcleo de Trabalho Educativo da EPA / Renato Farias dos Santos. -- 2018.

124 f.

Orientador: Fischer Maria Clara Bueno.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. População em Situação de Rua. 3. Trabalho e Educação. 4. Acolhimento. I. Maria Clara Bueno, Fischer, orient.
II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

AGRADECIMENTO

A todos que acompanharam a minha vida durante o período do mestrado, aos que me incentivaram, apoiaram e estiveram ao meu lado, àqueles que deixei muitas vezes de lado, pois o tempo, muitas vezes, não me permitia o dispêndio solto de momentos alegres.

Aos professores que na semelhança de Freire mostraram que “ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção”.

De uma forma especial a minha orientadora Prof.^a Maria Clara Bueno Fisher pelo carinho e dedicação.

Aos professores e funcionários da EPA, por sua incansável luta pela educação e justiça social.

E aos estudantes por ousarem enfrentar uma estrutura social que tenta lhes roubar o brilho da vida, os sonhos e a esperança.

RESUMO

Esta dissertação se situa no campo de estudos Trabalho e Educação. Teve como objetivo analisar a concepção e prática de acolhimento da Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA) à população em situação de rua, expressa no Núcleo de Trabalho Educativo (NTE). Foi realizado um estudo de caso sobre a EPA, como escola de Educação de Jovens e Adultos (EJA) que prioriza o atendimento à população em situação de rua; neste sentido, procurou-se caracterizar o público potencial da EJA e a população em situação de rua como parte deste público. Procurou-se definir o acolhimento a partir de como se expressa no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e na prática diária, além de nas demais políticas. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a história da escola e para isto buscou-se informações em trabalhos de conclusão, dissertações e teses feitas sobre a escola, além de publicações, como sites e redes sociais, que pudessem fornecer informações sobre a história da escola e seu contexto. Também foi realizada uma pesquisa documental que buscou diversas produções, tais como PPP da escola, regimentos, jornais da escola, reportagens, planos anuais, relatórios, legislações e outros que se referem à EPA. Dentro deste processo de análise o NTE foi, também, priorizado já que a pesquisa começa na escola, mas tem seu foco neste espaço; sendo analisada a sua história, o seu lugar na escola e no PPP. Paralelamente à pesquisa bibliográfica e documental foi realizada uma observação participante, onde o pesquisador, professor – hoje na direção desta escola, participou de reuniões do NTE, acompanhou o trabalho das oficinas, manteve um contato permanente com estudantes e professores do NTE durante seu período de trabalho e em outros espaços reservados especialmente para isso. Foram realizadas entrevistas reflexivas com estudantes e professores buscando conhecer sua experiência escolar e de trabalho e, também, porque retornam à escola, matriculando-se na EPA, e além disso, porque buscam o trabalho educativo e que impacto ele tem para suas vidas e projetos. A pesquisa faz uma caracterização da população em situação de rua e dos/as estudantes da EPA, e discorre sobre o significado do acolhimento em diversas áreas como a saúde, a assistência social e a educação, trazendo, então, a experiência da EPA e do NTE. Procurou-se conhecer as experiências escolares dos/as estudantes, as perspectivas de vida, a importância desta escola, e do Núcleo de Trabalho de Trabalho Educativo como espaço de acolhimento, como este pode ajudá-los a construir seus sonhos. A discussão do trabalho como princípio educativo, do não trabalho e do trabalho precário permeiam todos os passos da pesquisa.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Trabalho e Educação; População em Situação de Rua e Acolhimento.

ABSTRACT

This dissertation is in the field of studies *Labor and Education*. The purpose of this study was to analyze the design and practice of embracement at *Escola Municipal de Ensino Fundamental* (Municipal School of Primary Education) *Porto Alegre – EPA* for the homeless population, expressed in the *Núcleo de Trabalho Educativo* (Center for Educational Work) – *NTE*. A case study was carried out at EPA, as a school for *Educação de Jovens e Adultos – EJA* (Youth and Adult Education), which prioritized attendance to the population in homeless situation, I tried to characterize the potential target of the EJA and the population in homeless situation of as part of this potential target. I sought to define the embracement from what is expressed in the Political and Pedagogical Project; in the daily practice and other policies. A bibliographical research was done on the story of the school and due to this I sought information on dissertations and papers, as well as publications such as sites, social networks that could provide information about the school's story and context. A documentary research was also carried out that looked for several productions, such as *Projetos Político Pedagógicos – PPP* (Political and Pedagogical Project, School Rules, school newspapers, news, annual plans, annual reports, legislation and any fonts that refer to EPA. Within this process, the NTE was also prioritized, since the research begins in the school, but has its focus in this space, being analyzed its story, its place in the school and in the Political and Pedagogical Project. Parallel to the bibliographical and documental research, a participant observation was made, where I, as researcher, teacher, nowadays the principal of this school, participated in meetings of the NTE, followed the work of the workshops, maintaining a permanent contact with students and teachers of the NTE during their work time and in times specially reserved for this purpose. Reflective interviews were conducted with students and teachers seeking to know their school and work experience and why do they return to school through the EPA; why are they looking for educational work and what impact has it on their lives and plans. The research is a characterization of the homeless population and EPA students, it discusses the meaning of the embracement in several areas such as health, care and see how it is approached in the area of education, bringing the experience of EPA and NTE. I sought to know the students' school experiences, the importance of EPA, and NTE as embracement space, life perspectives and how can NTE help them to build their dreams. The discussion of work as an educational principle, workless and precarious work permeates all steps of this research.

Keywords: Youth and Adult Education; Work and education; Homeless People and Embracement.

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1: Local de moradia – Estudantes da EPA.....	28
Tabela 2: Idade / Anos iniciais ou finais	29
Tabela 3: Gênero EPA	29
Tabela 4: Gênero EJA Brasil	30
Tabela 5: Raça/Cor EPA	30
Tabela 6: Raça/Cor EJA Brasil	31
Tabela 7: Local de nascimento EPA	31
Tabela 8: Pesquisa sobre a população em situação de rua.....	35
Tabela 9: Motivo pelos quais não estão exercendo profissão	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASAFON – Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional
CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica
CME – Conselho Municipal de Educação
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EcoSol PopRua – Economia Solidária com População em Situação de Rua
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental
EPA – Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre
FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania
FASE – Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul
FEDERASUL – Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul
FESC – Fundação de Educação Social e Comunitária
IBGE – Instituto Brasileiro de Economia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LABORS – Laboratório de Observação Social
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MEC – Ministério de Educação
MNPR – Movimento Nacional da População de Rua
NCC – Núcleo de Comunicação e Cultura
NEA – Núcleo de Educação Ambiental
NTE – Núcleo de Trabalho Educativo
Observa POA – Observatório da cidade de Porto Alegre
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OP – Orçamento Participativo
PAO – Plano de Aplicação Orçamentária individual

PEA – População Economicamente Ativa
PMPA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNH/SUS – Política Nacional de Humanização do Sistema Único de Saúde.
PPP – Projeto Político Pedagógico
PROCEMPA – Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC – Pontifícia Universidade Católica
RS – Rio Grande do Sul
SAIA – Serviço de Acolhimento, Integração e Acompanhamento
SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEJA – Serviço de Educação de Jovens e Adultos
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SMED – Secretaria Municipal de Educação
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Sumário

1. INTRODUÇÃO	11
2. O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	14
2.1 TEMÁTICAS, AUTORES E OBRAS	16
2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
3. QUEM SÃO ESTES SUJEITOS DA EJA.....	24
4. A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	33
4.1 CARACTERIZAÇÃO	33
4.2 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CONTEXTO DO TRABALHO.....	36
5. A ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PORTO ALEGRE – A EPA	40
5.1 UM BREVE HISTÓRICO.....	41
6. O NÚCLEO DE TRABALHO EDUCATIVO	48
7. O ACOLHIMENTO NA EPA	55
7.1 O ACOLHIMENTO E O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	57
7.2 O ACOLHIMENTO NA SAÚDE	59
7.3 O ACOLHIMENTO NA EDUCAÇÃO.....	60
7.4 O ACOLHIMENTO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DA EPA.....	63
8. O QUE PENSAM OS ESTUDANTES E PROFESSORES	68
8.1 A EXPERIÊNCIA ESCOLAR E A EPA.....	71
8.2 PARTICIPANDO DO NÚCLEO DE TRABALHO EDUCATIVO	74
8.3 COMO É PARTICIPAR DO NTE? O BOM, O RUIM E O QUE PODE MELHORAR	77
8.4 EXPERIÊNCIA DE TRABALHO	80
8.5 O SONHO DE TRABALHO E DE VIDA	82
8.6 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA EPA	84
8.7 MAS AFINAL, O QUE NOS DIZEM OS ESTUDANTES E PROFESSORAS?.....	85
9. O ACOLHIMENTO NO NÚCLEO DE TRABALHO EDUCATIVO: SÍNTESE E.....	89
9.1 A POPULAÇÃO DE RUA E A EDUCAÇÃO.....	89
9.2 A RUA ENCONTRA UM LUGAR NA ESCOLA	91
9.3 O NÚCLEO DE TRABALHO EDUCATIVO	94
9.4 A CARACTERÍSTICA DO ACOLHIMENTO NO NTE	96
9.5 LIMITES E PERSPECTIVAS.....	99
10. REFERÊNCIAS	104
11. ANEXOS.....	116
11.1 ACOLHIMENTO: UM CONCEITO A SER DISCUTIDO (TEXTO AUXILIAR)	116
11.2 TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO	119
11.3 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	121
11.4 ENTREVISTA COM OS ESTUDANTES	123

11.5	ENTREVISTA COM OS PROFESSORES	125
------	-------------------------------------	-----

1. INTRODUÇÃO

A população no Brasil conforme o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE) era de 190.732.694 habitantes; e, Porto Alegre tinha 1.409.351 habitantes, segundo as últimas expectativas divulgadas¹ por este instituto, sendo ela a décima cidade mais populosa do país. Embora o censo populacional analise indicadores sociais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a renda, a precariedades das habitações, entre outros, ele não apresenta dados específicos sobre a população em situação de rua no Brasil².

Conforme o documento Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008, p.9), combinando as pesquisas realizadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 2007 com pesquisas de outras cidades, as quais não haviam sido abrangidas, poderiam ser estimadas em torno de 50.000 pessoas em situação de rua nas capitais de Estados (e Distrito Federal) e cidades com mais de 300.000 habitantes. A Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2008, p. 10), que foi realizada durante os anos 2007 e 2008, informava existirem 31.922 pessoas em situação de rua, sendo que 48,4% desta população não concluiu o primeiro grau. Já o Censo do Sistema Único da Assistência Social (Censo Suas), que utiliza dados de 1924 municípios, estimou que, em 2015, tínhamos 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil; considerando-se que seja mantida a mesma proporção de pessoas que não concluíram o ensino fundamental, teríamos agora quase 50.000 pessoas nesta condição.

Este grande número de pessoas em Situação de Rua é de fácil percepção para quem transita nas ruas de Porto Alegre, e que pode ser confirmado pelo relatório final do Cadastro e Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre, realizado, em 2016, pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Este fruto do contrato com a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) que encontrou 2.115 adultos em situação de rua. Destes, 1.758 aceitaram participar da pesquisa e foram cadastrados, tendo sido realizadas entrevistas por amostragem com 25% deste número. Quanto à escolaridade, 1% declarou nunca ter ido à escola, 6% serem analfabetos e 57,4% não terem completado o ensino fundamental.

¹ IBGE divulga as estimativas populacionais para dos municípios para 2017. Agência IBGE Notícias. IBGE, Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/16131-ibge-divulgaas-estimativas-populacionais-dos-municipios-para-2017.html> > Acesso em 25 jan. 2016.

² Conforme Natalino (2016, p.7), “O Brasil não conta com dados oficiais sobre a população em situação de rua” o que, segundo ele “prejudica a implantação de políticas públicas voltadas para este contingente”.

Os números encontrados no relatório do Cadastro publicado pela FASC, têm sido contestados pelo Movimento Nacional da População de Rua, como será melhor especificado posteriormente (ver p.35). Mesmo sem o número exato de pessoas em situação de rua, tanto no Brasil como em Porto Alegre, não há dúvida que esta população se constitui como público potencial da Educação de Jovens e Adultos (EJA). No entanto, pouco se tem notícias de escolas que estejam voltadas para o seu atendimento. Uma das poucas escolas que busca atender a esta população, no Brasil, é a Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre ou, como é mais conhecida, a EPA, que foi escolhida como campo para esta pesquisa. Além desta também há a Escola de Meninos e Meninas do Parque (SOUZA, 2014), localizada em Brasília³, que, assim como a EPA, foi inaugurada em 1995.

A partir deste contexto, passei a desenvolver esta pesquisa, tendo como objeto de estudo a EPA e, mais especificamente, o Núcleo de Trabalho Educativo. Sendo o lócus da escola em que se pode encontrar uma importante dimensão do trabalho político-pedagógico: o **acolhimento** de adultos/as que têm sido sistematicamente excluídos da educação formal e destituídos de seus direitos humanos fundamentais.

Para realizar a investigação, apoiei-me no materialismo histórico dialético e na abordagem qualitativa de pesquisa. Ao longo do texto as análises consideraram a inserção da problemática das pessoas em situação de rua como parte do funcionamento contraditório do sistema capitalista na sua especificidade histórica brasileira, particularmente, na cidade de Porto Alegre. Realizei uma pesquisa documental, utilizando principalmente os arquivos da escola, buscando reconstituir a história e a forma de funcionamento do Núcleo de Trabalho Educativo. Analisei os registros do Sistema de Informações Educacionais (SIE)⁴ e realizei entrevistas com estudantes e professores/as. Também foi realizada uma observação participante a partir da própria rotina de trabalho do pesquisador⁵. Estes procedimentos, bem como o detalhamento dos objetivos específicos, são apresentados no primeiro capítulo.

Logo a seguir, procuro identificar quem são os sujeitos da EJA, buscando destacar as características daqueles que procuram esta modalidade ou que podem ser identificados como o seu público potencial. O perfil dos estudantes da EJA é apresentado a partir de sua faixa etária, gênero, cor ou etnia e a presença de outras características como a presença de alunos/as com

³ Para conhecer melhor veja a matéria com informações sobre a Escola de Meninos e Meninas do Parque em Brasília: < <https://www.youtube.com/watch?v=5SutUsUmGPg> > Acesso em 30 mai. 2017.

⁴ Sistema informatizado de controle de dados escolares da Rede Municipal de Ensino, mantido pela Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre (Procempa).

⁵ O pesquisador inicia a pesquisa como Coordenador Pedagógico da EMEF Porto Alegre, assumindo posteriormente a Direção da escola.

deficiências. Ao mesmo tempo procuro verificar como situam-se os jovens e adultos/as em Situação de Rua, neste contexto e, por fim, situar o perfil dos estudantes da EPA vis a vis o universo mais geral do público da EJA.

Completando o cenário procuro caracterizar a população em situação de rua, entendendo o significado desta categoria a partir da legislação específica, das definições apresentadas pelos órgãos que executam políticas afins e por autores que procuram entendê-la. Faço uma apresentação de suas características principais, sua localização nos espaços públicos, suas estratégias de sobrevivência. Analiso como situam-se socialmente além de como são vistos e atendidos pelas políticas públicas sociais e demais serviços públicos.

Após, apresento a história da EPA desde a sua origem, que foi no seu projeto, uma escola que deveria dar uma resposta à exclusão escolar de crianças e adolescentes em situação de rua e que procuraria construir uma proposta pedagógica adaptada às características do seu público alvo; passando, posteriormente (2009) a atuar na modalidade da EJA, e seguindo sua trajetória até sofrer a tentativa de fechamento por parte da mantenedora. Destaco a reação da comunidade escolar que não aceita o fechamento, buscando o apoio de movimentos e entidades sociais, órgãos legislativos e judiciários, criando, assim, uma grande mobilização social em torno da defesa da escola. Isto acaba resultando no aumento do número de estudantes e numa maior projeção política. Em contrapartida, no ano de 2015 obteve premiação estadual⁶ como referência em educação no Estado do Rio Grande do Sul e, em 2017, recebeu o diploma de Honra ao Mérito pela participação no Prêmio Darci Ribeiro.

No detalhamento da trajetória da EPA, relaciono sua história, características e transformações com o contexto histórico onde situa-se. Demonstrando que sua participação social, sua inserção em grupos de trabalho (GTs), intersecretarias e nas redes de políticas sociais são formas de garantir os direitos dos seus estudantes à educação e às demais políticas públicas.

O Núcleo de Trabalho Educativo (NTE) é referenciado no Projeto Político Pedagógico – 2014 (EMEF Porto Alegre, 2014, p.4) como um dos principais diferenciais da escola, junto com o Serviço de Acolhimento Integração e Acompanhamento (SAIA) que conforme Stumpf (2015, p. 8) é um projeto inovador criado pela EPA “para além do SOE das escolas regulares, pois entende que cada estudante demanda acompanhamento no todo e integralmente no seu desenvolvimento, estabelecendo a ligação do SAIA ao pedagógico”.

⁶ Premiação “Líderes e Vencedores/Referência Educacional no RS” organizada pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e pela Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul – Federasul, no ano de 2015.

O Núcleo de Trabalho Educativo é o principal objeto de análise desta pesquisa sendo apresentado em um capítulo específico. Neste capítulo é analisada a sua criação, seus objetivos, suas relações internas e externas que são estabelecidas com o conjunto da escola e com a comunidade, além de sua organização e as transformações pelas quais têm passado.

Constitui capítulo específico a análise do conceito “acolhimento”, elemento fundamental para a análise da práxis da EPA, e em especial, do NTE. O acolhimento é citado na questão que orienta esta pesquisa, está presente no seu PPP e constitui-se como elemento chave da ação pedagógica.

O resultado e análise das entrevistas realizadas com estudantes do NTE são apresentados no último capítulo, no qual é realizada a análise das motivações dos/as estudantes ao retornar para a escola; o diferencial da proposta pedagógica da EPA em relação à outras escolas e como isso se expressa na prática do NTE; quais razões levaram os estudantes a participar do NTE; quais outras experiências de formação para o trabalho e de trabalho que eles vivenciaram; qual o significado da escola e do NTE para o momento presente dos/as estudantes e para seus projetos futuro. O último foco das entrevistas foi a própria formação para a economia solidária, da qual os/as estudantes do NTE participaram por três anos. É neste momento, também, que é feita uma triangulação com a observação participante, onde são confrontadas as falas de estudantes e de professores com o cotidiano da escola.

Por fim, apresento as conclusões do presente trabalho, tomando como referência a questão central de pesquisa e seus objetivos, discutindo a importância desta para a escola, bem como quais contribuições a produção de conhecimento resultante pode trazer para a Educação de Jovens e Adultos. Particularmente na discussão das vinculações entre a educação e o trabalho, e, para um público potencial desta modalidade de ensino com suas características e necessidades pedagógicas particulares: a população em situação de rua, grupo cuja especificidade pouco tem sido levada em conta pela escola regular.

2. O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Esta pesquisa desenvolveu-se a partir da seguinte questão orientadora: Como a perspectiva político-pedagógica de acolhimento da População em Situação de Rua⁷ da EPA se expressa na atuação do Núcleo de Trabalho Educativo (NTE) desta escola? Partindo da hipótese de que o NTE da EPA é um espaço que, na forma como vincula trabalho e educação, desenvolve

⁷ O conceito de População em situação de rua é desenvolvido em capítulo específico.

uma proposta de acolhimento que possibilita aos estudantes em situação de rua e vulnerabilidade social (excluídos de outros espaços educacionais, bem como do mundo do trabalho formal) vivenciar uma possibilidade de permanência e sucesso na escola. Ao mesmo tempo em que constroem possibilidades de aproximação ou reinserção no mundo do trabalho, criando condições para a (re)construção de projetos de vida.

Tendo como objetivo geral: Analisar a concepção e prática de acolhimento da EPA à população em situação de rua, expressa no Núcleo de Trabalho Educativo da escola, defini os seguintes objetivos específicos:

- a) Apresentar aspectos da história da Escola Porto Alegre, contextualizando-os em momentos políticos e sociais pertinentes;
- b) Identificar e analisar características do Projeto Político Pedagógico da EPA pertinentes ao foco do estudo;
- c) Apresentar e analisar aspectos relevantes da história do Núcleo de Trabalho Educativo na EPA;
- d) Descrever e analisar a proposta pedagógica e o funcionamento atual do NTE;
- e) Identificar e descrever as principais características dos estudantes da EPA;
- f) Identificar e analisar as relações que os estudantes que frequentam o NTE estabelecem com o mundo do trabalho, considerando suas experiências pregressas, atuais e projeções futuras;
- g) Analisar a relevância do NTE, sob a ótica dos estudantes que participam deste projeto e de professores que atuam, ou já atuaram neste espaço.

Conforme Gadotti (2006, p. 23) “a prática é o critério de verdade da teoria, pois o conhecimento parte da prática e a ela volta dialeticamente” Desta forma, realizar esta pesquisa implicou, em primeiro lugar, debruçar-me sobre uma concepção teórica que embasa o trabalho realizado naquele espaço. Esta, que é construída a partir da prática e de referenciais teóricos comprometidos com a transformação social, e, inspirada na ideia de uma educação cidadã voltada à formação de sujeitos conscientes e autônomos. Em segundo lugar, significou focalizar o olhar na prática que tem-se desenvolvido na escola e nas oficinas do NTE, partindo da história da escola, nos seus diversos períodos de existência; e, também, da história de estudantes, conhecendo suas trajetórias de vida e de escola, relações desenvolvidas com o mundo do trabalho e seus projetos para o futuro. A proposta de analisar o Núcleo de Trabalho Educativo

da EPA levou-me ante a um processo histórico permeado de contradições, de disputas de poder e de interesses de classe que têm movido o objeto de estudo.

Esta pesquisa orientou-se por um posicionamento político que rejeita a exploração e o domínio do capital sobre o trabalho, nas mais diversas formas como isso se apresenta – enfatizando a exclusão do trabalho. Sendo assim, a proposta político-pedagógica do NTE na EPA é inspirada, num sentido político estratégico, no desejo de avaliar o seu alcance como instrumento a serviço da emancipação dos estudantes que a frequentam.

2.1 TEMÁTICAS, AUTORES E OBRAS

As principais temáticas da pesquisa são: Educação de Jovens e Adultos; Trabalho e Educação; População em Situação de Rua e Acolhimento. Os principais autores, obras e conceitos com os quais serão estabelecidos diálogos para tratar das destas temáticas que permeiam toda a pesquisa são:

- **Paulo Freire** é o principal referencial teórico utilizado pela EPA, a base onde alicerçam-se os princípios políticos pedagógicos desta escola. É impossível discutir a EPA, como escola comprometida com a Educação Popular, sem um diálogo constante com a produção de Paulo Freire, pois ela constitui-se a partir de conceitos do autor como no caso da *cidadania*; esta que a Escola Cidadã procura viabilizar pela formação libertadora, propondo a leitura da palavra associada à leitura do mundo “para operar transformação com vistas a vivência da cidadania” (HERBERT, 2008, p.75). Possibilitando, portanto, aos estudantes a consciência dos seus direitos, o exercício da liberdade e da autonomia e a participação democrática, libertadora, transformadora no mundo. É essencial, para a compreensão desta pesquisa e, principalmente para a história da EPA, resgatar o conceito Freireano da *linguagem* como a possibilidade de aproximar palavras e ideias da realidade vivida pelos estudantes, problematizando, discutindo as diferenças de significados, exercendo o “respeito aos saberes do educando” (FREIRE, 1997, p. 33) e praticando a constante troca destes saberes entre os estudantes e os professores, estimulando o seu posicionamento como seres de inserção no mundo. Entre tantos outros, é essencial buscar o conceito de Freire sobre da *educação como ato político*, para entender o papel de uma escola que toma posição diante de projetos distintos que se colocam em disputa na sociedade, tendo clareza “a favor de quem e do quê, portanto contra quem e contra o que fazemos a educação e a favor de quem e do quê, portanto contra quem e contra o quê, desenvolvemos a atividade política (FREIRE, 1989, p. 15).

- **Ricardo Antunes**, particularmente no seu livro *O Caracol e a Concha* (2005), é um importante referencial para que se possa pensar sobre o desemprego, o contexto atual de não emprego e precarização que atinge grande parte da população mundial e brasileira e refletindo na maioria dos estudantes da EPA. Sua reflexão sobre o sistema capitalista e como orienta-se o mercado para a obtenção de lucro imediato, não importando-se com a garantia do emprego e a manutenção da subsistência do trabalhador. Antunes reflete sobre a atual situação de aumento do desemprego e de precarização do trabalho. Reflete sobre a perversidade da utilização destes mecanismos para a manutenção de baixos salários no mercado formal enquanto cresce um contingente cada vez maior de pessoas que vivem na situação de não trabalho e/ou desemprego estrutural.
- **Paulo Sergio Tumolo (2005)** possibilita a reflexão sobre o trabalho, trazendo conceitos de Karl Marx, possibilitando a compreensão do significado do trabalho, diferenciando o trabalho concreto, o produtor de valor de uso, o trabalho abstrato, que produzem valores de troca e, principalmente, mais valia e o conseqüente crescimento do Capital. Este autor mostra-nos que a força de trabalho é apropriada pelo capitalista, que agrega valor à mercadoria a partir do trabalho realizado na sua produção. Este trabalho é pago com valor inferior ao que é agregado à mercadoria, desta forma o dinheiro investido na compra do trabalho, na circulação das mercadorias, retorna maior às mãos do capitalista que tem o capital aumentado pela agregação da mais valia.
- **Moacir Gadotti** traz a importância da prática na validação do conhecimento através da prática (2006), este entendimento orienta a pesquisa, de forma que, ao mesmo tempo em que são analisadas as concepções teóricas que orientam a EPA e o NTE, também é analisada a prática desenvolvida nestes espaços. Auxilia-nos, também, a entender conceitos explorados por Paulo Freire tais como a cidadania, entre outros (Escola Cidadã). Traz, também a reflexão sobre a escola como espaço de relações e representações sociais (2007), levando em conta seu papel crítico e criativo.
- **Ana Paula Motta** no artigo *População em situação de rua: contextualização e caracterização* – publicado na Revista Textos & Contextos, auxiliam a entender o conceito de população em situação de rua. No sentido de conhecer suas características, semelhanças e diversidades; bem como se movimentam nas ruas, parques e praças da cidade, seus espaços de vida e trabalho. Há outros pesquisadores, que participaram de diversas pesquisas e cadastros sobre a população em situação de rua e que contribuíram para a caracterização desta população.

- **Moisés Romanini**, a partir de sua tese de doutorado, intitulada *Narrativas do desassossego: do re-en-colhimento às práticas de acolhimento aos usuários de drogas na rede de atenção psicossocial de Porto Alegre/RS*, discute o acolhimento de usuários de drogas na Rede de Atenção Psicossocial. Auxiliando na compreensão do conceito de acolhimento na Política Nacional de Humanização do Sistema Único de Saúde (PNH/SUS), porém traz conceitos que auxiliam a entender o acolhimento numa forma mais ampla, como garantia de acesso às políticas públicas, como postura de cuidado, de afeto, de relação de alteridade e, também, como elemento de reorganização dos processos de trabalho e de constituição de redes de apoio.
- **Cláudia Priscila Chupel e Regina Célia Tamato Miotto** em *Acolhimento e Serviço Social: contribuição para a discussões das ações profissionais no campo da saúde* também abordam o acolhimento na saúde, como diretriz afirmada no Política Nacional de Humanização do Sistema Único da Saúde (PNH/SUS); tanto como garantia do acesso a serviços e direitos, como humanizador e **reorganizador** do processo de trabalho.
- **José Carlos Libâneo** em *O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres*, apresenta uma reflexão sobre o que chama de a escola do acolhimento e a escola do conhecimento. Estas que são propostas distintas: uma voltada para a população pobre, atendendo aos interesses do Banco Mundial e agências financiadoras, onde esta teria o acolhimento social e uma educação funcional; e, um outro tipo de educação, ampla, com acesso aos mais diversos conhecimentos, que seria a ofertada para a população de maior poder aquisitivo. Ao mesmo tempo em que Libâneo critica esta dualidade, reforça – também – a necessidade do acolhimento da diversidade, abrindo caminho para a reflexão feita na pesquisa.
- **José Clovis Azevedo e Jonas Tarcísio Reis**, em *O Cuidado e o Acolhimento na Escola Cidadã*, apresentado no XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino – UNICAMP; **Luciano Fedozzi**, em seu ensaio *Esfera pública e cidadania: a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre*; e **Ana Cristina Gonçalves** em *A experiência educacional da administração popular em Porto Alegre/RS (1989-2004)*, trazem a perspectiva de secretários municipais de educação, auxiliando-nos a conhecer um pouco da educação nas gestões municipais dos anos 90 que apontava o cuidado e o acolhimento como práticas inclusivas e garantidoras do acesso à educação e ao conhecimento.
- **Rejane Pizzato**, em sua dissertação de mestrado, *No olho da rua: o serviço de atendimento social de rua em Porto Alegre – abordagem social de rua na sociedade*

contemporânea, traz uma importante colaboração sobre a importância do acolhimento à população em situação de rua, a partir de sua prática na abordagem de rua. Ela destaca o acolhimento junto com o estabelecimento de vínculos, a escuta e o respeito à autonomia ao sujeito como elementos essenciais na prática da assistência social.

Muitas outras publicações, que são destacadas ao longo da pesquisa, auxiliam na reconstrução da história da EPA e do NTE e do período histórico da sua criação. Recorri à trabalhos de conclusões de cursos, teses e dissertações disponíveis na Biblioteca da escola, sendo que para o interesse da pesquisa, foram utilizadas principalmente: KLEIN, 2006; AZEVEDO E REIS, 2012; GONÇALVES, 2013; MAZZAROTTO, 2003; FLEISHMANN, 1999; STUMPF e NANTES, 2015; ROSA, 2008; LEMOS, 2002; SANTOS, 2011

De uma forma especial utilizei como referencial **Maria Aparecida Cândido**⁸, ex-professora da EPA, que acompanhou boa parte da história da escola. Entre elas a criação dos seus diferenciais: o Serviço de Acolhimento Integração e Acompanhamento, onde também trabalhou, e o Núcleo de Trabalho Educativo. Cândido escreve o texto: “Acolhimento: um contexto a ser discutido”, que serviu como base para a discussão que permeia toda a pesquisa; que é qual o significado do acolhimento.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi desenvolvida tendo como objeto específico o Núcleo de Trabalho Educativo da EPA, que hoje se organiza através de duas oficinas: Papel Artesanal e Cerâmica. Ambas oficinas possuem espaços próprios onde as atividades são desenvolvidas nos dois turnos no horário inverso ao que estudantes têm suas aulas regulares.

Orientei-me pelo entendimento “do trabalho como elemento central das relações sociais” (Alexandre, 2009), portanto busquei conhecer a história da EPA, do Núcleo de Trabalho Educativo e dos próprios estudantes. Tanto quanto às suas relações passadas e presentes em relação ao trabalho, bem como suas perspectivas futuras. Foram utilizados procedimentos de pesquisa orientados pelos referenciais teóricos e pela revisão de estudos já realizados sobre a EPA. Realizei a pesquisa no meu próprio espaço de trabalho, sendo que esta condição demandou cuidados para manter o distanciamento necessário, sem desconhecer o meu envolvimento com o objeto.

⁸ Este texto encontra-se entre os anexos desta dissertação.

Os participantes da pesquisa foram os estudantes inscritos e as professoras das oficinas de cerâmica e de papel artesanal do NTE, no ano de 2017, além de outros professores que já haviam atuado nestas oficinas.

Realizou-se uma pesquisa qualitativa, que se dividiu em quatro etapas:

A primeira etapa consistiu na revisão da literatura acadêmica e pesquisa documental. O ponto de partida foi o *Documento Base Nacional: Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil*, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério de Educação – Secadi/MEC. Outros documentos utilizados como referências foram a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio* (Pnad) e a *Avaliação Diagnóstica da Educação de Jovens e Adultos*, ambos publicados pelo IBGE em 2016; o *Censo da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos*, o *Cadastro e Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre*, *Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira* (2012), o *Mapa da Educação de Jovens e Adultos no RS*, entre outros. O objetivo era auxiliar a explicitação do perfil dos estudantes da EJA no âmbito nacional e municipal.

Já na análise das características dos estudantes da EPA, foram utilizados os dados disponíveis na própria escola e, principalmente, outros disponíveis no Sistema de Informações Educacionais. Além disso, foram reunidos e analisados vários documentos escritos sobre a escola e sobre o NTE. Nesta etapa foi necessário estabelecer relações entre o processo histórico na cidade de Porto Alegre, no país e a história da EPA e do NTE. Analisou-se algumas produções acadêmicas que tiveram a EPA como campo de pesquisa.

Foi realizada uma pesquisa documental, utilizando-se registros da escola, como recortes de jornais entre outros documentos; muitos destes disponíveis na biblioteca e em caixas de documentos arquivados na Direção, na Coordenação Pedagógica ou na Biblioteca. Contribuíram para conhecer o processo histórico de constituição e consolidação da proposta político pedagógica da EPA.

A segunda etapa consistiu na realização de observação participante na escola e, principalmente, junto às oficinas de trabalho educativo. Como pesquisador e, também, como professor da escola⁹, embora sido comunicado tanto aos estudantes, quanto aos professores e equipe diretiva sobre a realização da pesquisa - inclusive tendo sido autorizado a realizar a mesma - sempre visto como membro do grupo escolar. Obviamente pela função que exercia, sendo a minha presença já habitual nos espaços, portanto não causava alterações na rotina.

⁹ No início da pesquisa, o pesquisador ocupava a função de Coordenador Pedagógico da escola, tendo, a partir de dezembro de 2016, assumido o cargo diretivo da mesma.

Conforme Barbier, realizei uma Observação Participante Completa, onde “...o pesquisador ou está implicado desde o início, porque já é membro do grupo antes de começar a pesquisa; ou torna-se membro do grupo por conversão...” (2002, p. 126- 157).

Procurei, sem deixar de executar as minhas funções, na posição de pesquisador ter outro olhar, ver aquilo que no cotidiano muitas vezes fica oculto, abrindo-me para o novo, abandonando o preconcebido, criando uma relação de troca mútua de saberes. Desta forma, participei de reuniões regulares do Núcleo de Trabalho Educativo, participei de reuniões pedagógicas e da equipe diretiva, semanalmente, procurando destacar as discussões realizadas envolvendo questões relativas ao NTE. Participei, também, de reuniões com entidades parceiras, de reuniões e seminários do Projeto EcoSol PopRua, acompanhei as exposições e feiras realizadas pelos estudantes e participei dos momentos nas oficinas de papel e cerâmica, ou conversando com estudantes e professores ou, até mesmo confeccionando alguns objetos.

Devido ao fato de ser professor da escola, desde 2011, acompanhei o trabalho pedagógico e a trajetória histórica desta por 7 anos. Antes mesmo deste período, desde o ano de 1994, exerci outras funções no município de Porto Alegre, como a de Coordenador Regional¹⁰ no órgão responsável pela Assistência Social, onde participava de reuniões ordinárias sobre a população em situação de rua, sendo que muitas vezes eram discutidas questões relativas aos estudantes da EPA e suas funções.

Desta forma, a memória e a experiência do pesquisador, tem um papel importante no todo da pesquisa, fazendo com que em alguns momentos, possa ser considerado com uma fonte, pelas informações que teve durante o período citado e pela vivência de todo o processo histórico que é referenciado nesta pesquisa.

Optei por não criar um capítulo específico sobre as observações, mas, inseri-la durante todo o decorrer da pesquisa realizando, desta forma, também uma triangulação com as demais etapas para garantir confiabilidade.

A terceira etapa foi a realização de entrevistas reflexivas, onde utilizei, como principal referencial a obra que teve Heloisa Symansky como organizadora: *A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva* (2002). Utilizei este tipo de entrevista por entender que a pesquisa qualitativa proporcionaria que as subjetividades do entrevistador e do entrevistado fossem acionadas no processo de constituição de um novo conhecimento (Szymanski, 2002, p.

¹⁰ De 1997 a 2004 o pesquisador exerceu os cargos de Gerente Regional Eixo Baltazar/Nordeste e Gerente Regional Centro, Ilhas, Humaitá/Navegantes, coordenando os programas de assistência social nas regiões citadas, além de Assessor Comunitário da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) do município de Porto Alegre.

14) a partir do diálogo sobre a história escolar dos estudantes do NTE; do sentido atribuído por eles ao seu retorno à escola; e, das razões que os levaram a escolher a EPA. Além disso, busquei compreender, especificamente quais são as razões do ingresso destes estudantes no Núcleo de Trabalho Educativo.

As entrevistas foram realizadas com o objetivo de conhecer os demais aspectos da história de vida e trabalho destes alunos, resgatando experiências do passado, do presente e suas perspectivas futuras. Tendo os estudantes do NTE participado de um projeto de economia solidária voltada à população em situação de rua, o EcoSol PopRua, procurou-se compreender o significado e as implicações desta experiência para estes.

Professores do núcleo, também foram entrevistados, com o objetivo de conhecer a sua percepção sobre este sobre o Núcleo de Trabalho Educativa e a importância deste na vida dos estudantes e nas suas perspectivas para o futuro.

A utilização da entrevista reflexiva permitiu obter, tanto dados objetivos, como subjetivos, sobre os estudantes da EPA, que participam do Núcleo de Trabalho Educativo. Conforme Symanski (2002, p. 10), que faz uma reflexão a partir de Banister *et al.* (1992), “este instrumento tem sido empregado em pesquisas qualitativas como uma solução para o estudo de significados subjetivos e de tópicos complexos demais para serem investigados por instrumentos fechados num formato padronizado”. Entende-se que, se fosse utilizado um instrumento “fechado”, não seria possível perceber razões, sentimentos e a importância que os estudantes atribuem às suas experiências de trabalho e de educação. Buscou-se conhecer, como cita Lakatos (1993, apud Szimanski, 2002, p.10), “fatos, opiniões sobre fatos, sentimentos, planos de ação, condutas atuais ou do passado, motivos conscientes para opiniões e sentimentos”. Os roteiros de entrevista com os estudantes e com os professores foram orientados pelas principais temáticas da pesquisa: Educação de Jovens e Adultos; Relações entre Trabalho e Educação; População em Situação de Rua, Acolhimento e Economia Solidária.

As entrevistas foram realizadas com:

a. Cinco estudantes da EPA que participam do NTE.

Procurei escolher estudantes tanto das totalidades¹¹ iniciais, como das finais do Ensino Fundamental, buscando atentar para a diversidade de idade, gênero e etnia. Os principais temas da entrevista foram: em primeiro lugar, as histórias de vida escolar, buscando conhecer as suas

¹¹ Na EJA em Porto Alegre, a organização do currículo não se dá por séries ou anos, mas por totalidades do conhecimento; esta forma de organização privilegia a interdisciplinaridade e não “o aprisionamento das séries tradicionais”. As totalidades iniciais correspondem às séries da 1ª à 4ª e as finais da 5ª à 8ª séries. (SMED,1997).

experiências anteriores à EPA, as razões para o retorno à escola, o porquê de terem procurado a EPA e o significado da escola para eles; em segundo lugar, o que os levou a buscar o NTE, se já haviam participado de outras experiências de trabalho e educação como cursos profissionalizantes (trabalho educativo e outros), quais as suas experiências de trabalho; em terceiro lugar, o que os levou ao NTE, qual o significado, qual o papel (relação com a sala de aula e com a vida); e, em quarto lugar, que objetivos têm para o futuro, qual a importância da EPA e do NTE para atingirem estes objetivos e, por fim, qual o significado da Economia Solidária e como esta experiência está se desenvolvendo no NTE em relação à autogestão e democracia.

Para qualificar a escolha das perguntas que foram utilizadas nas entrevistas, entendeu-se como importante a realização de “entrevistas piloto” com dois alunos, possibilitando a análise da adequação ou necessidade de reelaboração deste instrumento.

Anteriormente à aplicação das entrevistas, foram solicitados dados de identificação ao Serviço de Acolhimento, Integração e Acompanhamento – SAIA, pois muitos demonstraram dificuldades de responder às perguntas como tempo de escola e participação no NTE, conforme identificado no período das sondagens para participação.

As entrevistas foram feitas após esclarecer aos entrevistados que seus nomes seriam mantidos em sigilo e que as entrevistas, posteriormente, seriam lidas para eles para que ouvissem suas respostas e tivessem a possibilidade de alterar algo que julgassem incorreto ou insatisfatório. A realização deu-se de uma forma descontraída, como uma conversa informal, embora os estudantes tenham sido informados do objetivo das entrevistas. Acredita-se que o fato de o entrevistador ser professor da escola e já ter proximidade com os alunos tenha facilitado o andamento da entrevista.

b. Três professores do NTE:

Foram realizadas entrevistas com professores que trabalham ou já trabalharam nas oficinas do NTE. Neste caso não foi realizada entrevista piloto, pois entendeu-se que o processo reflexivo que permite um diálogo mais próximo e flexível durante a aplicação da pesquisa e, ainda, a possibilidade de retorno para confirmação ou reelaboração das respostas seria suficiente para atender às expectativas da pesquisa. Como no caso dos estudantes, as entrevistas com os professores foram realizadas levando em conta os temas centrais da pesquisa. As questões norteadoras foram:

– Qual o perfil dos estudantes que procuram o NTE?

- Como o projeto do NTE dialoga com o Projeto Político Pedagógico da EPA?
- Como se dá o acolhimento dos estudantes que procuram as oficinas do NTE?
- Como a participação no NTE tem refletido nas vidas dos estudantes?
- Que expectativas de futuro têm os estudantes e como a participação no NTE tem sido ou pode vir a ser importante para contribuir com seus projetos?
- Qual a importância da Economia Solidária na organização do NTE e para os estudantes?

A quarta etapa foi reunir as informações e dados da pesquisa documental, da pesquisa bibliográfica, da observação participante e das entrevistas realizadas, fazendo uma triangulação e, a partir apresenta-se o resultado obtido.

Para a realização deste trabalho, o pesquisador partiu de interesses definidos, ou seja, com uma visão de educação popular e libertadora aliadas à uma visão crítico-emancipadora de mundo que orienta as opções epistemológicas e metodológicas. Conforme Sánches Vázquez (apud Sánches Gamboa, 2014, p.196), “o cientista deve apresentar uma série de qualidades morais que garantam o objetivo essencial de sua atividade, a busca da verdade, a honestidade intelectual, a crítica à falsidade, etc.” reconhecendo, no entanto, que o resultado de qualquer pesquisa refere-se à uma determinada aproximação com a realidade. Isto é, a partir dos meus posicionamentos somados aos conhecimentos obtidos e experiências realizadas, obteve-se um determinado e parcial conhecimento da EPA e do NTE.

No início desta pesquisa procurou-se a direção da Escola Municipal de Educação Fundamental Porto Alegre para solicitar a assinatura do Termo de Concordância da Instituição e informando detalhadamente todos os procedimentos a serem realizados na escola. No decorrer da pesquisa, ao pesquisador assumir a direção da EPA ratificou a autorização dada pela direção anterior em reunião de equipe diretiva e junto ao Conselho Escolar; tendo se comprometido em, ao término da pesquisa, expor os resultados para a Comunidade Escolar e deixar uma cópia na biblioteca da escola.

3. QUEM SÃO ESTES SUJEITOS DA EJA

Iniciando a nossa trajetória, convido o leitor a pensar sobre quem são os sujeitos que buscam o acesso à educação na Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre, como se caracterizam e como é possível entendê-los dentro do universo da Educação de Jovens e Adultos. Sendo assim, é importante lembrar que esta escola está situada no Centro Histórico de Porto Alegre há mais de 22 anos, e, desde sua criação tem como prioridade o atendimento à população em situação de rua. A EPA é uma escola voltada ao atendimento de jovens e adultos, de 15 anos em diante que, na sua maioria, não conseguiram permanecer na escola nas suas primeiras tentativas e que agora, retornam buscando concluir seus estudos. Para melhor

entendê-la, é importante situar o contexto da EJA no Brasil, tomando como ponto de partida o *Documento Base Nacional: Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil*, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério de Educação – Secadi/MEC (2008). Neste documento é possível extrair informações que possibilitam entender quem são os sujeitos que procuram esta modalidade de ensino.

Entre os dados apresentados no referido documento da Secadi/MEC (2008), está a presença massiva dos jovens nesta modalidade educacional, situação conhecida como a “juvenilização” da EJA. O anuário Brasileiro da Educação Básica – 2016, apontava 21.883 jovens entre 15 e 17 anos sendo alfabetizados, O Censo Escolar 2016 aponta 1.984.534 cursando o ensino fundamental em EJA e, 1.543.713 jovens entre 15 e 17 anos que estão fora da escola.

Os jovens que acessam a EJA caracterizam-se pela “luta cotidiana no mundo do trabalho e da sobrevivência” (Secadi/MEC, 2008, p.2) e, por sua vulnerabilidade quanto a sua exposição à violência, destacando o elevado número de homicídios que vitima esta faixa etária. Já na descrição feita por Jaqueline Alves da Silva (2013), em pesquisa realizada para o “Curso de Especialização em EJA da UFRGS”¹² numa escola de EJA em Porto Alegre, identificou que 76% dos estudantes eram adolescentes entre 15 a 18 anos. Além disso, acrescenta a informação sobre a dificuldade de acesso ao mundo do trabalho por este público, “jovens sem ocupação que passam o dia inteiro em casa e/ou em outros locais e que na maioria das vezes, não têm oportunidade de trabalho e emprego” (SILVA, 2013, p.124), que buscam a EJA devido à excessivas reprovações que configuram um histórico de fracasso escolar e de distanciamento entre os saberes oferecidos na escola e sua cultura.

Por outro lado, com o aumento da expectativa de vida e as novas concepções de direitos dos idosos e do aprender por toda a vida, destaca-se, também, o número cada vez maior de idosos que se inserem na EJA. No final do século 20, conforme Marques e Pachane (2010, p. 479), eram estimados 590 milhões de pessoas com mais de 60 anos no mundo. Já em 2005, este número subiu para 1 bilhão e duzentos milhões, com projeção de 2 bilhões para 2050, superando o número de crianças e jovens de 0 a 14 anos de idade. O Brasil se encontra entre os 10 países com maior número de idosos, segundo projeções populacionais das Nações Unidas realizadas em 2005. Os direitos dos idosos passam a ser garantidos através da inserção do tema nas constituições de diversos países obtendo, desta forma, “amparo jurídico, legal e social”,

¹² Trabalho realizado no 2º Semestre de 2010: SILVA, Jaqueline Alves da. *Adolescência na EJA: desafios e possibilidades*, 2011”.

conforme Marques e Pachane (2010). No Brasil, além dos direitos constitucionais, o *Estatuto do Idoso* (Lei 10.741/2003) dispõe sobre os direitos assegurados às pessoas a partir dos 60 anos de idade. No Art. 20 afirma: "O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade", e, aponta a responsabilidade pelo seu cumprimento no Art. 21: "O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados (BRASIL, 2013, p.17). Desta forma, tanto o aumento da expectativa de vida, com o conseqüente aumento do número de idosos, a garantia de direitos e o estímulo ao desenvolvimento educacional e cultural sugerem uma ampliação – real ou potencial - da participação deste público na Educação de Jovens e Adultos, embora conforme dizia Marques e Pachane (2010, p.482) “quase nada tem sido produzido especificamente sobre os idosos na EJA”.

Outra característica apontada no Documento Base Nacional é a predominância de jovens e adultos das periferias urbanas, mostrando que as situações de pobreza, de falta de acesso às políticas e serviços públicos e de vulnerabilidade à violência acentuam, ainda mais, a evasão escolar.

A EJA é caracterizada como um espaço de diversidades identitárias, onde é necessário superar o preconceito e a discriminação que caracterizam as relações sociais, étnico-raciais e de gênero.

Conforme o documento da Secadi/MEC (2018) as mulheres têm acessado mais a educação que os homens, mesmo que muitas delas enfrentem duplas jornadas e tenham que assumir sozinhas suas famílias, dando conta do sustento e da educação dos filhos. Segundo o *Pnad 2007: Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional*, dos que frequentavam ou frequentaram anteriormente a EJA, 53% eram mulheres e 47%, homens. Este índice tem aumentado bastante, equiparando-se ao dos homens em 2012¹³.

Os dados sobre pessoas com deficiência matriculadas na EJA, segundo Ferreira (apud AGUIAR, 2009, p.97) são relevantes, mas não suficientes para que se possa ter uma visão realista da situação. Realizou-se uma pesquisa¹⁴ em oito escolas, situadas em Porto Alegre e João Pessoa onde foi destacada a existência de 140 estudantes com deficiências. Respondendo à uma entrevista realizada por e-mail, sobre o perfil dos estudantes, o coordenador da EJA em

¹³ Relatório educação para todos no Brasil 2000-2015, p. 56. ¹⁴ Ver “EJA & Deficiência: estudo da oferta da modalidade EJA para estudantes com deficiência” de Windyz B. Ferreira.

Porto Alegre disse: “não trabalhamos com o laudo médico ‘e por isso fica difícil’ identificar as deficiências” (FERREIRA in AGUIAR, 2009, p.105).

Esta realidade permanece atualmente. Em Porto Alegre, um número expressivo de estudantes com deficiências busca a EJA, sendo garantido ali seu atendimento educacional; embora a própria Constituição, desde 1988, atribua ao Estado o dever de garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1988). Isto pouco acontece na EJA, sendo que só recentemente foi proposto algum o atendimento de Salas de Integração e Recursos (SIR) voltada a esta modalidade¹⁴.

Tratando de outras especificidades como a Educação Indígena, que é citada no documento da Secadi/MEC (2008) e demonstra que as organizações indígenas têm demandado políticas específicas, como a formação de educadores indígenas e propostas específicas de educação indígena que garantam a preservação e disseminação da sua cultura. Da mesma forma, há previsão oficial de que seja garantida a preservação e valorização cultural das comunidades remanescentes de quilombos.

Cabe indicar, também, que, embora ocorra em pequena escala devido à pequena oferta e ao pouco incentivo, a educação prisional também é apresentada, no referido documento, como um dos espaços de oferta de EJA.

De acordo com o Censo de 2012¹⁵, a Educação de Jovens e Adultos vem decrescendo desde 2007, quando foram matriculados 3.367.032 alunos. Com uma diminuição ano a ano chegando, em 2012, à 2.561.013 matriculados. A queda das matrículas não significa necessariamente uma diminuição do público potencial para a EJA, uma vez que o documento “Pnad/IBGE – 2011” aponta a existência de 56.200.000 pessoas com mais de 18 anos que não frequentam a escola, embora não tenham concluído o ensino fundamental completo. Desta forma, concluímos que não houve uma diminuição do público da EJA, mas que não tem atingido uma parte considerável do seu público nos últimos anos.

Um dado interessante é que os estudantes das séries iniciais apresentam idade superior aos que frequentam as séries finais e o ensino médio desta modalidade. Percebe-se que uma

¹⁴ Somente em 2016 foi criada uma Sala de Integração e Recursos (SIR/EJA) no Centro Municipal de Educação do Trabalhador Paulo Freire, que prevê o atendimento de dois estudantes de EJA de cada escola da cidade, quantidade certamente muito inferior a demanda real.

¹⁵ BRASIL. **Censo da educação básica: 2012** – resumo técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.

boa parte abandona ou não avança, sendo os estudantes das séries finais e ensino médio são, na maioria, oriundos do ensino regular.

Considerando-se a divisão por idade, em 2012 a idade média dos estudantes da EJA nos anos iniciais do Ensino Fundamental era em torno de 38 anos. Já nos anos finais a média era em torno de 25 anos. As matrículas, nos anos iniciais do ensino fundamental, em 2012, foram de 2.5621.013, sendo que 870.181 estavam matriculados nas séries iniciais e, 1.618.587 nas séries finais.

Quanto às características dos sujeitos da EJA em relação à cor/etnia, o Censo Educacional do Inep/IBGE¹⁶ de 2008 informava que dos 4.902.374 estudantes matriculados, 2.635.113 não declararam raça/cor, 738.046 declararam-se brancos/as, 208.724 pretos, 1.284.101 pardos/as, 16.999 declararam-se amarelos/as e 19.391 indígenas. Desta forma temos um percentual de 48,48% brancos/as, 9,68% pretos, 39,01% pardos/as, 1,33% amarelos/as e 1,49% indígenas. Já o Censo Escolar da Educação Básica 2012, refere-se a 26.022 matrículas em áreas indígenas, 21.588 em áreas de Remanescentes de Quilombos e 20 matrículas em áreas de reassentamento, não apresentando a mesma especificação que em 2008.

Um desafio da Educação de Jovens e Adultos é reverter o quadro de evasão característico desta modalidade de ensino. O Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2012, afirma que “42,7% dos oito milhões de brasileiros que frequentaram classes de EJA até 2006 não concluíram nenhum segmento do curso, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2007 (BRASIL, 2012, p. 52).

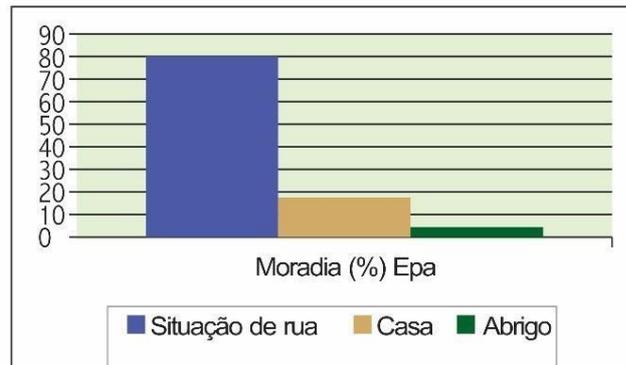
Na análise dos estudantes matriculados na EPA busco verificar semelhanças e diferenças entre o perfil dos estudantes matriculados na escola com as características gerais do público da EJA, conforme as evidências expostas anteriormente. Esta análise foi realizada a partir da relação de estudantes matriculados no mês de agosto de 2017 na escola e com o auxílio dos dados registrados no Sistema de Informações Educacionais (SIE) da Secretaria Municipal de Educação (SMED), acessados a partir de computadores da escola. com a colaboração de professores da Secretaria e de outros serviços dela.

Devido a especificidade da EPA, a primeira característica observada foi a de moradia (tabela 1). Verifica-se que 80% declararam estar em situação de rua¹⁷. Quantos aos demais, 16,5% moram em casas e 3,5% em abrigos.

¹⁶ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

¹⁷ Na categoria “em situação de rua” estão incluídos os que pernoitam em albergues e também alguns que estão em pensões ou peças, por estarem recebendo o aluguel social da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. São

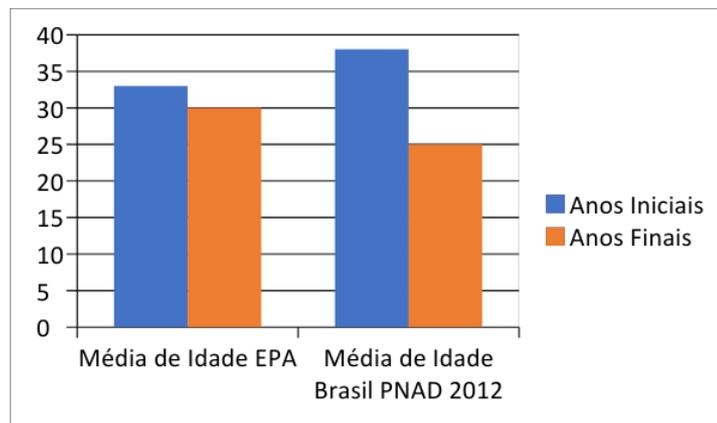
Tabela 1. Local de moradia- Estudantes da EPA



Fonte: Tabela produzida pelo autor com base nos registros do SIE agosto 2017.

Quanto à faixa etária dos estudantes matriculados na EPA, observa-se que a idade média (tabela 2) nas séries iniciais é de 33 anos e, nas séries finais é de 30 anos. Assemelha-se à situação verificada em nível nacional acerca da média etária maior nas séries iniciais.

Tabela 2. Idades / Anos iniciais e finais



Fonte: Tabela produzida pelo autor com base nos dados da Pnad 2012

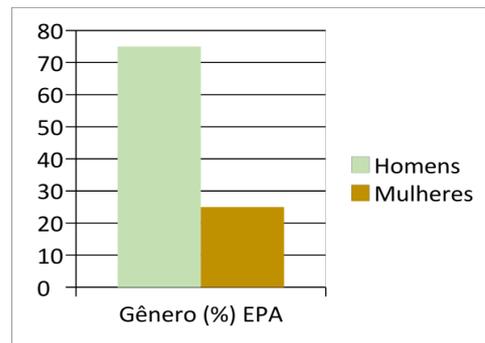
Em relação aos adolescentes e jovens da EJA, a maioria encontra-se nas séries finais. Na escala nacional, o primeiro quarto de estudantes no Brasil apontava idades entre 15 e 26 anos. A EPA apresenta realidade similar, com a faixa etária situada entre 15 e 27 anos. Nas séries finais, no Brasil a maior parte situava-se de 15 a 17 anos, a EPA apresenta diferença, considerando que os estudantes que a frequentam têm entre 15 e 22 anos (tabela 2).

considerados ainda em situação de rua, pois esta situação é provisória já que a prefeitura paga este aluguel por 6 meses, podendo no máximo ser renovado uma vez; sendo que, se não houver uma alteração na situação econômica da pessoa, que lhe permita continuar pagando o aluguel por conta própria, há uma grande possibilidade de retorno à rua.

No Brasil, a quarta última parte dos estudantes da EJA com maior idade, apresenta-se a partir dos 48 anos nas séries iniciais e a partir dos 31 anos nas séries finais. Na EPA, nos anos iniciais, ocorre uma diferença, pois apresenta-se a partir dos 37 anos, abaixo do índice nacional e nos anos finais a partir dos 36, acima deste índice.

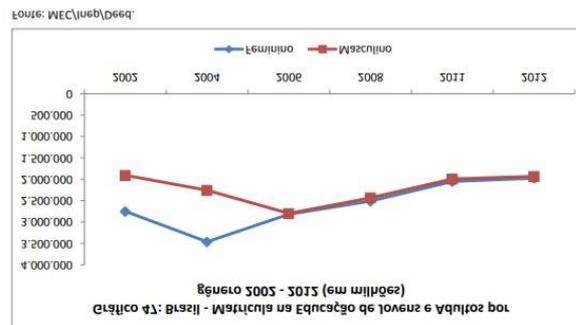
Na EPA 75% dos estudantes são homens e 25% mulheres, situação que se diferencia da situação nacional, onde há uma paridade de gênero nas matrículas. (Ver tabela 3 e 4).

Tabela 3 Gênero EPA



Fonte: Tabela produzida pelo autor com base nos dados do MEC/Inep/Deed¹⁸

Tabela 4 Gênero EJA Brasil

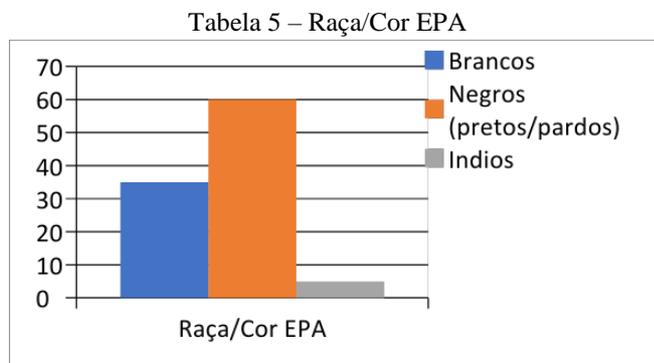


Fonte: Tabela produzida pelo autor com base nos dados do SIE/PMPA

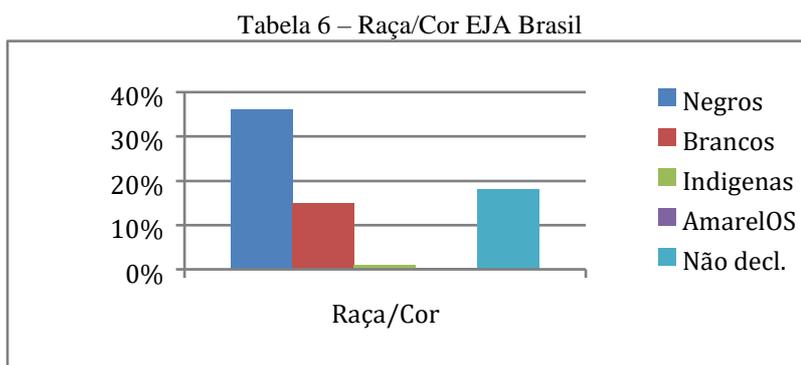
Quanto à raça ou cor, 35% dos estudantes da EPA declararam-se brancos, 60% negros (pretos/pardos)¹⁹ e 5% indígenas. Já na EJA do Brasil, declaram-se negros 36%, brancos 15%, indígenas 1%, amarelos e 43% não declararam (tabela 5 e 6).

¹⁸ Relatório Educação Para Todos no Brasil 2000 -2015, p. 56.

¹⁹ IBGE considera como negros todos os que se declaram pretos e pardos.



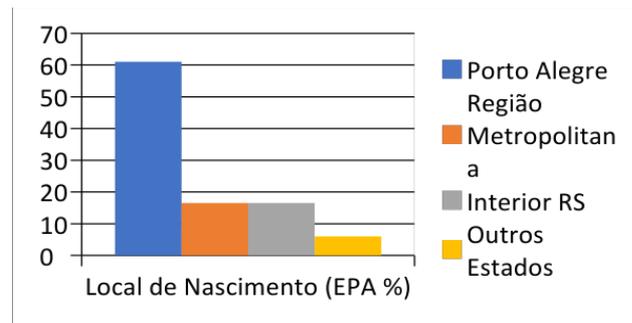
Fonte: Tabela produzida pelo autor com base nos dados do SIE/PMPA



Fonte: Tabela produzida pelo autor com base na sinopse Estatísticas da Educação Básica 2015

Outra característica analisada foi o local de nascimento (tabela 7). Foi possível observar que 61% dos estudantes nasceram em Porto Alegre, 16,5% em outras cidades da região metropolitana (Grande Porto Alegre), 16,5% no interior do estado e 6% nasceram em outros estados do Brasil. Se juntarmos os nascidos no interior do estado com os da região metropolitana de Porto Alegre o índice vai para 33%, tornando-se bem mais significativo.

Tabela 7 – Local de nascimento EPA



Fonte: Tabela produzida pelo autor com base nos dados SIE/PMPA

Os dados apresentados acima permitem algumas conclusões. A ampla maioria dos estudantes da EPA encontra-se em situação de rua, devido a isso verificamos que embora alguns índices acompanhem a realidade nacional, outros apresentam diferenças.

A idade média dos estudantes da Escola, nas séries iniciais, é um pouco maior do que a média das séries finais, acompanhando os índices nacionais. Isso demonstra que nem todos os estudantes das séries iniciais continuam os estudos. Assim como em nível nacional, muitos adolescentes ingressam na EPA nas séries finais, provavelmente tendo cursado as séries iniciais antes de sua ida para a rua.

Já quanto ao gênero, os índices da EPA diferem da realidade da EJA no país, onde ocorre, atualmente, uma paridade. Na EPA o número de mulheres é bem menor (25%). Um dos fatores que justifica esta realidade é que, conforme o relatório da pesquisa sobre a população em situação de rua realizada em 2016, 85,7 % da população em situação de rua era constituída por homens e, somente 13,8 % por mulheres (FASC, 2016, p. 28).

Por fim, podemos verificar que há entre os estudantes da EPA, uma prevalência de pessoas nascidas em Porto Alegre. Mesmo somando os nascidos na região metropolitana com os do interior e de outros estados, os nascidos na capital representam 61% do total contra 39%. Assim, verifica-se que, atualmente, a escola atende, na sua maioria, público da própria cidade.

4. A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

4.1 CARACTERIZAÇÃO

Nos últimos anos constata-se, em Porto Alegre, um aumento da presença de pessoas que ocupam os espaços públicos como praças, ruas, marquises e viadutos fazendo deles o seu espaço de moradia. Muitos montam barracas ou outras estruturas com madeiras e papelões de forma precária, reúnem-se em grupos para maior segurança ou para desenvolver atividades comuns; outros têm apenas suas cobertas e roupas do dia a dia, sacos ou carrinhos.

Há o processo crescente de procura das ruas como espaços de moradia, somos levados a refletir sobre quem é esta população. Em primeiro lugar podemos partir da definição apresentada no Decreto Presidencial 7.043/2009 que define, no artigo primeiro a população em situação de rua,²⁰ como:

[...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, a inexistência de moradia convencional regular e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009, p.1)

Mas faz-se necessário refletirmos um pouco mais sobre este grupo. Conforme Schuch e Gehlen:

No Brasil, desde a década de 1980, vem se acentuando uma preocupação pública e de gestores institucionais acerca do que, popularmente, foi chamado por muito tempo de “morador de rua” e que hoje, no repertório das políticas públicas chamamos de “pessoas em situação de rua” (apud PATRICE SHUCH et al., 2012, p. 13)

Na sua dissertação para o mestrado de Antropologia Social, De Lucca (2007, p. 19) fala que alguém estar habitando as ruas da cidade parece trazer consigo uma premissa de este fato ser inconcebível, já que seria inaceitável alguém morar na rua, pois para a lei todos temos direito à moradia. Na realidade esta garantia jurídica não se traduz em realidade, pois são quase inexistentes os programas de moradia voltados à esta população, havendo uma constante tensão entre a rua como espaço de circulação e transporte, e, de permanência e existência social. Esta

²⁰ Decreto nº. 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Inter setorial de Acompanhamento e Monitoramento. Casa Civil / Subchefia de Assuntos Jurídicos. Brasília: dez. 2009.

tensão, apesar de toda a discussão e formulação de políticas públicas que ocorreram até o presente momento no Brasil, parece permanecer.

Muitas razões têm sido atribuídas como causa da ida para as ruas: desentendimentos familiares, uso de drogas, expulsão das comunidades pela criminalidade, tráfico e violência doméstica etc. Mas, conforme afirma a doutora em serviço social Jane Prates em entrevista a Zero Hora²¹, “a maior parte dos fatores que desencadeiam esse processo têm a mesma origem: a conjuntura social em que as pessoas estavam inseridas antes”. Ou seja, conforme ela mesma completa: “muitos vão dizer que são problemas familiares, mas o que traz o problema familiar é a desigualdade, a pobreza e a violência”. Certamente esta situação incomoda muitos pela aproximação das situações de miséria e desigualdade social para a porta dos seus apartamentos, ou até pela deterioração de um padrão estético urbano. A população em situação de rua parece enquadrar-se num grupo dos que não vêm produzindo, conforme Engels (1876), o “efeito útil do trabalho em sua forma mais direta e imediata”. Sendo vistos como inúteis pelas classes dominantes. Estas não demonstram interesse por eles, apenas limitando-se a realizar ações caridosas que ajudam a manter miseravelmente sua existência, sem preocupar-se com as raízes desta situação. Este fato é perceptível pela múltipla existência de ações assistencialistas como distribuição de alimentação, roupas e eventos diversos que não se comunicam com a discussão das políticas sociais necessárias para o atendimento desta população.

A partir da promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) - Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre tem procurado adequar-se à política nacional, inicialmente passando à Fundação de Educação Social e Comunitária (FESC) a responsabilidade pela formulação, promoção e coordenação da Política de Assistência Social no Município. Em 1º de junho de 2000, este órgão teve seu nome alterado para Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), mantendo a função. Em Porto Alegre, a FASC tem sido a principal responsável por propor programas e ações voltados a esta população embora, como afirma a Política Nacional para a Inclusão da População em Situação de Rua, esta responsabilidade deva ser compartilhada por todas as Políticas Públicas.

Assim como as pessoas em situação de rua têm por direito constitucional serem consideradas cidadãs, também as políticas públicas que as contemplam devem ser pensadas a partir de uma perspectiva interdisciplinar e integral, deslocando-se da Assistência Social a responsabilidade exclusiva pelo atendimento a este segmento.

²¹ Zero Hora 26/01/2015 Porto Alegre tem alteração no perfil de moradores de rua.

A FASC, buscando qualificar sua política de atendimento e fornecer instrumentos que possam orientar as suas e as demais políticas, vem realizando sistematicamente pesquisas quantitativas e qualitativas sobre a população em situação de rua. Em 1995, uma pesquisa²² realizada pela FASC em parceria com a PUC/RS apontava que havia 222 pessoas vivendo em situação de rua em Porto Alegre. Posteriormente outra pesquisa encomendada pela FASC, desta vez executada pela UFRGS/Labors, em 2007, já apresenta a existência de 1.203 adultos em situação de rua. Em 2011 foi realizado um Cadastro Censitário que atingiu 1.347 pessoas adultas em situação de rua. Em 2016, na Pesquisa Cadastro e Mundo da População Adulta em Situação de Rua, realizado através de contrato da FASC com o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRGS foram encontrados 2.115 pessoas em situação de rua.

Em matéria do repórter Felipe Dairoit, da Rádio Gaúcha de Porto Alegre veiculada em 10 de novembro de 2014, já apontava o número aproximado de 3.000 moradores de rua em Porto Alegre. O Presidente da FASC, na época Marcelo Soares, em entrevista ao Correio do Povo no dia 16 de maio de 2015 declara: “Vivemos um caos social. Entramos em ação porque as políticas públicas falharam [...]”.

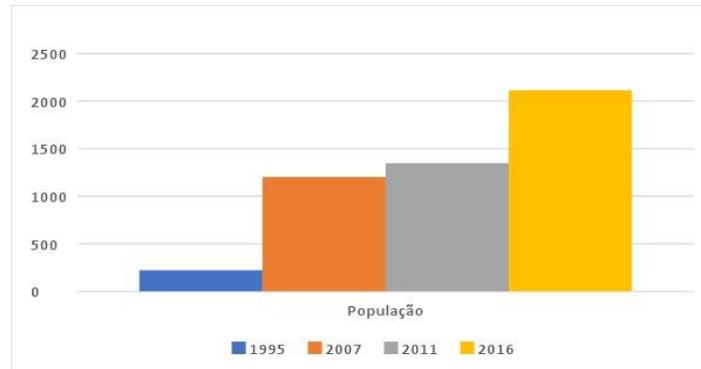
Não há consenso sobre os números oficiais, o Movimento Nacional de Moradores de Rua (MNPR) discorda dos números apresentados pela pesquisa de 2016²³. Veridiana Farias Machado, educadora social e integrante do movimento, em entrevista para o jornal Sul 21 publicada em 15 de dezembro de 2016, afirmou: “É uma população muito volante e dinâmica, mas se pegar os números dos serviços que atendem [a ela], já vai ver que é muito mais gente. Na base de 5 a 6 mil pessoas, só em Porto Alegre. Nos bairros da Zona Sul e Norte que não tinha e agora tem, é muita gente”, ela ainda acrescenta que só no Consultório de Rua, existem entre 2.400 e 2.500 pessoas registradas.

Mesmo utilizando os dados oficiais onde foram encontrados 2.115 adultos em situação de rua, podemos verificar que esta população tem aumentado de forma muito rápida em proporções maiores em Porto Alegre, mesmo que as pesquisas tenham sido realizadas em espaços menores de tempo. De 222 pessoas em 1995 para 1.203 pessoas em 2007, há um aumento de 541%. Deste passando para 1.347 em 2011, ou seja, um aumento de 11,97%. A nova pesquisa de 2016 aponta 2.115 pessoas, correspondendo a um aumento de 64,43% (Ver tabela 8).

²² Ver SCHUCH, Patrice et Al, 2012, p.43

²³ A população em situação de rua é 3 vezes maior do que apresentado pela Fasc, diz movimento. **Sul 21**, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/populacao-em-situacao-de-rua-e-3-vezes-maior-do-que-apresentado-pela-fasc-diz-movimento/>>. Acesso em: 30 mai. 2017.

Tabela 8 – Pesquisas sobre a população em situação de rua



Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base nos dados de DORNELES (2012) e IFCH/UFRGS (2016)

4.2 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CONTEXTO DO TRABALHO

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE)²⁴, a população total de Porto Alegre era de 1.263.403 em 1991 aumentando para 1.409.351 em 2010. Verificamos, então, que a população de Porto Alegre, de 1991 até 2010 aumentou 11,55%. Já a população em situação de rua, em período semelhante (1995 a 2011) aumentou 606,75%. A População Economicamente Ativa (PEA), em Porto Alegre, oscilou de 583.056 em 1991 para 704.512 em 2000, ocorrendo um acréscimo de 8,01% e chegando a 771.005 em 2011 com novo aumento de 1,33%; ou seja, no total ocorreu um aumento de 32,23% da PEA.

Comparando os dois índices podemos dizer que a PEA de Porto Alegre, no período citado, teve um percentual maior de aumento do que a população total. Em 1991, correspondia a 46,14% da população total e em 2011 este índice aumentou para 54,70%, ou seja, um percentual de 8,56% da população total passou a trabalhar. Verifica-se que o aumento da inserção no sistema produtivo de maior índice da população é menor na base da pirâmide econômica e maior no seu ápice. Neste período ocorreu um aumento expressivo da população em situação de rua. O sistema capitalista que orienta o mercado é balizado pelo lucro imediato, não tendo qualquer constrangimento perante às questões sociais. Ou seja, o desemprego e a precarização do trabalho podem ser instrumento para a manutenção dos baixos salários, uma vez que fica disponível um grande exército de desempregados composto, conforme Antunes por “homens e mulheres disponíveis para o trabalho” que “oscilam entre a busca quase inglória do trabalho ou o aceite de qualquer labor” (2005, p. 13).

²⁴ Dados disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, página do Observapoa, item população total.

Movidos pelas mais diversas situações, homens e mulheres de todas as regiões da cidade, assim como de outras cidades do estado, do país e até de outros países buscam as ruas diariamente. Alguns fugindo da violência doméstica ou da própria comunidade, pois fatores como a disputa de gangues e facções por pontos de tráfico, eventuais dívidas e conflitos parecem hoje influenciarem esta situação. Além destes, a falta de trabalho, a ausência de recursos para a própria subsistência e a expulsão velada dos membros mais frágeis de famílias sem recursos, como os doentes mentais ou com alguns transtornos ou deficiências, são fatores causadores da expulsão para as ruas.

O momento da saída talvez se confunda com um grito de liberdade, do abandono de uma situação limite para um espaço de novas possibilidades, mas, logo a necessidade de garantir sua subsistência, um abrigo e garantir suas necessidades mínimas reorientam esta situação. Ao ir para a rua, homens e mulheres, não se colocam numa posição de entrega à casualidade, à sorte, ao contrário, planejam seu trabalho, buscam novas atividades, adaptam-se às regras impostas pelas autoridades, ao mesmo tempo em que criam estratégias para atingir seus objetivos que, na maior parte das vezes, é garantir sua sobrevivência, algumas poucas necessidades básicas e alguns vícios lícitos ou não.

Em situação de rua, as dificuldades de inserção no mercado formal parecem maiores ainda. Na pesquisa "Cadastro e Mundo da População em Situação de Rua em Porto Alegre" (FASC, 2016, p. 60), as principais dificuldades apresentadas pelos entrevistados em situação de rua para não conseguir emprego foram:

Tabela 9: Motivo pelos quais não estão exercendo profissão

1. Não acha trabalho por falta de empregos no ramo
 2. Não tem documentos
 3. Está/ficou doente e não pode mais trabalhar
 4. É discriminado em função de estar em situação de rua
 5. Não tem endereço fixo
 6. Por causa da idade/não pode mais trabalhar
 7. Falta ferramentas / material / aparelhos / licenças
 8. Drogas/Alcoolismo
 9. Encaminhando aposentadoria / Aposentado
 10. Falta de oportunidade / Desemprego
- (Dados extraídos da Tabela 38, FASC, 2016, p. 60)

Encontrando-se sob uma nova necessidade, passam a organizar os novos meios de que dispõem com um novo objetivo. Não temos o objetivo de destacar aqueles que optam ou tem algum tipo de envolvimento no crime, tráfico e outros atos infracionais por este fato ser tema de outra discussão. Temos como objetivo destacar aqueles que constituem a maioria desta

população, que são os que buscam no trabalho, ainda que precarizado, uma alternativa para a sua situação de vida.

Um fato importante destacar na pesquisa realizada pela FASC em 2011²⁵ com a população em situação de rua, é que mais de 60% dos entrevistados realizam algum trabalho, mesmo este sendo de caráter precário como a catação de material reciclável, a lavagem e a guarda de carros na rua, atividades da construção civil e outras. Nas coletas de dados das pesquisas de 2011 e de 2016 não foram realizadas as mesmas perguntas, mas analisando os dados de 2016, somando o número dos que declaram as atividades que exercem com os que recebem algum tipo de benefício temos 63,25% dos entrevistados (PMPA/FASC, 2016, p. 62 e 63) com renda própria, o que mostra que a maioria desta população ou trabalha, ou recebe benefícios, contrariando a ideia que muitos têm de que a população em situação de rua vive de mendicância ou atos infracionais e crimes.

O trabalho para esta população, diferente de outras experiências que tenham tido em empregos formais, está alheio aos controles das instituições de proteção ao trabalho e emprego. Ao lavarem um carro, os preços combinados são diferenciados; sempre aquém do mercado formal de trabalho. O cuidar de carros, atividade às vezes considerada incômoda ou supérflua pelos proprietários dos veículos, é paga pelo troco que sobra. Contudo, é na reciclagem, talvez, onde se possa identificar a situação de maior extorsão e exploração do trabalho vivida por esta população.

A catação de material reciclável (PMPA/FASC, 2016) ainda é a principal ocupação desta população em situação de rua, sendo que 23,9% exerce esta atividade. Este trabalho se dá de forma diferente entre os moradores de rua, alguns deles passam quase todo o dia caminhando pelas ruas, separando principalmente latinhas de alumínio que carregam em carrinhos subtraídos de supermercados ou em sacos que levam nas costas, para ao fim da tarde vender em depósitos que lhes pagam valores pré-estabelecidos. Outros, ainda alugam dos depósitos carrinhos de ferro que lhes permitem recolher, além das latinhas, papelão e garrafas *pet*. Ao final do dia, entregam o carrinho lotado, sendo pesado cada produto e pago o valor específico, sendo descontado o valor do aluguel do equipamento.

Ao lembrarmos a forma como o capitalista produz o capital, é fácil de vermos o processo de exploração do trabalhador que se reflete na população em situação de rua. Mesmo sem a buzina da fábrica ou o bater do cartão ponto, há uma jornada de trabalho. Na catação de material reciclado é mais fácil ver este processo. O valor do tempo de trabalho, do dispêndio

²⁵ DORNELES, OBST e BORBA, 2012, p. 50.

de força de trabalho, não é pactuado no mercado. O catador em situação de rua simplesmente inicia seu trabalho, sem, muitas vezes, nem ter consciência que o faz e segue sendo limitado pelo volume de objetos que pode carregar ou, pelo fim de um turno onde recolherá os valores monetários que a sorte diária ou a tabela do depósito lhe atribuirão. Neste caso, o capitalista paga ao trabalhador o valor de sua força de trabalho, diluído e indefinido dentro do valor da mercadoria. Tumolo nos faz refletir sobre a fórmula geral do capital, expressa por Marx por: “D – M – D”, onde “parte-se de um montante de dinheiro, compra-se e vende-se mercadoria, com a finalidade de, ao final do processo, obter-se mais dinheiro, ou mais valor (mais valia)” (TUMOLO, 2005, p.245). Esta situação é ampliada na catação, pois o dono do depósito (capitalista) compra a mercadoria determinando o seu ínfimo valor, muito aquém do valor de troca que terá para ele. Não há negociação com o trabalhador, a não ser para cobrar-lhe pelo uso do instrumento de trabalho, o carrinho que ele utiliza e que paga aluguel. A mais valia, neste caso, é superdimensionada. O trabalho não é medido, e não é pago na sua especificidade, e, o trabalhador que não se sente dono da mercadoria que coletou, volta para a rua entendendo que foi bem remunerado pelas longas horas força de trabalho que entregou ao dono do depósito. Na realidade se reproduz o que aponta Marx “o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão” (MARX, 2004, p. 2), pois, como também aponta Marx no mesmo texto, “... o trabalho, a *atividade vital*, a *vida produtiva* mesma aparece ao homem apenas como um *meio* para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física” (MARX, 2004, p. 7).

Além das atividades citadas, outra atividade comumente realizada pela população de rua é a realização de serviços gerais, muitas vezes a domicílio, como carregar terra, entulhos, pedras e limpando pátios. Ocorre, porém, que muitas vezes são contratados de forma precária, informal e totalmente desprovida de garantias trabalhistas para a realizam tarefas temporárias, como montagens de palco, circos e parques, segurança patrimonial etc.

Antunes, falando sobre o desemprego no tempo atual, afirma que:

O nosso mundo contemporâneo oferece outra contribuição ao debate: fez explodir, com intensidade jamais vista, o universo do não-trabalho, o mundo do desemprego. Hoje, segundo dados da OIT, quase um terço da força humana mundial disponível para o ato laboral, ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou já vivencia as agruras do não-trabalho, do desemprego estrutural (ANTUNES, 2005, p. 12).

O capítulo “O retrato censitário da população adulta em situação de rua em Porto Alegre” (DORNELLES et al, 2012, p. 32) retrata os dados da pesquisa solicitada e coordenada

pela FASC, em 2011, só apresenta dois parágrafos (DORNELLES et al, 2012, p.50) destinados a discutir o trabalho da população de rua. Este tema passa a ter maior importância na pesquisa "Cadastro e Mundo da População em Situação de Rua em Porto Alegre" (PMPA/FASC, 2016), onde cerca de sete páginas são destinadas para este tema. No entanto, o aparente aumento de preocupação com esta situação pelo órgão de assistência social não se reflete nas demais políticas municipais, principalmente as de trabalho, emprego e renda, pois não houve nenhuma iniciativa específica voltada à População em Situação de Rua em Porto Alegre nestas áreas.

É necessário aprofundar, conhecer a realidade e a dimensão do trabalho e da produção realizada por esta população, pois os mais desprovidos de recursos, mais impossibilitados de dar valor na negociação de sua força de trabalho, são os que produzem o maior volume de mais valia ao sistema de produção capitalista. Conforme Marx:

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto que produza em geral. Ele tem que produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. (MARX, 1984, p. 105 e 106)

A população em situação de rua, analisada a partir da experiência de Porto Alegre, desempenha um importante papel dentro do sistema produtivo capitalista sendo uma força de trabalho invisível aos órgãos públicos de regulação e controle e, sofrendo com a abusiva extorsão da mais valia, por parte dos setores dominantes do capital, sujeitando-se aos trabalhos mais precários e desprovidos de qualquer mecanismo de previdência e seguridade social. Caberia ao poder público propor políticas multissetoriais que garantissem direitos trabalhistas e sociais. A sua ausência significa, na prática, conivência com processos de exploração dos trabalhadores.

Como esta realidade chega à escola, o que vem procurar esta população excluída do ou inserida na precarização do mesmo na EPA e qual o papel do Núcleo de Trabalho Educativo neste contexto é o que veremos posteriormente.

5. A ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PORTO ALEGRE – A EPA

“A escola é um espaço de relações. Neste sentido, cada escola é única, fruto de sua história particular, de seu projeto e de seus agentes. Sendo um lugar de pessoas e de relações, é também um lugar de representações sociais. Como instituição social contribui tanto para a

manutenção, quanto para a transformação social. Numa visão transformadora ela tem um papel essencialmente crítico e criativo” (GADOTTI, 2007, p. 11.).

5.1 UM BREVE HISTÓRICO

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre, EPA, foi criada durante a segunda gestão da Administração Popular em Porto Alegre, tendo como prefeito Tarso Genro e vice Raul Pont²⁶. Esta gestão teve como meta a implantação do projeto educacional do Partido dos Trabalhadores que buscava contrapor-se ao projeto hegemônico neoliberal, ou seja, à defesa da absoluta da liberdade de mercado com intervenção mínima estatal na economia. Neste período iniciou-se a implantação do Projeto Escola Cidadã²⁷, onde implantar uma gestão democrática e garantir a qualidade de ensino eram metas em evidência. Esta gestão visava ampliar a participação de toda a comunidade escolar nas deliberações e na execução da ação político-pedagógica das escolas através do planejamento participativo, da eleição de diretores e dos Conselhos Escolares (GONÇALVES, 2013, p. 13). Destaca-se que este projeto representava a concretização em Porto Alegre, assim como em várias cidades do país, da proposta do movimento denominado Escola Cidadã que surge no Brasil na década de 80 buscando a democratização da educação e a afirmação da educação para cidadania, trazendo consigo todo um referencial pedagógico assim resumido por Paulo Freire²⁸:

A Escola Cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos e deveres. O que a caracteriza é a formação para a cidadania. A Escola Cidadã, então, é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. Ela não pode ser uma escola cidadã em si e para si. Ela é cidadã na medida mesma em que se exercita na construção da cidadania de quem usa o seu espaço. A Escola Cidadã é uma escola coerente com a liberdade. É coerente com o seu discurso formador libertador. É toda escola que, brigando para ser ela mesma, luta para que os educandos-educadores também sejam eles mesmos. E como ninguém pode ser só, a Escola Cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia (STRECK, REDIN e ZITKOSKI, 2008, p.167).

²⁶ Conforme Fedozzi (1998), a “Administração Popular” caracteriza-se como uma “modalidade de gestão local, baseada na participação direta da população na elaboração do orçamento público especialmente para a escolhas das prioridades dos investimentos municipais. Este modelo caracterizou as quatro administrações das Frentes de Partidos lideradas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que administraram a cidade de Porto Alegre de 1989 a 2004 (Gonçalves, 2013).

²⁷ Projeto desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre nas primeiras gestões da Administração Popular, com maior desenvolvimento a partir de 1993, que apresentava uma nova possibilidade para a escola pública que “nutriu-se e inspirou-se em contribuições teórico-práticas de educadores progressistas da academia, da escola pública básica e das experiências da luta democrática e transformadora dos movimentos sociais” (AZEVEDO in SILVA, 1999).

²⁸ Gadotti apresenta na definição do verbete *Escola*, do *Dicionário Paulo Freire*, a concepção de Freire sobre a escola cidadã, expressa numa entrevista à TV Educativa do Rio de Janeiro no dia 19 de março de 1997, nos *Arquivos Paulo Freire* em São Paulo.

Na sua origem a EPA atendia os então denominados “meninos e meninas de rua” – crianças e adolescentes em situação de abandono, violência e exploração²⁹. A escola surgiu em abril de 1994 (ROSA, 2008 p. 52), quando dez professores vinculados ao Serviço de Educação de Jovens e Adultos (SEJA) da SMED, que seriam os professores da futura “Escola Aberta³⁰”, passaram a atuar junto com a Educação Social de Rua³¹ para, a partir da vivência da rua, construir uma proposta de educação com uma metodologia adequada a esta população, gestando assim a proposta político pedagógica desta nova escola³² :

A EPA construiu-se num espaço de acolhimento, organização e socialização de saberes, não pretendendo ser um local de “recolhimento” de crianças e adolescentes que estão nas ruas, mas sim de atuação político pedagógica, questionadora das políticas de atendimento, às quais, por muitos séculos, foi submetida essa parcela marginalizada da nossa população. (VOLPI, 1994, apud SILVA, 1999, p. 116).

Conforme Rosilene Mazzarotto³³ (2003), uma das dez professoras que começaram este trabalho, as abordagens eram feitas em duplas, indo aos locais onde se concentravam os grupos de meninos e meninas de rua buscando criar vínculos e entender melhor a sua realidade, os seus movimentos e os seus códigos. O sonho da escola era construído junto com aqueles e aquelas que iriam ocupar seus espaços, muitas vezes os meninos e meninas que seriam os futuros estudantes da EPA. As atividades ocorriam no próprio canteiro de obra do futuro prédio aonde viria a se instalar a Escola, um espaço que havia sido cedido pela Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) para a Prefeitura Municipal de Porto Alegre³⁴.

²⁹ Finkler (2011) ressalta a existência de diferentes grupos de crianças e adolescentes em situação de rua, apresenta as caracterizações de Lusk (1992) e Atekar (1996) que apontam: a)trabalhadores de rua com bases familiares (trabalham na rua, estudam e voltam pra casa), b)trabalhadores de rua independente (laços familiares enfraquecidos, atos infracionais e baixa frequência escolar), c)crianças de rua (laços rompidos e permanência na rua), d)crianças de famílias de rua (trabalham e vivem com as famílias na rua.)

³⁰ A EPA surge com a proposta de ser uma Escola Aberta, com inspiração na Educação Popular de Paulo Freire, é apresentada como uma alternativa para os excluídos, segundo o Parecer 023/95 do CME, “enquanto a escola regular não se transforma” ...” desenvolvendo um trabalho diferenciado que tenta romper com a ossatura rígida da escola tradicional, no que diz respeito ao ingresso, a frequência, à metodologia.”

³¹ Serviço da FESC criado para realizar a abordagem e acompanhamento de crianças e adolescentes em situação de rua.

³² Ver Projeto Político Pedagógico EPA, 2014, p 8.

³³ MAZZAROTTO, Rosilene. Rede Temática: O Desafio da Realidade. In: BALESTRERI, Ricardo (Org.). Na inquietude da Paz, Edições CAPEC. 2003.

³⁴ Cabe destacar que esta área era constituída por antigos prédios de uma usina de força desativada, o principal deles, conhecido como “Casarão”, era ocupado por crianças, adolescentes, jovens e adultos, numa situação análoga a da rua. Nota do autor que nos anos de 2000 a 2004, coordenava o Centro Regional de Assistência Social da Região Centro da Fasc, tendo acompanhado o período de desocupação desta área, com a relocação dos moradores para a Av. Padre Cacique nas proximidades do Estádio Beira Rio.

Em 12 de maio de 1995, o Decreto Municipal 11257 criou a escola e a denomina de “Escola Municipal de 1º Grau Porto Alegre” que, em 30 de agosto do mesmo ano, tem seu prédio inaugurado. No mesmo ano, em 14 de dezembro, o Conselho Municipal de Educação, através do parecer 023/95, pronuncia-se favorável ao seu funcionamento como uma experiência pedagógica³⁵ na modalidade “Escola Aberta” com seus objetivos voltados para “meninos e meninas sem vínculo familiar ou com vínculo familiar fragilizado”³⁶. Depois de, por um ano, dez professores terem atendido os estudantes nos seus espaços de vida, construindo uma proposta pedagógica adequada às suas necessidades, a escola encontra o seu lugar. É importante destacar que a trajetória desta escola se caracterizou por permanente disputa política e social.

A Escola de 1º Grau Porto Alegre, logo conhecida como EPA³⁷, vem, então, integrar a nova proposta de democratização da educação e de educação para cidadania, baseada no referencial teórico de Paulo Freire, conhecida como “Escola Cidadã”³⁸. Esta proposta constituiu-se num projeto educacional que, na época, estava sendo implantado na cidade pela “Administração Popular”, como era conhecida a administração da cidade. A Administração Popular é uma “modalidade de gestão local, baseada na participação direta da população na elaboração do orçamento público especialmente para a escolha das prioridades dos investimentos municipais”³⁹. Este modelo caracterizou as quatro administrações das Frentes de Partidos de esquerda, lideradas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que administraram a cidade de Porto Alegre de 1989 a 2004.

No cenário Nacional encontrava-se à frente do governo o Presidente Fernando Henrique (1995 a 2003). O período era de controle da inflação, após a implantação do Plano Real que foi iniciado no governo anterior, com o presidente Itamar Franco, em que Fernando Henrique era ministro da Fazenda. Este governo teve como característica, além do plano real, as privatizações de grandes estatais (como a Vale do Rio Doce e a Telebrás) promovendo a

³⁵ O CME – Conselho Municipal de Educação / Comissão de Ensino através do Parecer 023 /95 autorizou o funcionamento da Escola de 1º Grau Porto Alegre como “Experiência Pedagógica”. Neste período a Lei Federal 5692/71, que estabelecia as Diretrizes e Bases da Educação de 1º e 2º Grau, no seu Art. 64, conferia a prerrogativa dos Conselhos de Educação de autorizar experiências pedagógicas com regimes diferenciados dos estipulados nesta lei. A EPA era considerada uma destas experiências.

³⁶ Parecer do Conselho Municipal de Educação 023/95.

³⁷ A EPA, em 11 de setembro de 2000 altera a denominação através do decreto 12.905 para Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre.

³⁸ Conforme José Clovis de Azevedo, a criação da EPA, como escola para meninos e meninas de rua, não foi definida pontualmente, mas fez parte do Projeto “Escola Cidadã” que assumiu sua forma a partir do Congresso Constituinte realizado em 1994 e 1995.

³⁹ Texto do Parecer 023/95 do Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre.

transferência de renda do setor público para o setor privado. Embora, neste período, tenha ocorrido o aumento do Produto Interno Bruto (PIB), melhoras do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e tenha sido implantadas medidas de cunho social (como o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, e a criação do Conselho da Comunidade Solidária) e parcerias promovidas entre governo federal e sociedade civil, a concentração de renda foi mantida, assim como as desigualdades sociais. Com a mesma lógica privatizadora e neoliberal assume em 1995, no Rio Grande do Sul, o Governador Antônio Britto.

A EPA nasce logo após a implantação da Constituição Federal de 1988, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, a criação do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e, dos Conselhos Tutelares. Outras leis são criadas, como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993, que orienta as ações relativas a esta área como políticas de direito. Ao mesmo tempo ocorre uma avançada discussão que viria culminar com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996. Todo este cenário vem ao encontro da proposta de criação da nova escola, a EPA.

Porto Alegre foi uma das principais capitais governada pela Frente Popular, coligação partidária que tinha o PT como o principal partido na sua composição. Porto Alegre foi um dos principais locais do país onde esta frente pode ser implantada, à época, uma política de enfrentamento à orientação política e econômica do Governo Federal e de inversão de prioridades, mais atenta à maioria da população, a mais carente.

A administração da Frente Popular teve como objetivo a implementação de uma gestão com participação popular através do Orçamento Participativo, por exemplo. Foi realizada uma tentativa malsucedida de estatização do sistema de transporte municipal, mas que resultou, pelo menos, num maior controle das tarifas. Também foi realizada a reestruturação das políticas sociais, com o reordenamento da FESC que passa a assumir a política de Assistência Social. Ocorreu também a implantação do SUS – Sistema Único de Saúde, com a criação das Gerências e Comissões Locais de Saúde; e, na Educação foi realizado o Congresso Constituinte, a implantação do Projeto “Escola Cidadã”, as eleições de Diretores e dos Conselhos Escolares. Todos estes aspectos da conjuntura contribuem para entender as possibilidades da emergência, à época, da criação de uma escola com as características da EPA.

A EPA foi construída para ser uma escola com uma estrutura enxuta, embora semelhantes às demais escolas da rede, atendendo as turmas em três salas de aula, biblioteca, laboratório, sala com terminais de computadores, uma quadra para prática de esportes e outras salas auxiliares). Foi criada tendo como proposta que todos os seus tempos e espaços fossem

atrativos e prazerosos para despertar o desejo das crianças e adolescentes em acessá-la. Para que isso torna-se realidade foi elaborada uma metodologia específica.

A escola inicia seu trabalho atendendo em três níveis (Totalidades⁴⁰) equivalentes às quatro séries iniciais. Não havendo um início, nem fim do ano letivo; sendo possível o ingresso diário de estudante, sem definição de limite máximo de faltas, não havendo exames convencionais e nem reprovação⁴¹.

Neste novo espaço, a EPA vai desenvolvendo seu trabalho pedagógico, constituindo-se como lugar de “acolhimento, organização e socialização dos saberes”⁴². A escola, desde o início de suas atividades, se propôs a desenvolver uma relação dialógica com seus estudantes, considerando todas as dimensões do seu desenvolvimento – o social, o intelectual e o emocional. E olhando-os e escutando-os de maneira atenta, pois a construção do currículo se dá a partir do conhecimento de suas realidades e do entendimento de que os estudantes são sujeitos de suas aprendizagens, capazes de gerar novos saberes que lhes possibilitem uma atuação social crítica e participativa e que reflita na organização dos seus projetos de vida⁴³.

O principal referencial teórico da EPA são Paulo Freire, a Educação Popular e o entendimento que “o objetivo da educação é ensinar a leitura da palavra junto com a leitura do mundo para, assim, transformá-lo” (EMEF PORTO ALEGRE, 2014, p. 18), orientando-se a partir do conceito de educação popular, ou seja, uma educação libertadora. Outros referenciais citados no Projeto Político e Pedagógico da EPA são: Anton Semiónovitch Makarenko, pedagogo ucraniano encarregado de dirigir a Colônia Gorki, instituição voltada ao atendimento de órfãos e jovens transgressores nos primeiros anos pós revolução soviética, cuja obra conforme o PPP “contribuiu para a percepção da escola como espaço para aprendizagem da coletividade, da democracia, da solidariedade e da autogestão de si e de seu processo produtivo, sempre pela via do reconhecimento das habilidades positivas e da prática como princípio para teorização” (EMEF PORTO ALEGRE, 2014, p.18); Emília Ferreiro e Ana Teberosky trabalhando a ideia do letramento, o acolhimento das hipóteses iniciais dos alunos e a ressignificação da noção de "erro"; Lev Semyonovich Vygotsky e o seu socio interacionismo, com a aprendizagem construída através da relação do indivíduo com o meio e o saber pela

⁴⁰ A EPA tem sua intervenção pedagógica baseada nos princípios do SEJA, Serviço de Educação de Jovens e Adultos, desta forma os instrumentos conceituais utilizados são as Totalidades do Conhecimento. Ver Cadernos Pedagógicos, nº 8 (1997) e Regimento Escolar (2000).

⁴¹ ESCOLA vai atender meninos de rua: A instituição inaugurada ontem, será frequentada por menores que vivem no centro da capital. Zero Hora, Porto Alegre, 31 ago. 1995. p. 50.

⁴² EMEF PORTO ALEGRE, 2000, p. 4

⁴³ ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PORTO ALEGRE. Projeto Político Pedagógico, p.20-23.

experiência e Edgar Morin, a superação das fronteiras e disciplinas, o universo e as partes, a abordagem integrando os diferentes conhecimentos,

Na EPA, no ano de 1999, é implantada uma proposta de educação vinculada ao trabalho que, a partir daí, passaria a ocorrer no turno inverso àquele em que os estudantes teriam as aulas regulares: o Núcleo de Trabalho Educativo – NTE. Este começou com a participação dos estudantes numa oficina que ocorria na Usina do Gasômetro⁴⁴, um projeto conhecido como “Usina do Papel” e, já no ano seguinte, a mesma atividade passou a ser realizada nas dependências da própria escola. Posteriormente, são criadas mais duas modalidades de oficinas que passam a constituir este NTE, a “Jardinagem” e a “Cerâmica”.

A partir do ano de 2009, a EPA altera o seu público deixando de atender crianças e para desenvolver suas atividades na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, atendendo estudantes com idade de 15 anos ou mais⁴⁵.

Atualmente o NTE realiza oficinas de “Papel Artesanal” e “Cerâmica”. A oficina de “Jardinagem” que, em outros tempos, teve um papel importante, inclusive possibilitando a geração de renda, através de convênio com a Câmara de Vereadores já não existe por não haver mais a previsão, no quadro funcional de professor para esta atividade.

Em 2014, a comunidade escolar recebe a notícia de uma decisão de fechamento da escola, informada pela Secretaria Municipal de Educação. A justificativa é que passaria a atender a demanda da Educação infantil. Não aceitando esta decisão, o Conselho Escolar da EPA e a direção recorrem à vários Conselhos, à Câmara de Vereadores e busca, também, o apoio na sociedade civil. Por fim, recorre à justiça que garante seu funcionamento até os dias de hoje⁴⁶, enquanto ocorre a análise e o julgamento da questão. Ao invés de retrair-se no seu trabalho, a Escola mantém-se ativa e propositiva. O número de alunos é crescente, há ampliação da interlocução política e comunitária expandindo parcerias.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre, uma das poucas experiências realizadas no Brasil de garantia do direito à educação à População em Situação de

⁴⁴ Conforme o site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, na seção do projeto Viva o Centro, o prédio da antiga Usina Termoeletrica do Gasômetro, inaugurada em 15 de novembro de 1928, que produzia energia de carvão vegetal. A Usina foi desativada em 1974 e, desde 1991, funciona como Centro Cultural. São 18.000 m² onde funcionam anfiteatros, salas multiuso, cinemas, bares e vários outros equipamentos. Neste espaço, que se situa próximo a EPA, em 1992, constituiu-se o projeto Usina do Papel objetivando a reciclagem e a utilização do papel como recurso produção e tematização de produtos culturais. (Ver também a seção Usina do Gasômetro no mesmo site, no espaço da Secretaria Municipal da Cultura.

⁴⁵ A idade mínima de 15 anos para o ingresso na EJA segue a orientação do parecer 23/2008 do Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica do Ministério da Educação reafirmada no seu reexame e homologação através do Parecer 6/2010 onde no seu inciso 1.2.

⁴⁶ A conclusão deste trabalho se dá em janeiro de 2018 e o processo continua na mesma situação.

Rua, participou em Brasília, a convite do Ministério de Desenvolvimento Social da apresentação de “Boas Práticas”. Em 2014 ganhou o Prêmio Estadual de Referência em Educação, Líderes e Vencedores, da Assembleia Legislativa e da Federasul. Em 2017 concorreu ao Prêmio Darcy Ribeiro, ficando entre as 25 instituições públicas do Brasil indicadas pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Vários outros projetos e ações surgem ou se potencializam na escola. Exemplo disto são as reuniões do Movimento Nacional de População de Rua, que nesta época passaram a ocorrer no galpão da escola e as reuniões do Jornal Boca de Rua, que, até hoje, acontecem nas terças feiras à tarde, para a elaboração das matérias, organização do coletivo e distribuição dos jornais. Além disso, a EPA é presença ativa junto aos movimentos sociais, com representantes participando da reunião de redes de serviços intersecretarias; na coordenação do Fórum Interinstitucional sobre a Rua, que reúne diversas entidades de toda a cidade que trabalham com a população em situação de rua; em encontros, congressos, seminários e conferências relacionadas à educação e às demais políticas sociais.

Há uma grande aproximação com a universidade, sendo que a EPA, além de receber estagiários curriculares, passa a ser campo para o desenvolvimento de projetos de extensão e até de residências de alguns cursos. Ocorreram na EPA projetos como “Universidade na Rua”, no ano de 2016, com oficina de filosofia, e sabão artesanal; o Projeto Reko Porã⁴⁷ (2016 – 2017); extensões universitárias da UFRGS, com o desenvolvimento de uma horta e apoio técnico social junto ao Serviço de Acolhimento Integração e Acompanhamento e realização de uma exposição de cerâmica, papel artesanal e fotografia; estágios em Psicologia Social; residência em Saúde Coletiva; a extensão universitária “A Cara da Rua” (2016 – 2017) com oficina de fotos, produção de cartões postais e fotolivro sobre o NTE; Extensão universitária “Cerâmica e Alimentos” com confecção de objetos de cerâmica, intervenção artística no espaço da escola culminando com evento de comercialização e almoço coletivo. Houve também a parceria com o coletivo de poetas “Gente de Palavra” (2015 – 2017) que mantém uma oficina de xilogravura, realiza saraus de poesia com os estudantes, produziu um livro artesanal com poetas do grupo e uma revista com poemas dos estudantes, e, neste ano de 2018, está preparando mais uma edição da revista “Palavra da Rua”, como foi denominada.

⁴⁷ Bem viver em Mbyá Guarani.

6. O NÚCLEO DE TRABALHO EDUCATIVO

Paralelamente à sala de aula, a escola, desde os primeiros anos, procurou proporcionar atividades alternativas que contemplassem as diversas dimensões e interesses dos seus alunos. Já no primeiro ano ocorriam oficinas de sexualidade, capoeira, informática e artes⁴⁸. Em 1997, uma professora da EPA começa a aprender sobre reciclagem de papel na Usina do Gasômetro. São realizadas duas oficinas com os funcionários e professores da EPA e, no final do ano, alunos participam de oficinas de produção de papel artesanal. Em 1998 outras oficinas tinham sido acrescentadas, entre elas: teatro, fotografia, circo, pagode, rap, *herbarium* e papel⁴⁹. Algumas destas atividades, como se pode ver em reportagens da época⁵⁰, ocorriam na Usina do Gasômetro no contexto do Projeto “Fazer Arte e Fazer Papel dá Trabalho”.

No ano de 1999 a EPA apresenta à Secretaria Municipal da Educação o seu Plano Anual 1999⁵¹ e sua proposta para o “OP Escolar 99” – Orçamento Participativo Escolar. No Plano Anual, uma das ações propostas, dentro do seu objetivo número 1: “Garantir o acesso e a permanência de nossos alunos na escola com sucesso” era a “Implantação do Núcleo de Trabalho Educativo”.

A implantação do Núcleo de Trabalho Educativo se dá paralelamente a uma série de importantes ações que reforçam o caráter da escola e que lhe garantem sua especificidade⁵². A proposta do NTE acompanha a proposta de aprofundamento da discussão do Currículo, a qualificação do Laboratório de Aprendizagem, da Biblioteca e do atendimento nutricional, a articulação com a Rede de Ensino visando a continuidade da escolarização dos estudantes que concluíam as séries iniciais, o fortalecimento do Conselho Escolar, a discussão e elaboração do Regimento Escolar. Entre os objetivos do Planejamento Anual 1999, também estava a integração com organizações governamentais e não governamentais buscando a ressignificação dos vínculos familiares, comunitários e escolares dos estudantes, além da divulgação do trabalho realizado na EPA. O plano também propunha a implantação de outro diferencial desta escola que é o Serviço de Acolhimento Integração e Acompanhamento (SAIA), que passaria a

⁴⁸ ESCOLA para meninos de rua faz o seu primeiro aniversário. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 02 set. 1996.

⁴⁹ O “Jornal da EPA nº 00, de agosto de 1998 cita as atividades que ocorriam na escola neste período.

⁵⁰ MENINOS de rua fazendo Arte: Oficinas de circo e música reunirão 20 menores na Usina do Gasômetro. **Zero Hora**. Porto Alegre, 02 jan. 1998. Segundo Caderno. p. 3 e PROJETO para meninos de rua mostra resultado. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 02 de jul.1999. p. 15.

⁵¹ ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL. **Plano Anual – 1999**. Porto Alegre, 1999.

Consultado no Arquivo da Biblioteca da Escola, onde encontrava-se cópia impressa.

⁵² ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PORTO ALEGRE. 1999, op. cit.

acolher os alunos no ingresso, no retorno dos afastados, realizaria o acompanhamento no dia a dia da escola e, quando concluído o seu período na EPA, nas transferências para outras escolas. O SAIA foi criado com o objetivo de realizar a interlocução com as entidades parceiras da assistência social, saúde e outras, sendo que a EPA manteria o seu papel de escola, garantindo o trabalho em rede com os órgãos de outras políticas públicas.

O Núcleo de Trabalho Educativo, conforme a justificativa apresentada no documento citado⁵³, surge como alternativa e possibilidade à proximidade da vida adulta de muitos estudantes da EPA e da necessidade de garantir sua sobrevivência.

“Muitos de ‘nossos’ meninos de rua estão tornando-se adultos de rua. Acreditamos que assim como não é de nosso interesse, também não é de interesse da administração pública e nem também da sociedade em geral, que todo o investimento feio, toda a dedicação e todo o trabalho realizado se torne em vão, e que estes cidadãos de Porto Alegre voltem ao abandono social, e preservando como estrutura básica para suas existências uma vida marginal” (ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PORTO ALEGRE, 1999, p. 2)

No documento do OP Escolar 1999, apresentado pela EPA, é proposto que o trabalho seja incluído como princípio educativo na proposta político pedagógica da escola, o documento lembra também os objetivos do Plano Plurianual da Prefeitura de Porto Alegre (1998 – 2001)⁵⁴, onde a ampliação e a qualificação do atendimento de Meninos e Meninas de Rua, estão citadas, assim como no Programa Municipal de Trabalho Educativo. O documento também cita a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL. LDB, 1996) onde o inciso 2º do Art. 1º, diz que “a Educação Escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e da prática social” (p.1) e o Art. 3, que aponta nos seus incisos (p.2):

X - valorização da experiência extraescolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, trabalho e práticas sociais

A criação do NTE é apresentada no OP Escolar 99 com o seguinte objetivo:

...proporcionar aos alunos a “experiência do trabalho” (educativo / produtivo), entendida como o contato, o experimento de algumas formas de trabalho realizadas não com o objetivo imediato de geração de renda, mas como vivência pedagógica formativa para o enfrentamento das grandes dificuldades encontradas, devido às características culturais da população de rua, para a participação consciente, constante e responsável que o protagonismo que qualquer trabalho exige. (EMEF PORTO ALEGRE, 1999).

⁵³ Ibid.

⁵⁴ O Plano Plurianual 1998 – 2001 “Buscar parceria com a FESC e demais órgãos que atuam na área, para garantir a ampliação e a qualificação do atendimento de meninos e meninas de rua” (PORTO ALEGRE, 1999. p. 66). Disponível em: < http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smpeo/usu_doc/ppa_1998-2001.pdf>. Acesso em: 13 mar 2016.

Esta proposta do NTE, consistia na apresentação de projetos pelos profissionais da escola a partir do seu conhecimento das dificuldades e habilidades dos estudantes, que tivessem como objetivo a auto-organização destes estudantes pelo trabalho.

Os documentos Plano Anual – 1999 e OP Escolar 99⁵⁵ apresentam como objetivos do Núcleo de Trabalho Educativo “estimular a auto-organização dos alunos desenvolvendo o senso de responsabilidade, cooperação, continuidade e autoria através do desenvolvimento de projetos de trabalho”, bem como, proporcionar aos alunos que concluíssem as Totalidades iniciais, uma alternativa para que pudessem permanecer participando e tendo a EPA como referência e espaço de trabalho. As monitorias, a integração da escola com outras entidades culturais e, por fim, contribuir para o processo de reintegração social, apropriando-se do espaço do Centro Cultural⁵⁶ da escola e promovendo atividades que venham contar com a participação de outros elementos da comunidade.

A proposta do NTE compreende o Núcleo de Comunicação e Cultura – NCC e o Núcleo de Educação Ambiental – NEA. O primeiro se propõe a atuar em três frentes, por grupos de interesses dos estudantes: estudo e produções audiovisuais, estudo e produções gráficas, e, estudo, implementação e funcionamento de uma rádio comunitária. Cada frente poderia desenvolver diversas atividades correlatas, como as relativas à utilização de câmeras, ao aprendizado teatral, à elaboração de roteiros, ao manuseio e cuidado de aparelhos, à organização de videoteca, jogos dramáticos e expressão corporal, vocal. Já o Núcleo de Educação Ambiental, no OP Escolar 99, apresenta sua proposta:

Educação ambiental é um processo de Educação contínuo e interdisciplinar, um instrumento das relações sociais para poder alcançar um efeito conscientizador, libertador e proporcionar a transformação do indivíduo. Deve incorporar as dimensões dos conhecimentos socioeconômicos, políticos, culturais e históricos. (p. 13).

Com isso, era estimulada a formação de uma consciência crítica e uma mudança de comportamento em relação à conservação do meio ambiente natural.

O projeto de Educação Ambiental, que proposto no OP 1999, para ser executado pelo Núcleo, incluía a Implantação da Coleta Seletiva, as Atividades agrícolas (Reorganização da

⁵⁵ Observa-se que na sua maioria continuam atuais.

⁵⁶ O Centro Cultural da EPA consistia num antigo galpão de costaneiras que tinha como objetivo ser espaço de referência para atividades culturais. Em 2010 foi desmanchado para a construção de obra do Projeto Integrado Sócio Ambiental, sendo construído em contrapartida um novo espaço então chamado de Complexo Esportivo e Cultural com quadra coberta e novo galpão. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmae/default.php?p_noticia=136246>. Acesso em: 13 mar. 2016.

Horta, a Produção de Cogumelos, a Jardinagem e Plantas Medicinais) e, paralelamente, o projeto “Fazendo Papel, Construindo Vidas”, que teve sua origem no projeto “Fazer Papel dá Trabalho”⁵⁷. Posteriormente, com o apoio das Secretarias Municipais de Educação, de Cultura e da Indústria e Comércio, foi desenvolvido o projeto “Papel Social”, surgindo daí um grupo de produção da escola.

Assim foi se desenvolvendo o Núcleo de Trabalho Educativo da EPA, contemplando diversos projetos, na área ambiental e cultural, sendo que alguns deles iam alcançando maior expressão.

A Revista “Brasil Cerâmica” (2005)⁵⁸ relata a realização do trabalho com cerâmica na EPA, desde 1999, que é importante por trabalhar a autoestima e a organização dos estudantes, por desenvolver o gosto pela arte, por representar uma possibilidade profissional, mas também, por servir para a verbalização dos sentimentos através do “dar vida” ao barro, atuando até mesmo como uma terapia, como relata um estudante na reportagem citada.

O grupo de Cerâmica que já desenvolvia as atividades com os estudantes da escola, as ampliou junto aos índios Kaingang em parceria com o Núcleo de Políticas Públicas para os Povos Indígenas, da Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Urbana; atendendo, no primeiro momento, a comunidade da Lomba do Pinheiro e, posteriormente, a do Morro do Osso. O resultado deste trabalho está relatado na publicação bilíngue Kaingang-português “Fazendo Cerâmica como Nossos Avós - Gohor hanja Ûri ãg jóg si ag rikén” (BALSAMO et Al., 2008).

Conforme o site Coletivo EPA⁵⁹, a jardinagem surgiu buscando a origem rural de muitos dos estudantes, procurando oferecer-lhes uma ligação com a terra. Assim, em 1999, através de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre – PMPA – e a Fundação Roberto Marinho teve início o primeiro curso de jardinagem. Na sua continuidade foi formado o Grupo de Produção “Unidos pelo Verde”, constituído de alunos da EPA para o ajardinamento do Anfiteatro Pôr-do-Sol. Em 2001, através da Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – ASAFOM, foram contratados cinco alunos para o ajardinamento da Câmara Municipal. Neste mesmo ano, inicia a terceira turma

⁵⁷ Ver página 48.

⁵⁸ Taxação no acervo da escola.

⁵⁹ Coletivo EPA apresenta a história da EPA, destacando também a história do Núcleo de Trabalho Educativo. Observação: Coletivo EPA é uma página produzida através de um software colaborativo que permite a edição coletiva de documento, usando um sistema que não necessita que o conteúdo seja revisado. Disponível em: <<http://coletivoepa.wikispaces.com/home>>. Acesso em 06 de abr. de 2017.

do curso ampliando com a participação de alunos da Rede Municipal de Ensino, situadas em regiões cujos indicadores sociais apontavam altos índices de exclusão.

A Inauguração das obras de ampliação da Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre ocorreu em 1º de dezembro de 2005, data em que a escola ganhou um espaço adequado para o trabalho em papel artesanal⁶⁰: um prédio de alvenaria, com mezanino, onde pode ser instalado todo o equipamento necessário para a confecção do papel artesanal. Foi inaugurado, além do espaço do papel, um espaço para banhos e para lavagem de roupas.

O Núcleo de Trabalho Educativo surge com o objetivo ser um espaço alternativo às estratégias de sobrevivência na rua (exploração sexual, tráfico e outras), possibilitando geração de renda e reduzindo tempo dos produtores na rua, pois eles têm a possibilidade de ficar na escola em tempo integral. Um dos objetivos do NTE é a formação de produtores. Vários estudantes produtores já regulamentaram sua atividade, através da obtenção da carteira de artesão, junto a Fundação Gaúcha do Trabalho.

A jardinagem teve convênios que possibilitavam o aprendizado, com renda para os estudantes, além de um acompanhamento diferenciado. O papel artesanal produziu pasta para conferências municipais, cartões e outros objetos que garantiam alguma renda para os estudantes/produtores. A necessidade de obter renda para a própria sobrevivência, acentua-se, ainda mais, quando, a partir de 2009, quando a EPA se torna uma escola de atendimento exclusivo na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA. Muitos estudantes foram inseridos em programas de acompanhamento da assistência social com bolsas da FASC, como por exemplo, o projeto Bolsa Jovem Cidadão. Mais recentemente, houve encaminhamentos para o Programa “Somos Todos Porto Alegre”, da PMPA, que visava a inclusão no mercado de trabalho de catadores de papel reciclado que deveriam deixar seu trabalho, devido à proibição por lei municipal do trânsito de carroças e carrinhos.

A metodologia do NTE, prevista no PPP da escola, contempla oficinas: *para todos*, que possibilita que os estudantes possam experimentar as oficinas nas totalidades, com o professor referência e/ou especializado; *por interesse*, realizados no horário inverso oferecidas conforme demanda e disponibilidade de recursos humanos e *grupos de produção*, de forma mais organizada e com metas definidas. No acompanhamento do NTE, era previsto, nos primeiros anos de funcionamento⁶², que os estudantes tivessem duplas de professores referências que acompanhassem seu trabalho e que discutissem com eles a aplicação dos

⁶⁰ Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?p_secao=284>. Acesso em: 06 abr. 2017.

⁶² Atualmente este acompanhamento já não é possível pela menor carga horária de professores disponíveis.

recursos que obtinham. Conforme Klein (2006, p.19), quando um produtor ia receber o pagamento de um produto, dois professores realizavam uma discussão com ele sobre como havia sido sua participação na geração daquela renda, utilizando um formulário específico, o PAO⁶¹, estabelecendo metas para a aplicação do recurso. Desta forma a escola cumpria o papel familiar, conforme o autor relata em suas notas de rodapé, “o mesmo desempenhado, explicitamente ou não, pela família, ausente no caso dos nossos alunos” (KLEIN, 2006, p. 19).

Esta proposta, nos últimos anos, foi sendo adaptada conforme a disponibilidade dos recursos humanos que tem diminuído, com a aposentadoria de professores ou a saída para assumir outras funções.

Atualmente o NTE conta com duas oficinas: a oficina de Papel Artesanal e a oficina de Cerâmica. Houve um acréscimo de horas de trabalho com a chegada de dois novos professores (com 10h/aula cada), o que permite 40 horas dedicadas a cada modalidade, sendo menor da realidade de anos anteriores. O núcleo é composto por uma turma de cerâmica e uma de papel artesanal em cada turno, com no máximo 10 estudantes em cada uma. Os estudantes inscritos participam destas oficinas no turno inverso da totalidade na qual estão inseridos⁶². Os interessados em ingressar no NTE devem estar frequentando regularmente as aulas da sua totalidade há, pelo menos, 15 dias sem faltas, para poder concorrer a uma vaga.

Desde novembro de 2014, quando a SMED anunciou a intenção em fechar a EPA como escola de Educação de Jovens e Adultos. Por este motivo, ampliaram-se as parcerias da escola, vindo a ocorrer uma série de ações através da presença de professores, estudantes e extensionistas da UFRGS, grupos como o Coletivo de Poetas Gente de Palavra, ONGs como o CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional, a Fundação Solidariedade, entre outros. Grande parte destas ações relacionam-se diretamente com o NTE ou vieram a compor outras oficinas que passaram a ser oferecidas para os estudantes, como fotografia, horta, sabonetes artesanais etc.

O papel artesanal, através do estabelecimento de parcerias com o Coletivo de Poetas Gente de Palavra, iniciou o projeto “Palavra da Rua” que, em 2015, produziram três livros de poesias de autores conhecidos, com capas artesanais produzidas pelos próprios estudantes, além da montagem e costura deles. Em 2016, foi produzido uma nova revista, desta vez com poesias dos próprios alunos e, no final do ano, foram confeccionadas agendas anuais para venda, as

⁶¹ Plano de Aplicação Orçamentária individual.

⁶² As totalidades iniciais funcionam no turno da manhã e as finais no turno da tarde.

quais continham poesias e fotos de obras dos alunos. Está previsto para o ano de 2018, a publicação de uma nova revista “Palavra da Rua” e a confecção de um livro de um poeta.

Novas oficinas ocorreram através de parcerias os produtores do Papel Artesanal, com aulas de xilogravura (Gente de Palavra) e utilização desta técnica em suas produções. Através da parceria com a UFRGS, foram oferecidas oficinas de fotografia e iniciou-se o projeto “A Cara da Rua”, onde os estudantes aprendem a fotografar e depois são escolhidas fotos tiradas por eles para serem confeccionados cartões postais para venda pelos próprios estudantes, gerando renda. O projeto Teko Porã, desenvolvido nos anos de 2016 e 2017, também em Parceria com a UFRGS, tem retomando a ideia da horta e jardinagem na escola, com estagiários trabalhando fundamentos com os estudantes. Esse mesmo projeto também promoveu a exposição “do barro fez-se a vida” (2016), na Câmara Municipal de Porto Alegre com trabalhos de cerâmica, xilogravuras sobre papel reciclado e fotos produzidos pelos estudantes.

Do final de 2014 até o início de 2017, estudantes e professores do Núcleo de Trabalho Educativo da EPA, participaram do projeto “EcoSol e Pop Rua” que visava capacitar a população em situação de rua da Grande Porto Alegre para a Economia Solidária. O projeto foi desenvolvido em Porto Alegre pelo Centro de Assessoria Multiprofissional – CAMP. Iniciou com a formação de 4 facilitadores em Economia Solidária, escolhidos entre produtores do Núcleo, que participaram de diversas oficinas, visitas e seminários discutindo os princípios da economia solidária. Após esta primeira etapa, os técnicos e oficinairos do projeto passaram a atuar junto à escola com a proposta de constituir um núcleo de economia solidária, realizando oficinas sobre princípios da Economia Solidária, organização de um núcleo de economia solidária e a precificação dos produtos. Foi promovido um seminário fora de Porto Alegre e realizadas visitas à empreendimentos e eventos de economia solidária. Foram realizadas diversas oficinas de capacitação e encontros de formação em economia solidária. Além disso, foram organizadas feiras para comercialização e exposições dos produtos confeccionados pelos estudantes.

Atualmente o NTE tem exposto seus produtos num ponto de venda semanal no campus centro da UFRGS. O projeto “EcoSol PopRua” encerrou suas atividades durante 2017; tendo incentivado a autonomia do grupo e a busca de alternativas para a constituição de um empreendimento de economia solidária que possa acolher produtores, mesmo não estando mais vinculados à escola por terem concluído seus estudos. O NTE faz reuniões semanais com seus participantes, discutindo desde assuntos da rotina de produção e comercialização, como as

combinações do grupo, a precificação, a combinação sobre gastos e a distribuição de recursos entre todos.

A Direção e Coordenação Pedagógica da EPA têm, atualmente, procurado estabelecer uma maior vinculação do NTE com projeto pedagógico desenvolvido na sala de aula; trazendo a discussão do NTE para as reuniões pedagógicas e buscando garantir que os produtores estejam frequentando e tendo bom aproveitamento na sala de aula. Muitos projetos estão em andamento, como: uma página específica do NTE na internet, uma intervenção paisagística e artística na escola com o apoio de professores da Arquitetura, Artes Plásticas, Saúde Coletiva e outros da UFRGS etc.

Enfim, o NTE afirma-se, cada vez mais, como um dos principais diferenciais da EPA e revigora-se neste momento, tanto pela ação dos seus professores e toda a equipe da escola, como pelas parcerias que tem agregado, trazendo novos atores para dentro da escola e expandido o seu trabalho para fora dos muros da EPA. Proporcionando, como projeto educativo, uma oportunidade de ampliar a visão dos estudantes em relação à vida, ao trabalho, à sociedade e ao mundo.

7. O ACOLHIMENTO NA EPA

O acolhimento faz parte do fazer pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA) desde sua origem. Neste sentido, pode-se observar o parecer do Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre, que se pronunciou favorável à autorização de funcionamento da Escola Municipal de 1º Grau Porto Alegre apontando como justificativa da proposta de Experiência Pedagógica da Escola o fato desta ser uma alternativa para os excluídos, “enquanto a escola tradicional não se transforma” (p.2), “desenvolvendo um trabalho diferenciado que tenta romper com a ossatura rígida da escola tradicional, no que diz respeito ao ingresso, à frequência, à metodologia” (p. 2 e 3). Sendo assim a EPA, a partir da sua fundação, assume a responsabilidade de ser uma escola com uma estrutura e uma metodologia diferenciada, com o intuito de romper com o processo de exclusão que vem impedindo o acesso e a permanência de crianças e adolescentes na escola, ou seja, deve “acolher” aqueles que tem sido excluído.

A própria definição da escola, no seu Regimento Escolar, denota a mudança de paradigma⁶³, ao apontar o acolhimento – e não o recolhimento – como sua primeira característica.

A EPA constitui-se num espaço de acolhimento, organização e socialização dos saberes, não pretendendo ser um local de “recolhimento” de crianças e adolescentes que estão nas ruas, mas sim de atuação político-pedagógica questionadora das políticas sociais, garantindo o acesso e permanência dos alunos e alunas nas escolas da Rede Pública, permitindo que a Escola cumpra o seu papel de escola travessia⁶⁴. (EMEE PORTO ALEGRE, 2000, p. 4).

O termo acolhimento está presente ao longo de todo o PPP da Emef Porto Alegre (EPA). A porta de entrada da escola, é o local onde são feitas as entrevistas de ingresso dos estudantes e retorno dos afastados, é o local onde são recebidos os serviços parceiros de outras políticas públicas, e, onde são discutidas e mediadas situações de conflito. este local recebe o termo acolhimento no seu nome: Serviço de Acolhimento Integração e Acompanhamento (SAIA).

Entre as Diretrizes Curriculares apontadas no PPP da EPA, a diretriz socioantropológica afirma ter “no diálogo o princípio do acolhimento”, apontando-o, portanto, como elemento essencial para a caracterização da EPA como uma escola inclusiva em todas as suas dimensões.

Embora o acolhimento seja entendido como uma postura ética, como poderemos verificar posteriormente, há tempos e espaços da escola que utilizam a palavra acolhimento na sua definição. Quando os estudantes chegam à escola sem ter os documentos necessários para uma matrícula regular, frequentam as turmas regulares, sendo seus nomes inseridos numa Turma de Acolhimento, possibilitando que, mesmo ainda sem toda a documentação necessária, possam ingressar ou retornar ao mundo escolar. Na EPA, aqueles estudantes que por motivos diversos (como de saúde, emocionais ou outros) não consigam ficar na sala de aula, têm a possibilidade de ficarem em acolhimento diferenciado, seja no SAIA, na biblioteca ou em algum outro espaço a ser combinado com a equipe de professores. Desta forma, podemos dizer

⁶³ Antônio Carlos Gomes da Costa fala do choque de paradigmas na área do Direito da Infância e da Juventude que ocorre na América Latina, no final do século XX, onde as crianças e os adolescentes passam a ser pensados a partir da Doutrina de Proteção Integral em oposição à Doutrina de Situação Irregular, que até então orientava as legislações existentes. Ele após contextualizar o processo faz uma comparação ente o antigo Código de Menores e o Estatuto da Criança e do Adolescente. (COSTA, 2004, p. 22 e 23).

⁶⁴ Neste período a EPA era uma escola de ensino fundamental incompleto e tinha como objetivo possibilitar que meninos e meninas em situação de rua se (re)aproximassem da escola e posteriormente passassem para outras escolas da rede, após concluírem as totalidades (equivalente a anos ou séries) iniciais, servindo assim de escola travessia.

que nesta escola, a prática do acolhimento, que nomeia serviços e ações, antecedeu a sua própria teorização.

No Projeto Político Pedagógico (PPP) da EPA, elaborado pela comunidade escolar, a palavra “acolhimento” é citada 23 vezes. Seja referindo-se, como já foi dito, a um setor da escola, o SAIA ou a modalidades e ações do seu procedimento pedagógico (acolhimento inicial e acolhimento diferenciado).

O objetivo deste capítulo é entender o significado do acolhimento na EPA, qual a sua importância e validade na construção de uma proposta pedagógica que prioriza uma população que tem sido excluída do universo escolar e muitas vezes dos demais espaços da sociedade como a família e a comunidade. Em primeiro lugar busco conhecer as origens do acolhimento. Qual o significado que lhe é atribuído nas demais políticas públicas, como a Saúde e a Assistência Social. Após busco entender que significados ele tem para a educação e analisando então como ele se expressa na prática pedagógica da EPA e no Núcleo de Trabalho Educativo.

7.1 O ACOLHIMENTO E O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Como já foi referido, a EPA foi criada num momento político onde o Estatuto da Criança e do Adolescente passou a orientar as políticas públicas voltadas a este público, com um novo paradigma, a Proteção Integral. Da mesma forma, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) passa a fazer com que a Assistência Social possa ser vista como política de direitos e surgem, neste momento, diversos programas para atender a população que se encontra em situação de maior vulnerabilidade.

A EPA ao priorizar o atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua, coloca-se numa relação direta com as políticas públicas que garantem o direito das crianças e adolescentes e a Assistência Social. Desta forma, as raízes do acolhimento que orientam a prática pedagógica da EPA, tem raízes nestas duas políticas.

A palavra “acolhimento” é citada 49 vezes no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), referindo-se à medida protetiva e garantidora de direitos, geralmente acompanhada do complemento “institucional” ou “familiar”. No ECA o acolhimento distingue-se da palavra internação (medida socioeducativa privativa de liberdade), o que não ocorria no antigo Código de Menores.

Em Porto Alegre, na década de 90, período em que estruturou-se a política de Assistência Social, surgiram vários equipamentos de abrigagem ou de permanência temporária que utilizaram o termo acolhimento, na sua designação, entre estes: a Casa de Acolhimento e,

o Acolhimento Noturno da FASC. Inclusive surgiu um equipamento socioeducativo em meio aberto que atendia crianças em situação de rua, o Lar Dom Bosco, era conhecido como “acolhimento inicial”.

Desta forma, na assistência social, provavelmente por influência do ECA, o acolhimento caracteriza-se como espaço de proteção e garantia de direitos. Infelizmente, este conceito, parece ser tratado de forma insuficiente na assistência social. A LOAS, (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993) refere-se a ele somente uma vez, referindo-se à permanência institucional de idosos.

Na busca por encontrar, reflexões sobre o acolhimento que ultrapassem a sua compreensão no ECA, destaco a dissertação de mestrado em Serviço Social de Pizzato (2012) que fala sobre a Abordagem Social de Rua da FASC onde, ao descrever este serviço, diz que “a ação era pautada no processo de acolhimento” (p.73), sendo que o morador de rua era, primeiramente, entendido como sujeito de direitos. A autora destaca que “o serviço de Assistência Social é desenvolvido por meio do acolhimento e do vínculo” (p. 91).

[...] compreender a situação e trabalhar no sentido de respeitar as pessoas. Um trabalho de qualidade é um trabalho que faz isso permanentemente, que reflete sobre o que está fazendo, que tem como objetivo resgatar os direitos das pessoas. E que discute isso, a partir de grupos, de avaliações de situações, de que grupos de pessoas se têm na rua, discute com outra equipe, articula para fora da equipe, com os outros serviços, se compromete muito com as pessoas naquela situação. (PIZZATO, 2012, p. 91).

Pizzato (2012) também afirma que possibilitar o diálogo, uma relação horizontal e respeitosa, uma comunicação interativa e reflexiva, compreendem mediações da prática social com os sujeitos a partir da sua realidade concreta. A concepção do trabalho [social] é de acolhimento e de construção de vínculos com os usuários” (Ibid., p.97)

Além de ressaltar “a importância de um processo de abordagem social de rua ser pautado no acolhimento, na construção de vínculos, na escuta e no respeito à autonomia dos sujeitos” (p. 106). Desta forma, a autora, que em sua dissertação discorre sobre o serviço de abordagem, onde ela própria atuava, traz o conceito de acolhimento como elemento essencial, na prática deste serviço, possibilitando o diálogo, garantindo uma relação horizontal e respeitosa com a população atendida, sendo buscada a manutenção de uma comunicação interativa e reflexiva.

7.2 O ACOLHIMENTO NA SAÚDE

O conceito de Acolhimento tem tido ampla discussão na política de Saúde. Este termo alcança um importante significado neste contexto, um significado especial, como está explícito no Caderno de Atenção Básica:

(...) o mais importante não é a busca pela definição correta ou verdadeira de acolhimento, mas a clareza e explicitação da noção de acolhimento que é adotada ou assumida situacionalmente por atores concretos, revelando perspectivas e intencionalidades. Nesse sentido, poderíamos dizer, genericamente, que o acolhimento é uma prática presente em todas as relações de cuidado, nos encontros reais entre trabalhadores de saúde e usuários, nos atos de receber e escutar as pessoas, podendo acontecer de formas variadas (“há acolhimentos e acolhimentos”). (BRASIL, 2010, p.19)

Relações de cuidado, encontros reais, receber e escutar as pessoas são temas importantes a se destacar. Acolher, segundo o texto, é estabelecer relações de cuidado, há um encontro entre o trabalhador, profissional responsável pelo cuidado, com capacitação para exercer este trabalho e o sujeito que, por necessitar de atendimento, vem buscar o seu direito à saúde. Neste caso o acolhimento é uma relação que se estabelece, onde há abertura, aproximação da pessoa.

O acolher implica em receber a pessoa que busca o atendimento, receber suas demandas e necessidades. Escutá-la, ouvir suas explicações, seus medos, seus anseios, porque “... não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitidas aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles” (FREIRE, 1996, p.127).

Realizar uma escuta, respeitando seus entendimentos, mas muitas vezes desconstruindo mitos e medos, ajudando a formar novas concepções, pois, como afirma Freire: “Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, embora em algumas certas condições, precise falar a ele” (1996, p. 127 – 128).

Conforme Chupel e Mito (2010) o acolhimento é Diretriz do atual Plano Nacional de Humanização, visando a garantia do acesso, a criação de vínculos, o acesso a Direitos, a compreensão para a intervenção e o atendimento humanizado. Este termo passa a ocupar espaço fundamental na orientação das políticas de atendimento em saúde objetivando alterar as práticas realizadas nos mais diversos serviços. Ao consultarmos a página do Ministério da Saúde encontramos o acolhimento vinculado aos termos “postura ética”, “escuta do usuário”, “protagonismo”, “responsabilização pela resolução”, “ativação de redes de compartilhamento

de saberes”. Acolher, conforme a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), é definido como “um compromisso de resposta às necessidades dos cidadãos que procuram os serviços de saúde”.

Romanini (2016) enfatiza:

Partimos da noção de acolhimento como uma diretriz ética, estética e política da Política Nacional de Humanização (PNH) do Sistema Único de Saúde (SUS), concebendo-o como um acolhimento-dialogado, que acontece na trajetória do sujeito dentro dos serviços, e não apenas no momento de sua entrada nos mesmos. (p. 20).

O mesmo autor traz também outra reflexão sobre o acolhimento, onde aponta três dimensões distintas, a primeira diz respeito ao acesso, a segunda ao cuidado e a terceira ao processo de trabalho.

O acolhimento como mecanismo de ampliação e facilitação do acesso, o acolhimento como postura e tecnologia de cuidado, e o acolhimento como dispositivo de (re)organização dos processos de trabalho em equipe são tomadas como dimensões constitutivas dessa diretriz ética, estética e política. (ROMANINI, 2016, p. 57)

As reflexões sobre o acolhimento na Saúde fazem crescer a sua importância na orientação dos serviços e políticas de saúde, ele tem o papel de facilitar o acesso ao sistema de saúde, ele próprio além de uma postura é visto como uma tecnologia de cuidado. Por fim ele mexe nas estruturas de trabalho provocando mudanças, reorganizações dos próprios serviços.

7.3 O ACOLHIMENTO NA EDUCAÇÃO

Libâneo (2012) aponta a origem do uso do termo acolhimento na área da Educação na Declaração Mundial da Educação para Todos (1990), e, em outros documentos que tiveram sua produção sobre o patrocínio do Banco Mundial. Na Declaração é enfatizado o compromisso de superar as disparidades educacionais evitando qualquer tipo de discriminação de acesso aos grupos excluídos.

os pobres: os meninos e meninas de rua ou trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e linguísticas: os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação. (UNESCO, 1990, p. 4).

A escola tradicional, baseada em modelos precisos, no conteúdo dos livros, é apontada como incapaz de adaptar-se a diferentes momentos e contextos, gerando reprovação através de

avaliações autoritárias e provas conteudistas, além de não atender as necessidades dos novos contextos e momentos do mundo atual.

Baseado na insuficiência deste modelo tradicional foi proposta uma escola em que as necessidades básicas de aprendizagem sirvam como eixos para o desenvolvimento humano e, ao mesmo tempo, atendam as diferenças individuais e sociais, bem como a integração social. Este entendimento torna-se eixo básico vindo a orientar a realização de ações socioeducativas mais amplas no âmbito escolar.

Libâneo (2012) em seu artigo “O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola de acolhimento social para os pobres”, traz a discussão sobre os diferentes modelos de escola. Ele aponta, de um lado, uma escola voltada ao conhecimento e destinada a uma população de maior poder aquisitivo, e de outro, uma escola voltada a objetivos sociais, que teria no acolhimento da população mais vulnerável o seu principal objetivo. Libâneo cita António Nóvoa, que caracteriza dois tipos de escola:

Um dos grandes perigos dos tempos atuais é uma escola a “duas velocidades”: por um lado, uma escola concebida essencialmente como um centro de acolhimento social para os pobres, com uma forte retórica da cidadania e da participação. Por outro lado, uma escola claramente centrada na aprendizagem e nas tecnologias, destinada a formar os filhos dos ricos. (LIBÂNEO, 2012, p. 64).

Segundo Libâneo, esta dualidade apresentada, transformaria os estudantes das classes populares nas principais vítimas de um sistema educacional que não lhes ofereceria uma educação de qualidade, com conteúdo, e que os prepararia para exercer seu protagonismo e participação social em todas as esferas da sociedade e, muito menos, alcançar reconhecimento social e econômico. Isto ficaria reservado para os estudantes das classes privilegiadas que receberiam uma educação adequada ao espaço social que lhes seria reservado. Segundo o autor, esta argumentação sustenta que este modelo implantado no Brasil a partir do Governo Itamar Franco, consolidado nos Governos Fernando Henrique e mantendo suas características nos governos posteriores, estaria voltado a atender as condições de financiamentos do Banco Mundial e agências de financiamento, apresentando índices que aparentemente satisfariam as orientações das conferências internacionais sobre a Educação e os consequentes planos nacionais de caráter tecnicistas elaborados para este fim.

O próprio Libâneo (2012, p. 25), porém, chama de restrita a visão de reduzir a educação às aprendizagens mínimas e, de ampliada a visão que leva, a educação, a abrir-se “para outros espaços e tempos, inclusive para vivências de acolhimento da diversidade e para

uma aprendizagem ao longo da vida (no sentido de uma educação permanente)”. Desta forma não nega a importância a dimensão de acolhimento na escola.

Como resposta a estes modelos antagônicos de escola, que nada mais fazem do que perpetuar o *status quo*, Libâneo traz a possibilidade de aposta em outra escola que garanta o acesso aos “saberes públicos que apresentam um valor, independentemente de circunstâncias e interesses particulares” (2002, p. 25) e que propicie o aprendizado dos conteúdos básicos essenciais ao aprendizado, formando estudantes capacitados para exercer suas atividades profissionais, políticas e culturais em todos os espaços da sociedade. Ao mesmo tempo uma escola que considere e cresça, pensando uma visão ampliada de escola, “acolha” as diferenças e as identidades culturais diferentes. Desta forma a “escola do acolhimento” que inicialmente é apresentada com a oposição a “escola do conhecimento” é reaproximada desta.

Libâneo inclusive apresenta seu entendimento do papel da escola, a partir da leitura de Vygotsky e seus seguidores, afirmando:

[...] o papel da escola é prover aos alunos a apropriação da cultura e da ciência acumuladas historicamente, como condição para o seu conhecimento, cognitivo, afetivo e moral, e torná-los aptos para a reorganização crítica de tal cultura. Nesta condição, a escola é uma das mais importantes instâncias de democratização social e de promoção da educação social, desde que atenda a sua tarefa básica: a atividade de aprendizagem dos alunos.” (2012, p. 26).

Nesta lógica, onde a aprendizagem está diretamente ligada à democratização e à educação social, o acolhimento é elemento essencial para atingir estes objetivos. Na realidade aprendizagem e acolhimento não se contrapõem, ao contrário devem caminhar paralelamente, pois para a democratização da educação é necessário acolher o diferente, o excluído social e culturalmente, construir um novo modelo de educação, chamado pelo autor de educação social.

Convém novamente lembrar a obra “O cuidado e o acolhimento na escola cidadã”, onde Azevedo e Reis (2012, p.1) trazem estes dois conceitos, cuidado e acolhimento, como práticas inclusivas que tratam da “democratização do acesso à educação e ao conhecimento” numa perspectiva “dialógica e participativa”. Os autores entendem que, quando trabalhamos com estudantes em situação de vulnerabilidade social, o acolhimento, junto com o cuidado, são “indispensáveis ao envolvimento com os processos de ensino e de aprendizagem” (AZEVEDO e REIS, 2012, p. 2).

7.4 O ACOLHIMENTO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DA EPA

A EMEF Porto Alegre traz apontamentos no seu PPP, quanto a sua identidade e objetivos, reconhece-se como um “espaço de acolhimento, organização e socialização de saberes, que atende para além da escolarização formal” (EMEF PORTO ALEGRE, 2014, p.3). O Projeto Político e Pedagógico da EPA afirma que “acolher é permitir a inclusão, não é só uma questão metodológica, é uma dinâmica a permear todos os tempos e espaços escolares, tendo como protagonistas educadores comprometidos e envolvidos com uma prática educativa dialógica”. (EMEF PORTO ALEGRE, 2014, p. 31).

O termo acolhimento parece construir-se a partir das práticas cotidianas. Entre as muitas definições, que há nos dicionários⁶⁵, encontram-se as seguintes: ato ou efeito de acolher, acolhida, maneira de receber ou de ser recebido, recepção, consideração, local seguro, refúgio, abrigo. Acolher, nos dicionários, é apresentado como oposto de enjeitar. A escola acolhe aqueles que foram enjeitados, expulsos de seus próprios lares por situações de violência doméstica, física, psicológica, sexual ou negligência, expulsos das escolas, do trabalho e das comunidades pela violência que toma, cada vez mais, espaço. Diante deste contexto, a EPA assume ser espaço de acolhimento, sem preconceito nem discriminação, buscando construir uma proposta educativa adequada a este público, procurando transformar sua estrutura e o seu fazer pedagógico.

A EPA, nos seus primeiros anos, era uma escola voltada às crianças e adolescentes em situação de rua e vulnerabilidade social. Esta escola, que assumia o acolhimento como princípio, não poderia compactuar com a situação em que se encontravam seus estudantes. Como afirma Paulo Freire (1997) “não posso virar conivente de uma ordem perversa, irresponsabilizando-a por sua malvadez, ao atribuir às forças cegas e imponderáveis os danos por elas causados aos seres humanos”. Sendo assim, em 1997, observando a ausência da ação das demais políticas públicas em relação às crianças e adolescentes que frequentavam a escola, foi feita a denúncia em numa reunião de intersecretarias da PMPA da existência de 113 estudantes “em estado de total abandono” com a afirmação de que somente a escola se apresentava “como espaço de acolhimento” dos mesmos, havendo uma ausência da ação das demais políticas públicas. Esta denúncia, com a entrega da listagem destes alunos, possibilitou o início de um trabalho de acompanhamento conjunto com as demais secretarias. Desta forma,

⁶⁵ HOUAIS e SALLES, 2001, p. 61.

já nos primeiros anos da escola, a essência do acolhimento começa a se apresentar, sob a forma de denúncia das violações de direitos, uma ação propositiva e transformadora que estimula uma ação em rede das diversas políticas, pois, como afirmam

Azevedo e Reis, em” O cuidado e o acolhimento na escola cidadã”:

A escola faz movimentos para construir uma rede, para assistir as necessidades no âmbito da saúde, do transporte, da segurança e do lazer. O cidadão estudante é acolhido em todas as dimensões que configuram as suas necessidades básicas. A escola exerce o papel de articuladora, criando canais de integração entre esses serviços (AZEVEDO e REIS, 2012, p. 4)

Assim mais um aspecto do acolher se evidencia: incorporar, na práxis pedagógica, as demandas, os sofrimentos, os anseios e sonhos e comprometer-se com as lutas pela transformação política e social e trabalhar em rede na busca de soluções.

Para refletir sobre a ação dos professores num contexto de acolhimento, nos registros disponíveis na EPA, destaca-se o texto “Acolhimento: Um contexto a ser discutido”, de Maria Aparecida Cândido):

Na escola que acolhe, os professores precisam ter como compromisso estar sempre disponíveis para observar e escutar tanto as linguagens orais quanto corporais trazidas pelos estudantes, buscando conhecer suas histórias de vida (todas as dimensões “possíveis” em que estão inseridos e envolvidos), a fim de elaborarem planejamentos significativos para sala de aula, que incidam na vida dos estudantes.(CÂNDIDO, 2006, p.1).

Neste pequeno parágrafo são apontadas diversas as características do acolhimento: disponibilidade para a observação e escuta; uma sensibilidade que permita observar não somente as linguagens orais como as corporais, recusando-se, como afirma Ira Shor (Freire e Shor, 2011, p.45) “a instaurar a linguagem do professor como o único idioma válido dentro da sala de aula”, ou seja, a linguagem do estudante sendo acolhida como válida. Maria Aparecida Cândido destaca a importância de os professores estarem disponíveis a conhecer as histórias de vida de seus estudantes, terem sua sensibilidade aguçada e seus olhares muito atentos para que possam dar significado a todos estes elementos nas suas práticas cotidianas para então incidirem na vida dos estudantes.

A autora Maria Aparecida Cândido continua a reflexão trazendo as palavras de Ana Rosa Abreu (2001), em um texto publicado na Revista Pátio, enfatizando a importância do acolhimento realizado pelo corpo docente, no contexto da aprendizagem.

Diariamente, a escola coloca seus alunos em contato com o que não sabem e com o desafio de aprender. Se eles não tiverem uma autoconfiança bem estabelecida, se não experimentarem o sucesso e a tranquilidade para "ousar" aprender, se não puderem contar com o acolhimento do professor, a escola poderá desencadear um estresse insuportável, digno de gerar recusa. (ABREU, 2001, p. 18 apud CÂNDIDO, 2006, p.1)

Na EPA o acolhimento faz parte do pensar e do fazer pedagógico. A prática do acolhimento, como já foi dito, talvez tenha até antecedido uma teorização propriamente dita. No texto de Cândido, o acolhimento apresenta-se implícito nas palavras de Freire e Shor (2011, p. 48) no livro "Medo e Ousadia", no qual relatam que a sala de aula acolhedora não era permissiva, mas exigente quanto ao pensar, o escrever e o discutir questões. A autora exemplifica este acolhimento no envolvimento dos estudantes construindo conjuntamente regras de convivência, posturas e propondo a organização das rotinas escolares. Aponta, também, a mesma disponibilidade citada na Pedagogia da Autonomia (Freire, 1997, p 151), "disponibilidade à vida e a seus contratempos", aprendendo a lidar sem medo e sem preconceito com as diferenças, acolhendo o diferente, ou ainda, utilizando observações e registros cotidianos no planejamento e na organização, não só dos conteúdos, mas, também, de projetos de vida, buscando, conforme Morin a formação de "uma cabeça bem feita" "uma cabeça apta para organizar os conhecimentos, e com isso evitar uma acumulação estéril" (MORIN, 2001, p. 4). Possibilitando, desta maneira exercitar outra face o acolhimento, a compreensão, pois "é a partir da compreensão que se pode lutar contra o ódio e a exclusão (MORIN, 2001, p. 51).

7.5 ACOLHIMENTO NO NÚCLEO DE TRABALHO EDUCATIVO

Conforme o Projeto Político Pedagógico da EPA (EMEF PORTO ALEGRE, 2011, p. 39), a criação do Núcleo de Trabalho Educativo procurou contemplar no trabalho pedagógico a sobrevivência dos estudantes, e, ao mesmo tempo trabalhar aspectos afetivos e criativos destes. Paulo Gilberto Klein, professor da EPA que já trabalhou no NTE, escreve na sua monografia de especialização:

As soluções para o problema da sobrevivência são construídas com o instrumental teórico-prático de que dispõem os indivíduos. Entre estas soluções, a informalidade (ou invisibilidade) acaba por prevalecer como base sólida das relações econômicas e sociais entre as classes populares e as crianças e jovens moradores de rua. Em relação ao trabalho, são criadas alternativas as mais diferentes. Pode ocorrer o vínculo com o tráfico de drogas, o mundo dos crimes contra o patrimônio e também a exploração sexual. Uma parcela sobrevive da mendicância, passando a depender assim da boa vontade de pessoas e instituições. Outra parcela se agrega a grupos para trabalhos "provisórios" como vendedores ambulantes, papeleiros (KLEIN, 2006, p.9).

Klein, procura mostrar uma realidade que é comum aos estudantes da escola, a exclusão do mundo do trabalho. Os adolescentes, privados da convivência familiar e comunitária devido a sua situação de abandono, não tinham acesso aos programas de trabalho educativo⁶⁶ que ocorriam nas comunidades; assim como os estudantes mais velhos que não encontram lugar no mercado de trabalho pela falta de comprovação de endereço, de documentos, de preconceitos e de diversas outras razões levando a escola, em 1999, a buscar uma alternativa.

Desta forma, o acolhimento da EPA, com a criação do NTE foi garantir o acesso dos seus estudantes ao trabalho educativo. Inicialmente alguns estudantes participaram de oficinas de Papel Reciclado, que ocorriam na Usina do Gasômetro, conforme exposto anteriormente. Em 1999, a possibilidade de buscar recursos junto ao Orçamento Participativo Escolar, a EPA entendeu que o acesso dos estudantes poderia ser garantido a partir de oficinas próprias. Elaborando, portanto, um projeto que se adequasse a realidade dos estudantes e que através dele buscar-se-iam recursos da SMED. Juntamente com o Papel Artesanal, a EPA foi organizando outras oficinas como a Cerâmica e a Jardinagem entre outras propostas⁶⁷ da época.

Conforme o PPP da escola (EMEF PORTO ALEGRE, 2011, p. 39), a criação do Núcleo de Trabalho Educativo procurou contemplar, no seu trabalho pedagógico a sobrevivência dos estudantes, e, ao mesmo tempo trabalhar seus aspectos afetivos e criativos (EMEF PORTO ALEGRE, 2014, p. 39).

O primeiro objetivo do Núcleo de Trabalho Educativo, conforme o PPP (EMEF PORTO ALEGRE, 2011, p. 40) é “estimular a auto-organização dos estudantes, desenvolvendo o senso de responsabilidade, cooperação e autoria através de projetos de trabalho nos quais estejam fortemente envolvidos, amplamente identificados e que desejem participar”. Este objetivo deixa claro que ao pensar a concepção do NTE, o acolhimento se expressa através da busca do envolvimento e da identificação dos estudantes, da importância do contemplar o seu desejo e,

⁶⁶ Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente: “Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo” - Lei 8069/1990, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 29 nov. 2016. Em Porto Alegre o programa de Trabalho Educativo foi implantado pela FASC, em 1996, com o objetivo de ser um programa de Proteção Integral voltado a adolescentes entre 14 e 18 anos.

⁶⁷ O NTE era constituído nesta época do Núcleo de Educação Ambiental, onde encontravam-se o Papel Artesanal, a Cerâmica e a Jardinagem e o Núcleo de Comunicação Ambiental com rádio, cinema, vídeo, teatro, circo, HQ, Hip-Hop, capoeira, entre outros. As oficinas que se mantêm até hoje são o Papel Artesanal e a Cerâmica, embora várias outras oficinas ocorram na escola através das parcerias realizadas (COLETIVO EPA – História da EPA, Disponível em: <<http://coletivoepa.wikispaces.com/Hist%C3%B3ria+da+EPA>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

ao mesmo tempo, do buscar estimular e desenvolver habilidades que sejam úteis nas experiências de trabalho e na vida.

A proposta do NTE tem o acolhimento como pilar sustentador, sendo proposto para aqueles que foram excluídos do mercado formal, ou seja, embora figurem no contingente de trabalhadores desempregados, são considerados inimpregáveis, seja pela falta de um endereço, seja pelas histórias de vida, pela falta de referência ou até pela sua própria aparência. Desta forma o NTE acolhe os que foram excluídos do mundo do trabalho buscando reaproximá-los do trabalho numa dimensão educativa oferecendo oportunidades que lhes têm sido negadas cotidianamente.

Ao observarmos os critérios de acesso às oficinas, expressos no PPP, “a realização de cada oficina segue critérios comuns para adesão dos estudantes, respeitando seu grau de interesse, conhecimento, comprometimento e organização com o funcionamento da oficina” (EMEF PORTO ALEGRE, 2014, p. 41) verifica-se que não há imposição na participação, sendo privilegiadas a vontade e a identificação com o projeto. Outro detalhe importante é que para participarem das oficinas devem estar comprometidos com seu aprendizado, ou seja frequentando regularmente as aulas. Desta forma o acolhimento se dá pelo despertar do interesse, pela aproximação das oficinas, pelas combinações que são feitas para a entrada e pelo respeito as diferenças.

A própria criação do NTE foi uma expressão do acolhimento, a escola realizou uma transformação estrutural ao desenvolver uma proposta político-pedagógica significativa que viesse ao encontro das realidades e necessidades dos estudantes, e principalmente comprometendo-se com eles. A escola que acolhe flexibilizou seu planejamento, propondo novas metodologias e acompanhando a construção de conhecimentos pelos estudantes em todas as dimensões possíveis. Portanto, a escola que acolhe não compactua com a malvadeza social e institucional com são tratados seus estudantes numa sociedade baseada na lógica do Capital. Ela rejeita e denuncia a opressão e através de ações conjuntas, com parceiros de demais políticas públicas e sociais faz o enfrentamento ao preconceito e a discriminação, por isso cotidianamente convida os seus estudantes a refletirem sobre a sociedade, pois como dizia Paulo Freire, educar é um ato político.

O acolhimento pressupõe o transformar-se do educador e o dispor-se a conhecer seu estudante, a atendê-lo a partir das suas diferenças, das suas histórias de vida. Propondo-se, dessa forma, a transformar o processo educacional num processo dialógico, crítico, significativo e transformador, do qual não sai incólume. No Trabalho Educativo, por atender todas as

totalidades, por receber a todos estudantes a partir dos princípios da inclusão, servindo inclusive como espaço de organização, de desenvolvimento de habilidades manuais e de estruturação psíquica, há um acolhimento constante, que se reflete na troca ensino aprendido e na construção de um ambiente de cooperação e solidariedade.

Os educadores que trabalham junto ao NTE necessitam ser comprometidos com a prática do acolhimento, tendo a responsabilidade de construir conhecimento juntamente com os estudantes. Na prática diária, mais do que transmitir conhecimento, necessitam despertar habilidades potenciais, muitas vezes, nunca exploradas. Fortalecer a autoestima dos estudantes dialogando permanentemente com os seus próprios saberes, suas experiências e histórias de vida, construindo significados que venham a refletir nas suas próprias vidas. Cabe ao professor acolhedor estimular a autoconfiança, dando apoio ante os desafios da aprendizagem, ante o contato com o novo.

O acolhimento, como proposto na EPA, parte do pressuposto de que a educação é um direito e que cabe ao educador propiciar condições para que o estudante possa acessá-la e nela permanecer, estimulando seu protagonismo de forma que se coloque como sujeito do seu próprio aprendizado. Da mesma forma é reconhecido que entre suas múltiplas dimensões, o estudante é um trabalhador excluído do mercado formal e que busca na escola, e no caso da EPA, também no NTE uma possibilidade de reaproximação ao mundo do trabalho e de melhoria da sua situação de vida. Desta forma, o PPP aponta a responsabilidade da escola de enfrentar o que Azevedo e Reis (2012, p. 2) apontam como o grande desafio da escola pública “constituir-se como espaço democrático, inclusivo e que viabilize o acolhimento daqueles que têm na instituição escolar a única possibilidade de mobilidade social”.

8. O QUE PENSAM OS ESTUDANTES E PROFESSORES

No decorrer desta pesquisa procurei abordar a história da EMEF Porto Alegre e do Núcleo de Trabalho Educativo, a partir da realização de análise bibliográfica e documental, tendo como intenção explicitar o funcionamento da escola, relacionando-o com os princípios que orientam o seu Projeto Político Pedagógico. Priorizei um dos princípios que mais se destacam na práxis educativa desta escola, o acolhimento. A seguir procuro apresentar algumas informações sobre os estudantes que participam do NTE, partindo da caracterização dos entrevistados e das entrevistas realizadas.

Realizei entrevistas com cinco estudantes da EPA que participam do Núcleo de Trabalho Educativo. Quatro deles se identificaram como homens e uma como mulher. O maior

número de homens é característica, tanto do NTE, como de toda a escola. O mesmo ocorre na população em situação de rua, sendo confirmado pela pesquisa Cadastro e Mundo da População em Situação de Rua em Porto Alegre (2016), onde 85,7% da população de rua entrevistada identificou-se como do sexo masculino.

Dos cinco estudantes, um deles identificou-se como negro, um como pardo (conforme critério do IBGE, os dois seriam considerados como negros) e três como brancos. Três deles são das totalidades iniciais, sendo que estes, na sua maioria, têm dificuldades de organização, e de autonomia, tanto pela menor escolaridade, como por dificuldades pessoais, em relação aqueles que são das totalidades finais.

Dois dos estudantes entrevistados participam, neste período, somente das oficinas de cerâmica e três participavam da oficina de cerâmica e da oficina de papel artesanal. Devido à dificuldade de ter professores com horário integral na escola e que possam dedicar-se exclusivamente ao NTE, há a dificuldade de garantir o atendimento das oficinas todos os dias da semana. Como alternativa, é permitido que, havendo vagas, estudantes frequentem os dois espaços.

Foram entrevistadas três professoras, uma responsável pela oficina de cerâmica, outra pela oficina de papel artesanal e mais uma ex-professora do NTE que foi responsável pela oficina de papel artesanal. As duas primeiras possuem formação em artes plásticas e/ou visuais e especializações e, a última em pedagogia. Atualmente é priorizado para o NTE, a formação em artes, sendo que, conforme o quadro na EPA, 4 professores (dois de 30h, dois de 10h) tem esta formação. Porém, nem sempre foi assim na história do NTE, em alguns períodos outros professores de diferentes formações estiveram à frente do núcleo.

As entrevistas foram realizadas nas dependências da escola, todas foram gravadas e transcritas. Os entrevistados foram informados acerca dos objetivos da pesquisa e dos usos dos dados por meio da assinatura, por todos, do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cujo modelo encontra-se em anexo. Foi garantido a todos os participantes que suas identidades seriam preservadas. Para viabilizar este acordo escolheu-se nomes de pessoas que tiveram ou tem um papel relevante na luta social e popular do Rio Grande do Sul. Após escolhidos os nomes, realizei um sorteio para atribuí-los aos participantes da pesquisa. Os estudantes ficaram assim nominados⁶⁸: Sepé, Luiz Carlos, Custódio, Rosa e Manoel e as professoras de Luciana, Jurema e Lila.

⁶⁸ Os nomes são homenagens a Luciana (Luciana de Abreu, poetisa e professora que lutou em defesa dos direitos das mulheres), Rosa (Mulata Rosa, liderança do Quilombo do Manoel Padeiro – Camaquã/RS), Lila (Lila Ripoll, professora, poeta e militante comunista do RS), Sepé (Sepé Tiaraju, líder guarani da resistência das Missões

Procurei dividir as perguntas da seguinte maneira: as primeiras procurando conhecer a experiência escolar dos estudantes, desde como foram suas primeiras experiências escolares até em como é estudar na EPA hoje, além das diferenças que existem entre essa escola e as anteriores. Após, foram realizadas perguntas que se referiam ao NTE, se já tinham passados por outra experiência nesta área do trabalho e educação, quais as razões que os levaram a buscar o núcleo, como tem sido essa experiência, que impactos tem tido para suas vidas e se a experiência do NTE pode auxiliar nos seus projetos de vida. Outro ponto destacado foi a experiência dos estudantes com o mundo do trabalho, como hoje sobrevivem e qual os seus projetos de trabalho e de vida. Não poderia deixar de falar sobre sua experiência com a economia solidária. Devido ao projeto já mencionado de economia solidária voltado à População em Situação de Rua que, há dois anos, os componentes do núcleo têm recebido assessoria do CAMP, para execução do EcoSol PopRua, da Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes. Por fim foram registrados outros assuntos que os estudantes trouxeram espontaneamente.

Na entrevista com as professoras, as perguntas buscaram conhecer as razões, em suas opiniões, que levam os estudantes a buscar o NTE, qual o perfil, e o que significa o NTE para eles. Um segundo grupo de perguntas tratou da relação do NTE e da EPA, tendo como pano de fundo a relação entre trabalho e educação. Foram feitas perguntas sobre como o NTE impacta na construção dos seus projetos de vida, sobre a possibilidade de (re)inserção no mundo do trabalho, ou na construção de outras possibilidades de trabalho, como a economia solidária, tendo, esta, recebido uma atenção especial nas perguntas realizadas. Por fim também foram registrados outros assuntos que as professoras trouxeram de forma espontânea.

Ao analisar as respostas procurei relacioná-las com as outras etapas da pesquisa, com a observação participante, que não só realizei no período da pesquisa, mas que venho realizando ao longo dos cinco anos em que trabalho nesta escola, nas funções de professor, coordenador pedagógico e agora como diretor. Por fim procurei relacionar as respostas dos estudantes e das professoras com os referenciais teóricos que embasam as análises sobre a educação de jovens e adultos, o acolhimento, relações entre trabalho e educação, população em situação de rua, sendo o resultado deste trabalho que passo a expor neste capítulo.

Jesuítas), Luiz Carlos (Luiz Carlos Prestes, líder comunista e comandante da Coluna Prestes), Custódio (José Custódio Joaquim de Almeida, príncipe africano exilado, que morou em Porto Alegre onde foi liderança religiosa), Jurema (Jurema Justo Mengue, liderança do Movimento das Mulheres Camponesas, cuja história é destacada na 41ª Romaria da Terra/2018), Manoel (Manoel Padeiro, líder do quilombo de mesmo nome, em Pelotas).

8.1 A EXPERIÊNCIA ESCOLAR E A EPA

O desejo de aprender apareceu como a motivação da maior parte dos estudantes ao responder à pergunta “O que te levou a vir estudar na EPA?”. Sepé respondeu “para aprender a ler, escrever e fazer as contas”, Luiz Carlos disse: “Pra aprender melhor, me aperfeiçoar. Para Rosa, a razão era: “...aprender a ler...fazer as contas”. Já Custódio disse ter vindo para “Terminar os estudos”, assim como Manoel que afirmou como motivação “Terminar o primeiro grau”.

Paralelamente, e talvez até justificando esta motivação, surgem falas como a de Custódio, que associa a escola com “Ser alguém melhor” e Manoel que afirma “a gente tem que aprender, melhorar a matemática, melhorar a cabeça, se a gente não fizer isso a gente não vai saber nada”. Outras falas trazem motivações de cuidado pessoal, como quando Custódio diz: “dá pra tomar um banho”, algo que não seria possível em outra escola, e talvez não lhe deixasse confortável entre os colegas. Ainda foi citado por Custódio, como razão para estar na escola, o próprio NTE, embora o Núcleo de Trabalho Educativo, pareça ser mais um motivo da sua satisfação de estar na escola, do que algo que o trouxe, em primeira instância, para a EPA. Ainda Manoel cita “As cozinheiras, os diretores, as professoras” como razão de sua permanência na escola. Neste momento Manoel nos fala do acolhimento no dia-a-dia, a relação com os professores, diretores e funcionários é para ele um ponto de extrema importância. Romanini (2016, p.25) afirma

Trata-se de práticas de acolhimento, que nos colocam em contato com a alteridade, portanto, conosco mesmos. Apostamos nas reflexões sobre o acolhimento como uma experiência singular, que acontece cotidianamente nos serviços, nos encontros mais corriqueiros e comuns entre profissionais e usuários. (ROMANINI, 2016, p. 25)

A alteridade⁶⁹, aqui citada por Romanini, não surge do outro, mas da significação do outro, no nosso próprio mundo.

Quando perguntei se haviam estudados em outras escolas e se viam diferenças em estudar nestas escolas e na EPA, somente Rosa disse nunca ter estudado, os demais tiveram outras experiências escolares, há muitos anos. Apenas um informou ter estudado em mais de uma escola. Suas respostas mostravam uma situação de insucesso e de abandono da vida escolar

⁶⁹ É lugar comum colocar a alteridade no outro ou na ideia de outro em relação com a sociabilidade ou com a linguagem. Ou seja, partimos do pressuposto de que o desenvolvimento do vínculo social e das capacidades intelectuais e afetivas iniciam quando o sujeito percebe que o outro tem uma significação no seu próprio mundo. (ROMANINI, 2005, p.49 e 50).

como o expresso por Sepé que, na sua resposta, dizia ter estudado “Até uns 10 anos, mas não consegui aprender nada”. Esta fala, associada às já citadas anteriormente, que apontavam como razão de vir estudar na EPA, o aprender a ler, a escrever, a fazer contas, “ser alguém melhor”, “melhorar a cabeça”, eles mostram claramente o sentimento de não ter encontrado sucesso nas tentativas anteriores de acesso à escola. Porém, revelam ainda ter desejo de conseguir aprender, de terminar um ciclo, de concluir o Ensino Fundamental. Observa-se que para eles a alfabetização e o conhecimento matemático estão diretamente ligados a qualquer possibilidade de sucesso na vida. A certificação, a conclusão do ensino fundamental, para eles, podem abrir portas para o trabalho e para a melhoria das suas vidas.

As falas dos estudantes entrevistados sobre a diferença entre as outras escolas e a EPA apontam várias situações. Sepé afirmou: “Eu abri mais minha mente, antes de eu entrar na escola eu não dava atenção... A escola me ensina várias coisas, vários projetos... Nas outras escolas eu nunca tive isso”. Ele fala de uma ampliação da sua visão do mundo, que teria ocorrido através de diferentes experiências que lhe foram oferecidas a partir da escola, principalmente devido a sua participação no NTE e no projeto de economia solidária EcoSol PopRua, onde teve a oportunidade de participar de seminários, feiras, estudos etc. Custódio respondeu, referindo-se a EPA: “acho que acolhe melhor nós, né? Nos tratam com maior atenção... Aqui já tem um afeto melhor com a gente... O que me faz tirar da rua é o EPA, e o trabalho do NTE, se não esta hora estava numa praça me drogando, bebendo, me alcoolizando...”. Rosa não responde a esta pergunta, pois afirma nunca ter estudado em outras escolas.

Várias possibilidades de reflexão surgem após a análise das respostas dos estudantes em relação às suas experiências escolares e a vinda para a EPA. Entendo que eles entram na EPA com uma visão instrumental/pragmática da escola, não reconhecendo a validade de seus próprios conhecimentos, afirmam que nada aprenderam, não se enxergam com “alguém na vida”. Buscam instrumentos para se virar no mundo, o aprender a ler, a escrever, fazer cálculos básicos. Falas como a de Sepé “Meu futuro é trabalhar, primeiro aprender a ler e escrever” mostra a vinculação direta entre o estudar e o acesso ao trabalho.

A EPA, conhecida por atender à população em situação de rua, chega a ser citada como única possibilidade de retorno aos estudos, é citada como um espaço de acolhimento e de afeto, um espaço de redução de danos, onde, o estar ali como estudante se contrapõe ao estar “bebendo e se drogando na rua”. Em Azevedo e Reis, (2012, p. 334) encontra-se a seguinte afirmação: “para integrar esse aluno ao convívio escolar e iniciá-lo na aprendizagem é necessária uma ação

pedagógica alicerçada no cuidado e no acolhimento”. Esta afirmação reforça, mais ainda, a fala vinda dos estudantes, demonstrando que no seu retorno à escola buscam o cuidado, o afeto e o acolhimento, junto com uma prática pedagógica que lhes garanta o acesso à leitura, à escrita e aos conhecimentos básicos matemáticos, que lhes sirvam como instrumentalização para a vida e trabalho.

Se os estudantes entram na EPA com uma visão instrumental, pragmática irão encontrar uma escola que procura trabalhar numa perspectiva freireana, conforme expresso no próprio PPP da escola:

Os alicerces em que foram construídos os princípios políticos-pedagógicos da EPA estão fundados na Educação Popular, filosofia pedagógica de Paulo Freire. Conforme o seu pensamento, o objetivo da educação é ensinar a leitura da palavra junto com a leitura do mundo para, assim, transformá-lo. (EMEF PORTO ALEGRE, 2014, p. 18.)

Outro ponto importante que se destaca nas entrevistas, é a situação de um entrevistado, Sepé, que informa ter estudado até os dez anos sem nada aprender. Na EPA, ele ainda continua com muitas dificuldades de aprendizagem da lectoescrita, porém, como ele mesmo relata, “abriu mais sua mente... aprendeu várias coisas, vários projetos”. Tive a oportunidade de acompanhar um seminário de economia solidária, onde este aluno fala das suas experiências e do que aprendeu sobre a economia solidária. Também, várias vezes, assisti ele dando depoimentos sobre a economia solidária. É fácil verificar os seus avanços e a segurança em si que vem adquirindo.

A EPA aponta no PPP (EMEF PORTO ALEGRE, 2014, p. 23 – 25) a Educação Inclusiva, no item “Os princípios que dão significado ao Currículo” como o primeiro deles, não só por ser diretriz prevista na Política Nacional de Educação, como também pelo fato da existência de grande público de inclusão entre a População em Situação de Rua. Desta forma entendo haver uma íntima relação entre o acolhimento e a política de inclusão, iniciando pela inclusão social e ampliando-se e indo além das dificuldades e transtornos de aprendizagem, chegando também à situações de transtornos e doenças mentais, que apesar da não especialização deste espaço tem encontrado, na EPA, um espaço de acolhimento que não abdica de sua função educativa.

8.2 PARTICIPANDO DO NÚCLEO DE TRABALHO EDUCATIVO

Para tentar entender mais o Núcleo de Trabalho Educativo e sua importância para os estudantes fiz várias perguntas, sendo que algumas delas, em alguns momentos, até se sobrepuseram às outras, como poderemos verificar a seguir. Perguntei: “Por que tu quiseste participar do NTE?”, “Como é para ti, participar do NTE?”, “Conta-me alguma experiência boa que tivestes no NTE”, “Tem alguma experiência negativa do NTE que poderias me contar?”, “Participar do NTE te ajuda no aprendizado em sala de aula?”, “O que tu aprendes em sala de aula te ajuda nas atividades do NTE?”. Também foram utilizadas as repostas das perguntas dirigidas às professoras para completar esta análise.

Quando perguntados sobre porque quiseram participar no NTE, os estudantes deram respostas variadas: “Eu queria me ocupar” (Sepé). “Pra aliviar a cabeça, pra desestressar” Luiz Carlos, “Para aprender alguma coisa na vida” (Custódio), “Ah, os trabalhos, agora estou fazendo um monte de trabalhos diferentes, que eu nunca fiz na minha vida” (Rosa), “sempre tive curiosidade, assim de estar por dentro, de aprender a fazer” (Manoel). “Mais um dinheirinho que sai, que ajuda a gente na rua” (Manoel).

São diversas as motivações para participar do NTE, que vão do desejo de ocupar-se e de aliviar o stress à curiosidade que incentiva o aprender, à alegria e orgulho da criação e até mesmo à busca de meios que auxiliem a garantia da sobrevivência. Cabe ao professor que atua no Núcleo de Trabalho Educativo potencializar esses diversos sentimentos e interesses. A exclusão social, com sua conseqüente exclusão do mundo do trabalho impossibilita que a população em situação de rua e vulnerabilidade (excluída também da convivência familiar e comunitária) exerça atividades criativas, ocupe-se de uma forma saudável. A escola, que acolhe estes estudantes, lhes propicia oportunidades de exercitar sua criatividade e de desenvolver suas potencialidades, satisfazendo necessidades inerentes à natureza humana.

A Prof.^a Luciana, ao responder sobre o que é o trabalho educativo, afirma ser “um lugar onde se pode trabalhar coisas relacionadas ao trabalho de uma maneira prazerosa”, “... outras coisas como a organização no trabalho, o compromisso com o grupo”. A Prof.^a Jurema entende que “é um espaço de construção e de reconstrução e de reconhecimento deste ser trabalhador” que “a capacidade, que o ser humano tem, de transformar o meio a seu favor e gerar a sua subsistência, que não é somente através da venda... mas da sua vida, poder gerar coisas que facilitem a sua vida”. Esta capacidade de trabalho, de um trabalho pensado, com criatividade, com autonomia, é resgatada, é reconhecida por estas pessoas que participam no NTE.

Na entrevista a Prof.^a Jurema disse: “Isto foi o que a gente pensou... o que eu vi no trabalho educativo foi um espaço terapêutico, ouvi muitas vezes do trabalho educativo que ele é um espaço terapêutico”. A Prof.^a Lila fala da convivência e da parceria no grupo “a gente convive muito, vai construindo um vínculo de trabalho, mas também de afeto, de parceria e isto tudo é protetivo”. Ela traz a fala de um estudante que disse “A EPA é minha casa, eles todos trazem isso. Aqui eu me sinto em casa, aqui eu me sinto bem”. E acrescenta que “o NTE é o espaço que é mais casa ainda”. No relato da Prof.^a Lila, o NTE é visto como espaço de visibilidade, de autoestima, de produção de cidadania, “ele colocou que o NTE é o espaço da escola que a gente é vista por toda a sociedade”, ressalta, relatando a fala de um aluno. Reforçando o seu entendimento do NTE ela afirma: “É ser olhado, pelo seu semelhante, pelo seu grupo, que aqui se trabalha muito no coletivo, e pela sociedade quando vai falar deste trabalho, quando vai comercializar e que vai expor, é a questão da autoestima” e “Tudo o que faz o trabalho educativo produz cidadania” conclui a mesma professora. É por ela também destacado o papel da arte “conquistando muitas coisas através do fazer artístico” e do orgulho que vem da criação e na divulgação daquilo que é criado por eles “Só produzir arte já é assim, por si só, um processo que mobiliza muitas coisas. É crescimento que já promove muitas coisas, só de produzir aquele trabalho... Tu poder realizar, tu poder falar disso, divulgar isso nas redes”.

Analisando as respostas, lembramos que a natureza original do trabalho no entendimento de Marx, é transformadora da natureza e do próprio homem, provendo a sua subsistência e criando condições para a existência da própria vida humana.

O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade – é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana (MARX, 1982, p.50).

O Núcleo de Trabalho Educativo, segundo a Prof.^a Jurema, “é um espaço de construção e de reconstrução e de reconhecimento deste ser trabalhador... a capacidade que o ser humano tem de transformar o meio ao seu favor e gerar a sua subsistência, que não é somente a venda para o capital, mas a sua vida, poder gerar coisas que facilitem a sua vida. Esta capacidade de trabalho, resgatada, reconhecida nestas pessoas, mas um trabalho com criatividade, com autonomia, um trabalho pensado. Isto foi o que a gente pensou, o que eu vi no trabalho educativo”. O resgate do trabalho como criador de valores de uso, como trabalho não alienado, o princípio de entendimento do trabalho como essencial para a relação homem e natureza,

garantindo a subsistência, não simplesmente como valor de troca (venda da mercadoria) está presente na experiência do NTE.

Os jovens e adultos que buscam a EPA encontram-se excluídos, há muitos anos, do mundo do trabalho, não mais fazendo parte de um “exército de reserva⁷⁰”, hoje passou-se a construir um exército de inimpregáveis, devido a sua condição social, a falta de referências, de um endereço fixo e a instável vida profissional. Nesta situação, muitos projetam na escola, na alfabetização, na finalização, pelo menos do ensino fundamental, uma outra chance de retorno ao mundo do trabalho. Mesmo nestas condições vem buscar com um desejo de satisfazer sua curiosidade, de aprender, e assim, para que isso aconteça:

(...) o fundamental é que professor e alunos saibam que a postura deles, do professor e dos alunos, é dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala e enquanto ouve. O que importa é que professor e alunos se assumam epistemologicamente curiosos (FREIRE, 1996, p. 96)

Intimamente ligado ao desejo de aprender, está o desejo do Trabalho. Arruda comenta a afirmação de Gramsci, de que o trabalho é a própria forma de o ser humano participar ativamente na vida da natureza, afirmando que:

(...) a forma mais completa e abrangente de sintetizar (interpretativamente) essas definições é, primeiro, sublinhar a natureza relacional do trabalho; segundo, reconhecer nele o próprio ser do homem no mundo, envolvendo, portanto, não apenas sua relação com a natureza – sua atividade produtiva social – mas também as outras dimensões sociais, políticas, culturais, estéticas, artísticas etc.; terceiro enfatizar que, por meio do trabalho, o homem produz também sua subjetividade; e quarto, tal concepção de trabalho envolve uma percepção não compartimentalizadora nem reducionista do ser humano... (ARRUDA in GOMES et al., 2012, p.94).

É possível vermos esta dimensão de trabalho realizar-se no NTE. O trabalho ocorre de uma forma prazerosa, criativa, transformadora da natureza e transformadora do próprio sujeito.

Outras dimensões são encontradas no Núcleo de Trabalho Educativo. Ele é visto como um espaço de organização para o trabalho, de aprender a aprender e a realizar um trabalho de qualidade, mas também um espaço de redução de danos. O NTE é o espaço para aliviar a cabeça, desestressar, de conviver de forma prazerosa, afetiva, de desenvolvimento da autoestima que também é efeito do entendimento de trabalho que permeia o NTE.

⁷⁰ Conforme Marx, “O mecanismo da produção capitalista e da acumulação adapta continuamente este número (de trabalhadores) e essas necessidades (de expansão do capital). O começo desse ajustamento é a criação de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva, e o fim a miséria de camadas cada vez maiores do exército ativo e o peso morto do pauperismo” (O Capital, I, cap. XXIII, seção 4, p. 209).

Conforme cita a Prof.^a Jurema, o Núcleo de Trabalho Educativo, no seu desenvolvimento “Além de ter aquela questão que a gente queria, que resgata como trabalhador, tem aquela questão que a gente não previa de espaço terapêutico”. Para entender melhor este processo lembro um dos desafios que conforme Max-Neef necessitam ser enfrentados nos tempos atuais é:

(...)reconocer e evaluar las patologias coletivas que los diversos sistemas sóciopolíticos son capaces de provocar – cada uno a su manera y com su própria intensidad – como resultado de bloqueo sistemático de necesidades tales como entendimiento, protección, identidade, afecto, creatividad y libertad. (MAX-NEEF, 1993, p. 43).

Os estudantes chegam à escola, e ao NTE, na sua maioria, após toda uma trajetória de abandono e exclusão social, onde tem tido suas necessidades básicas, entre elas as citadas, negadas por muitos anos o que, conforme o autor, vem produzir patologias sociais⁷¹. A inserção num projeto que vincula trabalho e educação como o faz o NTE, os acolhe através do atendimento das suas necessidades de proteção (estar longe das drogas, da bebida), afeto (acolhimento pelos professores, funcionários, colegas), criatividade (o trabalho não alienado, criativo, artístico) e de liberdade (educação libertadora se contrapondo ao processo de alienação do trabalhador através da sujeição ao capital). Desta forma, o acolhimento dos estudantes, num espaço protetivo, afetivo, criativo e de caráter libertador mediado por atividades que relacionam trabalho e educação atuam de forma terapêutica sobre os estudantes que participam do NTE.

8.3 COMO É PARTICIPAR DO NTE? O BOM, O RUIM E O QUE PODE MELHORAR

Cada estudante respondeu à pergunta “Como é, para ti, participar do NTE de diferentes maneiras:

Sepé – “porque o NTE pra mim é uma coisa muito boa, professor e também na sala de aula é a mesma coisa professor, se alguém precisa uma ajuda, ‘eu não sei fazer continha...para aí, que eu vou te ensinar”

Custódio – “Gosto que nós interagimos entre nós e termos mais amizade um com o outro. É bom ter afetividade”

⁷¹ Conforme a Pesquisa Nacional Censitária e Por Amostragem da População em Situação de Rua, realizada em 2007, 29,7% dos entrevistados afirmaram ter algum tido de problema de saúde e entre eles é citado 6,1% que relatou algum problema psiquiátrico-mental.

Rosa – Eu falei com a A. e a C. (nomes de professoras da cerâmica) pra eu vir, e eu gostei, gostei da cerâmica e eu fiz um monte de coisa pra vender. Eu gosto das panelas, das frigideiras, eu fiz um joguinho daqueles peixinhos, pra botar comida. Eu não gosto de deixar sujo” “Eu faço tijelinha, as coisinhas de botar sabonete, estou aprendendo... Vou indo devagarzinho” “A massa é que me diz o que eu vou inventar. É uma coisa que eu invento, mas tá no meu pensamento”.

Manoel – “O que a gente faz ali, estimula pra gente estudar. Ao mesmo tempo tá sempre passando pra outro”, “mas poderia ser mais tranquilo. Não ter muito ‘griteiro’ onde nós trabalhamos, mais concentração no seu trabalho, porque alguém fala, e tu tá trabalhando e de repente alguém bate na tua cerâmica e quebra”

Luiz Carlos – “Gosto de tudo, cerâmica, papel... Fico calmo”.

Novamente são diversificadas as respostas e para entendê-las é necessário recorrer ao contexto, o que para mim é facilitado pela convivência diária, pela observação realizada inclusive quando tive a oportunidade de estar em aula com muitos desses estudantes. Sepé fala de como, a partir da vivência do NTE em sala de aula, consegue ajudar o colega que tem dificuldade para fazer uma conta. O princípio de solidariedade, de trabalho em equipe. desenvolvido com mais intensidade no NTE, faz com que ele leve isso para o dia a dia em sala de aula. Houve respostas abreviadas como “gosto de tudo”, foi ressaltada a relação com os colegas, com ênfase na amizade, afetividade e no companheirismo. O gosto pelo fazer, o trabalho bem feito, criativo, aperfeiçoado pela técnica adquirida, com o acolhimento dos professores, respeitando tempo e especificidades dos estudantes pode ser visto nas palavras de Rosa: “vou indo devagarzinho...” assim explicando como desenvolve o seu trabalho, conforme o seu próprio ritmo.

Críticas ao “griteiro”, ao tirar a concentração, à possibilidade de acidentes demonstram várias situações: em primeiro lugar a necessidade de alguns de um ambiente mais protegido, organizado, por sua personalidade, pelas necessidades emocionais; em segundo lugar, a formação de noções de cuidado, a introdução de princípios de organização necessários ao trabalho; e, em terceiro lugar, a diversidade dos participantes, ao mesmo tempo em que se trabalha com perfis organizados, trabalha-se com outros estudantes com grande dificuldade, cognitiva e emocional. Isso muitas vezes causa uma grande dificuldade ao professor de trabalhar ao mesmo tempo com perfis tão diferentes.

A Prof.^a Jurema diz “tem esta questão de estudantes que conseguiam se organizar pelo trabalho educativo, respondiam melhor a sua aprendizagem na sala de aula, pensando como

escola... Apesar de que a proposta da escola diga que o estudante tem que estar organizado e frequentando a escola por muito tempo, no papel, a gente recebia o cara não organizado e com dificuldade inclusive de frequentar a aula e aí, por isso que eu disse, espaço terapêutico e, a partir daí, ele conseguia pelo Núcleo do Trabalho Educativo fazer o inverso, o NTE trazia pra sala de aula”. Estas falas expressam que o acolhimento no NTE possibilita ao estudante organizar-se e esta organização reflete na sala de aula. Conforme Rosa “O que a gente faz ali estimula a gente a estudar”.

Outras constatações são trazidas pelas professoras, a Prof.^a Jurema diz “o NTE complementa a questão da escola, que é uma outra identidade, forma uma outra identidade. Outra coisa é eu ser estudante da EPA e ainda estar no Núcleo de Trabalho Educativo, isto dá uma estima, dá um local outro de ser. Uma das coisas importantes é esta coisa da escola trazer pra si, não a formação como hoje se põe de um empregado, mas de um trabalhador, isto é, parece pouca coisa, mas é uma grande diferença... A gente tira daquela questão de submissão ao Capital ou a qualquer outro, mas traz para este espaço da criação, que todos somos trabalhadores e que eles também [são] apesar das suas dificuldades”. Conforme a fala da Prof.^a Jurema, no NTE, há um rompimento com a ideia do trabalho submisso ao Capital. Ali, os estudantes passam a experimentar o trabalho, como criação, transformação, espaço de autoria.

István Mészáros (2008, p. 27) afirma que:

Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, contudo, procurar margens de reforma sistêmica na própria estrutura do sistema do capital é uma contradição em termos. É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente. (MÉSZÁROS, 2008, p. 27)

O Núcleo de Trabalho Educativo da EPA se organiza a partir da visão de uma escola alicerçada na proposta de Educação Popular de Paulo Freire. Conforme o primeiro objetivo, citado no Projeto Político Pedagógico o NTE deve:

(...) estimular a auto-organização dos estudantes, desenvolvendo o senso de responsabilidade, cooperação e autoria através de projetos de trabalho nos quais estejam fortemente envolvidos, amplamente identificados e que desejem participar (EMEF PORTO ALEGRE, 2014, p.37)

A fala da Prof.^a Jurema reforça o entendimento do objetivo do NTE como espaço de criação, de transformação, de autoria e, ao mesmo tempo, de produção de autoestima e de auto-

organização. Não é, portanto, um espaço profissionalizante que vise preparar e oferecer uma mão de obra barata e treinada para o capital, embora muitos dos estudantes tenham como objetivo a sua reinserção no mundo do trabalho formal e as atividades do Núcleo também criem nos estudantes comportamentos e habilidades que favorecem sua capacitação para o trabalho assalariado.

Está presente na constituição do NTE, o entendimento do trabalho como direito e dever de todos, que possibilita, através da transformação da natureza, a garantia da satisfação das necessidades básicas, opondo-se ao entendimento do capital, onde uma classe, proprietária dos meios de produção, compra a mão de obra do trabalhador e extrai dela a mais-valia, alienando o trabalhador do produto de seu trabalho.

8.4 EXPERIÊNCIA DE TRABALHO

Foi perguntado aos estudantes “Tu já tinhas participado, alguma vez, de curso ou projeto relacionado ao trabalho (como pró-jovem, cursos profissionalizantes, outro)?” Como resposta, quatro estudantes informaram já terem tido outra experiência. Falaram de cursos de jardineiro, menor aprendiz, aprendendo a trabalhar como *office boy*, artes e serigrafia e culinária. A importância desta formação foi diferente para cada um. Sepé fala do aprendizado, do fato de que ao aprender a manejar uma máquina, podia ensinar aos colegas. Ele não traz nenhuma informação de importância posterior, nem nos trabalhos que teve, relata ter usado o curso. Luiz Carlos fala que foi importante somente no momento em que fez o curso, não sendo importante hoje para ele. Custódio diz ter faltado continuidade, conseguir trabalhar na área. Manoel chegou a trabalhar aplicando o conhecimento adquirido, mas que depois “uma reviravolta na sua vida” o fez voltar para a rua.

Todos relatam experiências de trabalho anterior. Sepé fala sempre de serviço pesado, em obra com o pai, de ajudante de madeira, carregando caminhões, na reciclagem e, como gesseiro, carregando placas. Fala com orgulho de conseguir fazer as tarefas, mas com tristeza pelo fim da sequência de acesso ao trabalho pelo uso de drogas. O estudante Luiz Carlos teve uma experiência como *office boy*, no contexto do programa Jovem Aprendiz. Custódio relata uma vasta experiência de trabalho numa variedade de ocupações: carpinteiro, pedreiro, ferreiro, instalador hidráulico, trabalhador da área elétrica, instalador predial, trabalhador na marmoraria, em funerária, como gari e na perfuração de poços para fazer fundação. Da mesma forma, relata o fim desta carreira ao separar-se, abandonar a cidade e ter vindo para Porto Alegre onde, como já falara, teria vindo para a rua usando drogas e bebida. A aluna Rosa fala de ter

trabalhado mais de dez anos “em casa de família”, como doméstica. Por fim, o Manoel relata ter trabalhado em metalúrgica, em supermercado, na panfletagem, na varrição de rua, em obra, como autônomo, na indústria do fumo, como reciclador, mas, devido ao vício e à convivência com pessoas “que não conseguem ficar numa peça” teria ido para a rua.

Na realidade, todos relatam a exclusão do mundo do trabalho, e três destes relatam o uso de drogas como a causa principal. Na rua, dois relatam ter passado pela reciclagem como alternativa de sobrevivência. No momento, três relatam depender do Programa Bolsa Família, um da aposentadoria (benefício de prestação continuada, como pude verificar) e um diz não ter nenhuma renda. No entanto, todos se referem ao NTE como atual fonte de renda, sendo que mesmo dois que já trabalharam reciclando na rua, tinham a abandonado e, atualmente, se dedicavam a atividades do NTE. A Prof.^a Luciana traz a fala de uma aluna que disse “eu fiz essa coisa assim, gostei e ganhei dinheiro”. A aluna ressalta o prazer do trabalho, associado a ter algum ganho monetário. Ela também lembra da experiência do grupo indígena Kaingang⁷² que vinha semanalmente à escola, fala do impacto do grupo para os estudantes, com sua forma de trabalhar, rindo, se divertindo, enquanto trabalhavam juntos. O trabalho não é trazido na sua forma alienada, onde até seu nome deriva de um instrumento de tortura, o tripalium, mas na sua forma prazerosa, criativa, que desenvolve a autoestima.

A Prof.^a Jurema afirma que o NTE “é um espaço de construção e de reconstrução e de reconhecimento deste ser trabalhador”. Sendo assim este estudante primeiramente alienado e depois excluído do trabalho, exercita uma capacidade que somente o ser humano tem, a de transformar o meio a seu favor e gerar sua própria subsistência. A Prof.^a Lila diz que “em muitos momentos a gente consegue, embora não seja a única finalidade, um recurso bom e a gente sabe que isto faz uma diferença, dele [o estudante] ter o seu dinheiro para usar da forma que bem entender, a construção de autonomia”. A possibilidade de ter um retorno financeiro para usar da forma como entender é experimentar uma das dimensões de autonomia. Freire (1996, p. 120) nos diz: “Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas”. Dessa forma, a partir da venda do seu produto, sua criação, o estudante utiliza os recursos que obtém de acordo com sua vontade. Isso não quer dizer, no entanto, que dentro do grupo não seja feita uma reflexão sobre a vida e os projetos do estudante. Sim, é planejado com eles, muitas vezes, levando em conta seus objetivos, a forma como gastarão os recursos, que valor pretendem guardar, entre outros aspectos.

⁷² Projeto Fazendo Cerâmica Como Nossos Avós.

8.5 O SONHO DE TRABALHO E DE VIDA

Quando perguntado “Tu tens algum projeto ou objetivo, de trabalho e de vida para o futuro?” Sepé trouxe diferentes ideias. Diz ele que, após aprender a ler e escrever iria montar um barzinho, escrever um livro sobre moradores de rua e trabalhar numa transportadora. Luiz Carlos disse não ter projetos. Custódio fala em voltar pra Santa Catarina, fazer um curso de Segurança do Trabalho e trabalhar numa grande indústria de sua cidade. Rosa quer fazer um curso de cerâmica para se aperfeiçoar e Manoel fala que após estudar, aprender, criar uma desenvoltura no falar, para poder ter uma postura no mercado de trabalho, pretende trabalhar num mercado ou num serviço de limpeza bom e alugar uma peça e tocar a vida. Com exceção de Luiz Carlos, que não expressou ter um sonho, todos responderam rapidamente, o sonho, mesmo que sem precisão - como Sepé, que apresenta vários. Sonhos fazem parte da vida dos estudantes da EPA e certamente de tantas outras pessoas em situação de rua, assim como a maioria deles.

Mesmo fora das perguntas realizadas, houve referências à importância da EPA e do NTE para a vida dos estudantes. Custódio disse: “Me ajuda muito, pra eu ter uma perspectiva de vida né?”. O estudo é colocado como condição para atingirem seus sonhos. Custódio falando de seus sonhos disse: “Vai me ajudar; é só terminar meu primeiro grau e pegar o diploma e levar lá que a pessoa vai me ajudar” referindo-se a alguém que, na sua cidade, que lhe fala da possibilidade de um emprego.

A EPA aponta no seu PPP a “construção de ações pedagógicas e sociais que viabilizem a organização de projetos de vida” (EMEF PORTO ALEGRE, 2014, p. 21).

Acolher sonhos/projetos é papel formalmente assumido pela escola. Como diz Paulo Freire, “Uma das tarefas políticas que devemos assumir é viabilizar os sonhos que parecem impossíveis (FREIRE, 1991, p. 126 in STRECK, REDIN e ZITKOSKI, 2008, p. 390). Os sonhos dos estudantes se transformam em material pedagógico para a sala de aula. Há diferentes de formas de se ver os sonhos e esta visão orienta o fazer pedagógico da escola. Podemos vê-los como empecilhos para a tomada de decisões centradas numa “realidade lógica e palpável” ou como motor da história, como nos aponta Freire.

Fazendo-se e refazendo-se no processo de fazer a história, como sujeitos e objetos, mulheres e homens, virando seres da inserção no mundo e não da pura adaptação ao mundo, terminaram por ter no sonho também um motor da história. Não há mudança sem sonho, como não há sonho sem esperança. (FREIRE, 2011, p. 126).

Das respostas das professoras à pergunta sobre a importância do NTE para a vida dos estudantes da EPA; sobre a contribuição do NTE para a reinserção dos estudantes no mundo do trabalho e, ainda, sobre o NTE estar atingindo seu primeiro objetivo, conforme o PPP da escola, ou seja o de “estimular a auto-organização dos estudantes, desenvolvendo o senso de responsabilidade, cooperação e autoria através de projetos de trabalho nos quais estejam fortemente envolvidos e amplamente identificados e que desejem participar”. Até mesmo professores tem expressado dúvidas sobre mudanças na vida dos estudantes, se poderiam estar vindo do fato de estar numa oficina do NTE. Às vezes as mudanças se dão em atos simples, mas que demonstram novo posicionamento em relação à vida. A Prof.^a Jurema lembra de um estudante que tinha frequentado a escola e costumava realizar pequenos roubos, que relatou seu orgulho de levar um objeto feito por ele (não roubado) para sua mãe. Ela ressalta também que a partir do NTE eles passam a se organizar melhor em relação à vida fora da escola. A Prof.^a Lila fala do vínculo que se constrói pelo trabalho e como este vínculo, assim como a arte e o fazer constroem projetos de vida. Ela fala de um projeto, de uma caminhada, da construção de um projeto de vida, inclusão na sociedade. Ela afirma que o NTE é “o espaço da escola onde se é visto por toda a sociedade”.

É visível a importância que o NTE tem para a vida dos estudantes, na sua organização, na possibilidade de sair por mais tempo das ruas, afastando-se das drogas como muitos falam, pela possibilidade de reaproximação do mundo do trabalho, numa outra perspectiva, de trabalho criativo, não alienado. Enfim é possível falar de muitos outros exemplos, como o aumento da autoestima, a solidariedade, as novas perspectivas de vida, o ganho com as vendas, mas é importante pensar qual a verdadeira potência do NTE. É possível a reinserção no mundo do trabalho a partir do NTE? O Aprendizado na cerâmica ou no Papel, pode ser utilizado no pós-escola? A constituição de um grupo de economia solidária é possível e atende as necessidades básicas dos estudantes? Podem se inserir no mercado de trabalho convencional? Como fica a situação dos estudantes que concluem o ensino fundamental, até quando é possível mantê-los no NTE?

Certamente esta pesquisa não poderá dar a resposta para todas estas perguntas, mas pode trazê-las para a reflexão, sobre os limites da escola e a necessidade do comprometimento de outras políticas para buscar uma solução efetiva.

8.6 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA EPA

No ano de 2015 a EPA integrou-se ao projeto de economia solidária, EcoSol PopRua, promovido pela hoje extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e executado em Porto Alegre pelo Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP), que visava criar e/ou fortalecer iniciativas de economia solidária com a População em Situação de Rua. Os estudantes do NTE participaram de formações, capacitações e diversos eventos, além de terem assessoria diretamente nas atividades de trabalho. Embora não seja o tema principal da pesquisa, podendo por sua importância como alternativa de um outro modo de trabalho possível, ser objeto de outra, não poderia ser deixada de fora nesta análise.

Várias perguntas foram feitas aos estudantes sobre a economia solidária: “Tu participas do grupo de economia solidária?” No início do processo, a partir das observações realizadas, constatei que alguns estudantes, principalmente na cerâmica, tinham dificuldades de participar e até mesmo de entender o que é a economia solidária e, por várias razões, não conseguiam fazer as discussões em grupo. Preferiam se voltar a um trabalho mais individual onde se sentiam mais à vontade. Aos poucos, vários deles, observando as atividades em que os colegas participavam, passaram a se aproximar sendo acolhidos, respeitando-se nas suas limitações. Todos os estudantes entrevistados participam do grupo, um deles, conforme observei, tem dificuldades de ordem emocional e, muitas vezes, evita as reuniões, apesar disso, na entrevista afirma que participa do grupo de economia solidária. Quando perguntados “O que é economia solidária para ti? Surgiram várias respostas: “economia solidária é um ajudar o outro”, disse Sepé. Como em vários outros momentos da entrevista, ele associava a ideia de economia solidária à solidariedade. Sua maior preocupação é ajudar o outro, é ensinar o que tem dificuldade, passar o que aprendeu. “Trabalhar junto, junto e solidário”, disse Luiz Carlos, com poucas palavras como costuma responder todas as perguntas. O aluno Custódio disse: “economia solidária é um grupo que se une para fazer um trabalho que gera renda para todo mundo”. Fala em ajudar e compreender o outro, “É um tipo de uma corrente, mas se quebrar o elo...” fala colocando aí o problema, que é um processo que depende de todos. Jurema explicou da seguinte forma: “É saber o preço do barro, da luz e da água, e deixar um dinheirinho aí pra arrumar o forno. O resto é meu”. Depois ela explica que faz seu trabalho sozinha. Seu entendimento principal da economia solidária é que se uma máquina (equipamentos, insumos) é de uso de todos, então todos são responsáveis por sua manutenção deixando uma parte do que ganham para os gastos de uso comum. Em outros momentos fala da limpeza do espaço que é responsabilidade de todos. Manoel respondeu: “É a participação, tá ali trabalhando, no intuito

de ganhar um dinheiro e ajudar todos que estão no NTE, porque é um dinheiro que vai ser dividido”. Fala, à sua maneira, da autogestão, da solidariedade. Na continuação da sua resposta passa a falar da solidariedade em sua vida. De que apesar de se organizar sozinho, lavando sua roupa, fazendo a comida, mesmo tendo pouco ajuda o outro, dividindo o pouco que tem, conforme exemplo que recebeu de sua própria mãe.

Outras perguntas se referem à autogestão, ao tipo de democracia que ocorre no interior do grupo e de como os participantes se posicionam em relação a isso. Todos falaram que há momentos de reunião e discussão de projetos, regras e combinações no NTE, conforme os estudantes todos participam e são ouvidos. Foi colocado, porém que alguns não respeitam estas combinações.

A Prof.^a Luciana refere que “... economia solidária, eu vejo que é aquela ideia de que é importante o grupo todo colaborar, e que é diferente de eu ser sozinho, aí sou eu que faço”. A Prof.^a Jurema fala da importância da assessoria dada durante o projeto EcoSol e PopRua. Enfatiza a organização, o planejamento, o aprender a calcular os preços. Quando ela fala dos limites que surgem após a EPA, cita a economia solidária como um avanço, porém limitado, “não é a economia que rege o mundo” ela cita lembrando que são limitadas as possibilidades da ECOSOL.

A Prof.^a Lila fala das diferenças de perfil, do grupo das totalidades finais, mais organizados e, então, conseguindo trabalhar mais os princípios da economia solidária. Segundo ela, conseguem exercer mais o princípio da autogestão enquanto os das Totalidades Iniciais ficam mais apoiando, com dificuldade de assumir este papel. Apesar destas dificuldades, ela afirma que durante os dois anos de assessoria do CAMP, o grupo foi entendendo aos poucos os princípios da economia solidária, estudando, participando de eventos, produzindo uma cartilha.

8.7 MAS AFINAL, O QUE NOS DIZEM OS ESTUDANTES E PROFESSORAS?

As entrevistas realizadas nos auxiliam a entender quem são os estudantes que procuram o NTE, conhecer um pouco de suas histórias de vida, educação e trabalho, suas motivações para ao retorno à escola e porque se inserem num projeto que vincula a educação ao trabalho. As palavras de Freire, em *Pedagogia da Autonomia*, podem ajudar a entender melhor as respostas trazidas pelos estudantes e as professoras entrevistadas. Diz Freire que:

“O inacabamento do ser ou a sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida há inacabamento. (1996, p. 55). E, em outra passagem afirma: “Programados para aprender e

impossibilitados de viver sem a referência de um amanhã, onde quer que haja homens e mulheres há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender” (FREIRE, 1996, p.94)

A condição de inconclusão, de inacabamento, mobiliza o desejo de aprender (programação intrínseca do ser humano). Está presente no estudante – ser humano – que, após muitos anos, ainda acredita que o retorno à escola pode lhe dar melhores oportunidades na vida, que pode aprender aquilo que não conseguiu na sua infância ou juventude. Certamente é imprescindível considerar esta condição de todo ser humano, que é um grande mobilizador da vida. Não podemos deixar de olhar para cada estudante e ver as mobilizações da vida diária, os desejos, as necessidades básicas, os sentimentos de cada um, pequenos detalhes que montam o cenário do real, que direcionam seus passos para o retorno à escola e, no caso, especificamente da EPA. A partir das entrevistas é possível identificar algumas das razões que levaram os estudantes a tomar essa decisão.

Somente um estudante afirma nunca ter estudado, os demais já tinham tido esta experiência, mas tiveram que interromper seus estudos na sua infância por não ter tido sucesso - “não aprendi nada” - ou por necessidade de sobrevivência. Foram então excluídos da escola e do trabalho. O uso de drogas, a vida na rua induz ao fim de relacionamento familiares e comunitários. Ao buscarem a EPA, são acolhidos. “Única possibilidade”, uma escola de Educação de Jovens e Adultos e que prioriza o atendimento à População em Situação de Rua, “dá pra tomar um banho”, “aqui já tem um afeto maior”. O acolhimento é uma razão profunda para virem estudar na EPA. A escola acolhe, como EJA, aqueles que não conseguiram completar seus estudos na infância. Quem acolhe quem vive na rua entende suas dificuldades e procura lhes oferecer condições mínimas de estar numa escola, como um banho... e percebem afeto no fazer escolar.

Ao acolher os estudantes, a EPA possibilita que seja atendido o desejo que expressam de saber ler, escrever, fazer contas, concluir os estudos, ter uma certificação de estudo. Este desejo está ligado ao entendimento de que sem estes conhecimentos mínimos, para alguns, sem concluir no mínimo o Ensino Fundamental terão menos condições de disputar um lugar no mercado de trabalho e melhorar sua vida. Estudar está ligado a “ser alguém na vida” e a “ser alguém melhor. A escola acolhe o entendimento dos estudantes, ao mesmo tempo, que, num processo dialógico, valoriza suas histórias de vidas, os seus saberes, busca como nas palavras de Freire (2005, p. 37) “gerar do seu ser menos a busca de seu ser mais de todos”.

A leitura e a transformação do mundo são conceitos presentes no quefazer pedagógico da EPA. Acolher os estudantes significa estar aberta às suas dificuldades, suas inquietações e seus sonhos e aí, a própria escola se transforma para poder atendê-los. A EPA não se restringe a trabalhar com os estudantes o que está previsto num currículo tradicional. O que se percebe na própria fala de Sepé: “A escola me ensina várias coisas, vários projetos”. O Núcleo de Trabalho Educativo foi criado justamente com esta intenção. Desta forma, o Núcleo procura ser uma mediação para a sua reaproximação com o mundo do trabalho. Na dinâmica diária busca contribuir com a organização pessoal dos estudantes. Inclui a todos independentemente das suas dificuldades, respeita seu ritmo e características pessoais e cria um ambiente de troca e solidariedade.

No NTE se busca a reaproximação com o trabalho. Em primeiro lugar, esse é visto como princípio educativo, onde se busca entender o seu caráter de transformação da natureza para atender as necessidades básicas do homem, ao invés do caráter imposto pelo capital, onde é alienado do trabalhador, vindo a transformar-se em mais-valia na produção de valores de troca que só enriquece ao proprietário dos meios de produção. Conforme Marx:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma útil à própria vida. Ao atuar por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1983, p.149)

A fala de uma das professoras é a reconstrução e o reconhecimento deste trabalhador um dos objetivos do NTE, de resgatar a capacidade de realizar “um trabalho pensado, com criatividade, com autonomia”, com “autoria” onde a autoestima é resgatada. Pois, como relatam as professoras entrevistadas, o NTE é o lugar de maior visibilidade da escola. Através do seu trabalho, do seu produto, da sua arte os estudantes têm uma oportunidade de serem reconhecidos socialmente não mais, somente, como moradores de rua, drogados e outras formas como comumente as pessoas os veem. Na EPA são estudantes, no NTE, além de estudantes são produtores de seu trabalho. Sua arte se torna visível para a sociedade e causa admiração. Nas exposições observadas, posso destacar a realizada na Câmara Municipal de Porto Alegre (CMPA) entre os dias 13 e 27 de outubro de 2016, *Do barro fez-se a vida*, que teve destacada participação na sua abertura, onde os estudantes mostravam suas obras, com orgulho para as pessoas presentes. Muitas vendas foram realizadas a partir dali e a exposição foi divulgada no site da CMPA, no boletim de Vereadores, no Jornal da Universidade Federal do Rio Grande do

Sul, no Jornal Sul21, entre outros. Outro evento observado foi o realizado na escola no dia 25 de novembro de 2017, “Cerâmica e Alimentos” onde mais de 200 convidados compareceram à escola na sua maioria realizando compras. Por fim destaco a participação semanal na feira “Contraponto” junto à Faculdade de Educação da UFRGS, que tem sido um espaço de venda importante para os estudantes, onde já estão participando há mais de um ano. Vários outros eventos podem ser destacados, como os aniversários da escola, festas juninas e outras exposições e feiras externas, que pude ter relato nas reuniões do NTE.

O NTE, então, cumpre papéis específicos e, ao mesmo tempo, complementares a outros espaços e atividades da EPA. Simultaneamente incentiva a organização para o trabalho, estimula o hábito de comportamentos desejáveis em qualquer local de trabalho como a limpeza, a capacidade de trabalhar em grupo, habilidades como a coordenação motora, o detalhamento aumentando as possibilidades de inserção no mercado de trabalho, age – também – como espaço terapêutico que ajuda a desestressar, que inclui e acolhe os estudantes nas suas dificuldades intelectuais e psicológicas e até, em alguns casos, de transtornos mentais. O NTE contribui com a formação dos estudantes na sua organização para os estudos - sala de aula - e para a vida diária em geral e ainda desenvolve sua autoestima.

Muitos dos estudantes relatam como o uso de álcool e outras drogas lhes afastou do trabalho e do convívio familiar e comunitário. Na EPA e no NTE há regras para evitar que isto aconteça e prejudique todo o andamento do trabalho, mas na perspectiva do acolhimento, sem uma visão moralista e discriminatória. A Redução de Danos, apontada no próprio PPP da escola é a prática adotada. Muitos relatam que o que os retira das drogas é a EPA e o NTE. Novamente, aqueles que são excluídos pela maioria da sociedade de espaços de convivência social e de trabalhar, são acolhidos. É dada a eles a possibilidade de reflexão, sendo sempre garantido apoio quando buscam a superação de suas dificuldades.

Por fim, resta falar que, diante da concepção de trabalho que orienta o Projeto Político Pedagógico da EPA e do funcionamento do NTE, a Economia Solidária apresenta-se como uma alternativa para os estudantes, principalmente no cenário atual de recessão, desemprego e exclusão social. Os dois anos de participação no projeto EcoSol e PopRua, trouxeram grandes avanços para os participantes do NTE, desde a discussão dos seus princípios básicos como a Autogestão, a Solidariedade entre outros, a possibilidade de viver experiências inéditas para suas vidas, como feiras, encontros, formações. A possibilidade dos estudantes do Núcleo de se organizarem como coletivo de economia solidária, mesmo que ainda de forma inicial, mas já participando de pontos de vendas e feiras, tem contribuído para a sua subsistência, sendo que a

maioria tem no Núcleo a sua principal fonte de renda. Fica ainda a preocupação de como acontecerá a continuidade pós-escola e pós-NTE, pois não se constituiu ainda um grupo autônomo que possibilite o trabalho desvinculado da escola. A maioria entende que a EPA e o NTE contribuem para que venham realizar os seus projetos de vida. Certamente há uma instrumentalização, uma aquisição de conhecimento, um abrir da mente (como cita um dos estudantes), uma mudança de postura, uma abertura para novas possibilidades. Ainda persiste um grande desafio: pensar o que vem após a escola. Que instrumentos e relações podem possibilitar a inclusão social dos estudantes que saem da EPA, com a garantia da satisfação das suas necessidades básicas? Apesar da EPA ainda estar incluindo no Projeto Extramuros, estudantes que se formam, por cerca de um ano ou um pouco mais, somente com o diálogo com outras políticas, como a assistência social, geração de renda, habitação e outras se poderá ter uma solução mais efetiva.

9. O ACOLHIMENTO NO NÚCLEO DE TRABALHO EDUCATIVO: SÍNTESE E CONSIDERAÇÕES FINAIS

9.1 A POPULAÇÃO DE RUA E A EDUCAÇÃO

Esta pesquisa iniciou buscando entender como se caracteriza a população em situação de rua em Porto Alegre, procurando fazer um paralelo com a realidade nacional e a partir daí entender a relação entre esta população e a educação. Partindo da análise realizada do Censo do IBGE⁷³, da pesquisa censitária e amostral “População em situação de rua, 2008” e o Censo Suas de 2015, onde foi possível verificar o grande número de pessoas que se encontram em situação de rua no Brasil. Foi estimado, no ano de 2015, em 101.854 pessoas. Realizei a análise dos últimos quatro levantamentos⁷⁴ realizados sobre a população em situação de rua em Porto Alegre, observando que, a cada pesquisa realizada, ela se torna maior, sendo que em 2016, conforme o “Cadastro e Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre” esta população já chegava a 2.115 pessoas, podendo este número estar subestimado conforme afirmação do Movimento Nacional de Moradores de Rua.

As estimativas da última pesquisa, sobre a educação da população em situação de rua em Porto Alegre e os dados das pesquisas nacionais, demonstram que este grupo populacional

⁷³ Conforme Censo do IBGE (2010).

⁷⁴ Foram realizadas pesquisas coordenadas pela Fasc em 1995, 2007, 2011 (DORNELLES, OBST E SILVA, 2012, p.43 e 44 e FASC 2016) -

se caracteriza como público alvo da EJA. Nesta cidade, desde 1995, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre é referência na educação para o atendimento à população em situação de rua, atendendo crianças e adolescentes até 2009 e adolescentes, jovens e adultos⁷⁵, a partir de então.

A partir destes dados, entendi que era necessário compreender o que é a população em situação de rua. Nesta pesquisa destaco duas definições para a população em situação de rua, uma de caráter legal, baseada no Decreto Presidencial que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua:

[...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, a inexistência de moradia convencional regular e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

Outra definição é da Doutora em Direito Ana Paula Motta Costa, que foi presidente da FASC⁷⁶ por duas gestões e da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE)

Grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta e a falta de pertencimento à sociedade formal. São homens, mulheres, jovens, famílias inteiras, grupos, que têm em sua trajetória a referência de ter realizado alguma atividade laboral, que foi importante na constituição de suas identidades sociais. Com o tempo, algum infortúnio atingiu suas vidas, seja a perda do emprego, seja o rompimento de algum laço afetivo, fazendo com que aos poucos fossem perdendo a perspectiva de projeto de vida, passando a utilizar o espaço da rua como sobrevivência e moradia. (COSTA, 2005, p. 3).

Ambas as definições trazem em comum a situação de extrema ou absoluta pobreza. Na primeira expressa pelo Decreto Presidencial 7.053/2009 é enfatizado os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, enquanto Costa fala da situação de famílias inteiras na rua, numa situação de não pertencimento a sociedade formal. Em ambas as definições a falta de uma moradia convencional é enfatizada, bem como o uso das ruas como espaço de permanência e sobrevivência. Costa enfatiza uma trajetória de retrocesso realizada, pela perda da perspectiva de um projeto de vida e pelo progressivo afastamento do já vivido (emprego, laços afetivos etc.).

⁷⁵ Sendo escola de Educação de Jovens e Adultos, a EPA matricula estudantes a partir de 15 anos.

⁷⁶ Ana Paula Motta Costa foi presidente da Fasc, nas gestões 1997/2000 e 2003/2004 e da FASE de 2000/2002.

Para refletir sobre a situação de rua trouxe também as entrevistas realizadas. Nelas tivemos falas como a de Manoel, que distingue estar em situação de rua e ser morador de rua, fala que “O morador de rua vive dentro da rua, diretamente na rua, em situação de rua ele vai pro albergue, fica o dia todo na rua, mas vai pro albergue”. Falando de que está em situação de rua parece dizer que a rua não é o seu lugar, tanto que a noite quando é oferecida uma outra opção ele busca um acolhimento, lugar para dormir, tomar banho, ficar mais protegido. Depois ele diz que é diferente e que a EPA e o NTE é o que o tiram da rua. Completando diz “se não, esta hora estava numa praça me drogando, bebendo, me alcoolizando”, ou seja, pra ele, o estar na rua está vinculado também a bebida e a droga, a escola, acolhê-lo, oferece outra perspectiva. Manoel retrata um dos perfis de estudantes que procura a EPA e o NTE, o que busca um espaço que possibilite não estar na rua. Na análise dos registros do SIE, 80% dos estudantes da EPA estavam em situação de rua, os demais estão em outras situações como abrigos, pensões e poucos em casas.

9.2 A RUA ENCONTRA UM LUGAR NA ESCOLA

Sendo a EPA a única escola de Porto Alegre⁷⁷, que tem como público prioritário a população em situação de rua, realizei uma pesquisa bibliográfica e documental com o objetivo de recolher informações sobre sua história. Começando pela designação no ano de 1994, pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre de dez professores do Serviço de Educação de Jovens e Adultos (SEJA), para integrar a abordagem de crianças e adolescentes em situação de rua no centro da cidade e a partir daí, desenvolver uma metodologia própria que possibilitasse seu retorno e permanência na escola.

A criação da EPA ocorreu dentro do contexto político onde a administração municipal formada por partidos populares⁷⁸, fazia contraponto à orientação neoliberal do Governo Federal⁷⁹ buscando implantar políticas de caráter popular voltadas à população em maior estado de exclusão social. A EPA foi criada paralelamente ao processo da Constituinte Escolar, deflagrada pelo projeto da Escola Cidadã da Secretaria Municipal de Educação, visando ser uma alternativa à exclusão escolar de crianças e adolescentes em situação de rua, que na sua

⁷⁷ Uma das duas únicas escolas do Brasil voltadas a este público. Ressalto que a outra escola que tem como característica o atendimento à população em situação de rua, a Escola de Meninos e Meninas do Parque, nasce em Brasília no mesmo ano de criação da EPA (1995), estando, na época, o Distrito Federal sob um governo de característica populares e democráticas, como era, então, o da prefeitura de Porto Alegre.

⁷⁸ Na sua maioria de influência socialista ou comunista.

⁷⁹ Na inauguração da EPA era prefeito em Porto Alegre, Tarso Genro e como presidente Fernando Henrique Cardoso.

maioria já havia sido excluída de outros espaços escolares. Com o objetivo de garantir um atendimento que contemple às necessidades e peculiaridade destes estudantes, foram criados na escola espaços diferenciais para o atendimento como o Serviço de Acolhimento Integração e Acompanhamento e o Núcleo de Trabalho Educativo, que teve uma análise particular na pesquisa.

A escola que inicia sua trajetória como experiência pedagógica, consolida-se como escola de ensino fundamental, atendendo inicialmente as totalidades iniciais passando para completo e alterando o público atendido, com a mudança para a modalidade EJA, a partir de 2009. E 2014, após a tentativa de fechamento por parte da mantenedora, inicia um grande processo de resistência com o envolvimento de diversos parceiros da escola, como a universidade (com diferentes estágios, extensões e residências), movimentos sociais, organizações culturais, entre outras, ressaltando a ação judicial movida pelas defensorias públicas estadual e da União, que mesmo ainda em caráter liminar, tem garantido o funcionamento da escola desde então, e a não transferência compulsória dos estudantes para outra escola.

Embora a EPA tenha passado por muitas transformações, mantém características que perpassam toda a sua história, procurando ser um espaço voltado ao acolhimento da população em situação de rua. Em primeiro lugar, antes da inauguração do prédio que viria acolher “meninos e meninas de rua”, como eram chamados, a escola preocupou-se em conhecê-los, foram vários meses que dez professores percorreram as ruas, praças e outros espaços onde eles habitavam, conhecendo sua realidade, realizando atividades, construindo uma proposta pedagógica adequada para a sua especificidade. Esta proposta, que visa oferecer um “espaço de acolhimento, organização e socialização de saberes” (VOLPI, 1994 apud SILVA, 1999, p. 116) foi transformando a organização político-pedagógica da EPA durante toda a trajetória de sua existência, ou seja, a escola tem modificado seu fazer pedagógico para proporcionar um atendimento educacional acolhedor, que dialogue com a realidade dos seus estudantes.

Em segundo lugar, para atender melhor a especificidade dos seus estudantes os setores da escola sofrem mudanças e adaptações, é criado o Serviço de Acolhimento, Integração e Acompanhamento, espaço de relação direta com os estudantes, com entidades de políticas relacionadas, como a Assistência Social e a Saúde, entre outras. Criam-se turmas diferenciadas, as Turmas de Acolhimento, para que possam ser matriculados os que não tem documentos e comprovantes de escolaridade, surge o trabalho educativo, a escola passa a atender o ensino fundamental completo e posteriormente muda o seu público alvo passando a compor a Educação de Jovens e Adultos, atendendo estudantes dos 15 anos em diante.

A estrutura física também é modificada, a escola constrói vestiários para que possa oferecer o banho aos estudantes, possibilitando que entrem numa sala de aula sentindo-se, a estrutura do refeitório é qualificada, a oficina de Papel do NTE é construída, um galpão cultural, uma quadra coberta. Também o laboratório de informática vai sendo mais bem equipado, a biblioteca vai aumentando seu acervo, mas ao mesmo tempo sendo um lugar de acolhimento individual ou de turmas. Também é importante ressaltar as diversas parcerias que são realizadas, como já mencionado, tanto com a Universidade como com outras entidades para oferecer projetos alternativos e qualificar o atendimento dos estudantes, através de oficinas, estágios, extensões e residências.

Em terceiro lugar, A prioridade do atendimento da EPA, embora tenha alterado a faixa etária dos estudantes ao passar para a Educação de Jovens e Adultos em 2005, continua a mesma. Conforme o PPP 2014:

A EPA continua tendo como “prioridade” a escolarização de jovens e adultos em situação de rua, acolhendo um universo de estudantes que, em primeiro lugar estão excluídos do convívio familiar e comunitário. A maioria destes estudantes são vítimas de Violência Doméstica (psicológica, física, sexual, negligência), um fenômeno complexo que envolve múltiplas causas e consequências. Este fenômeno agregado a outros fatores os expulsa de suas casas e comunidades, a e os faz reféns das ruas da cidade. (EMEF PORTO ALEGRE, 2014, p. 23 e 24)

O Projeto Político Pedagógico EPA mantém sempre a proposta de educação popular e libertadora de Paulo Freire como alicerce, mas vai absorvendo as mudanças da escola e reforçando uma política de acolhimento, de redução de danos, de inclusão e uma educação de característica emancipatória e libertadora, pois a tarefa de libertação vem da autonomia, ou seja, somente o oprimido liberta a si mesmo e até mesmo seu opressor (através da transformação da sociedade). Freire (2005, p. 32) afirma:

E aí está a grande tarefa humanística e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes que oprimem, exploram e violentam, em razão do seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos.

É importante destacar que, no entanto, este cenário não é um cenário pacífico, mas de permanente conflito. Nem todos os que passam pela escola comungam das mesmas visões. Há uma disputa permanente de visões político pedagógicas e até de concepção de mundo, que afloram na práxis diária, nas reuniões pedagógicas, nas formações e em outros espaços de debates. Há um conflito entre a tentativa de trazer comportamentos da rua para dentro da escola,

como a violência, preconceitos e discriminações, as drogas. O próprio coletivo de professores se divide entre visões de acolhimento e de disciplina, que podem se fragilizar ao tendenciar para os extremos. Além disso, o defrontar-se com os sofrimentos da rua, muitos contados nas histórias de vida e outros visíveis no dia a dia, os déficits de aprendizagem, transtornos diversos e doenças mentais, a violência entre casais, a gravidez na rua, entre outras situações, chocam e fragilizam as estruturas psicológicas e sentimentais de professores e funcionários, bem como as relações entre os próprios estudantes.

Além de tudo isso, alternam-se governos municipais e nas demais esferas provocando diferentes olhares sobre o trabalho desenvolvido. Conflitos também se estabelecem com a estrutura administrativa e política da secretaria mantenedora e da própria prefeitura, como, por exemplo, a tentativa de fechamento da escola em 2014 que ocasionou uma reação política e jurídica da comunidade. As mudanças dos horários dos professores e demais mudanças anunciadas no início do ano letivo de 2017, com o parcelamento de salários, as tentativas de retirada de direitos e a greve dos funcionários públicos municipais, deflagrada como resposta às ações da prefeitura, criando-se desta forma uma permanente tensão. Em todo este cenário, a escola se mantém defendendo seu Projeto Político e Pedagógico e se fortalece com apoio da comunidade escolar, das redes de políticas públicas e dos movimentos sociais.

9.3 O NÚCLEO DE TRABALHO EDUCATIVO

Desde os primeiros anos da sua existência, a EPA procurou oferecer atividades alternativas para os estudantes, como capoeira, oficinas de sexualidade, de artes etc. Já em 1997, os estudantes puderam participar de aulas de reciclagem que ocorriam no Gasômetro e em 1999, o projeto do Núcleo de Trabalho Educativo foi apresentado à Smed no Plano Anual 1999/Orçamento Participativo Escolar 1999.

O surgimento do NTE estava ligado à proximidade da vida adulta dos estudantes e a sua necessidade de garantir renda. Ele nasce embasado no Programa Municipal de Trabalho Educativo e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, onde é apontada a vinculação da Educação Escolar ao mundo do trabalho e prática social. O trabalho é entendido como princípio educativo e baseado nesta concepção nasce este projeto.

Os objetivos do NTE, que foram citados no plano, conforme a pesquisa documental realizada permanece atuais tanto em relação ao PPP, quanto pelas falas dos estudantes e

professores nas entrevistas e as observações realizadas, com algumas variações. O plano apontava os seguintes objetivos:

– Auto-organização para o trabalho: Nas entrevistas com os estudantes eles não citam este objetivo, já os professores, em primeiro lugar confirmam que o NTE cumpre este objetivo também expresso no PPP, e citam muitas vezes a importância do Núcleo de Trabalho Educativo para isto. Quando entrevistado Sepé afirma: “a gente aprende como vender o material, como botar preço no material e trabalhar junto, então este pessoal quando vem para a escola tenta trabalhar junto, ajudar aqueles que não sabem trabalhar, como fazer o seu trabalho, como vender” são ações e comportamentos que tanto ajudam no trabalho do NTE, quanto preparam para o mundo do trabalho, fora da escola, mesmo que futuramente busquem outras formas de trabalho o que aprendem no NTE será de grande utilidade. Manoel nos diz:

“Aqui no NTE, na EPA a gente é valorizado” este sentimento também é essencial para se preparar para o mundo do trabalho, a autoestima, somente sabendo da sua capacidade, tendo confiança no seu potencial o estudante que buscar novamente se inserir no mundo do trabalho poderá ter uma oportunidade.

– Estimular o senso de responsabilidade: Apenas Custódio se refere diretamente ao fato do NTE lhe ajudar a ser uma pessoa responsável, ele ainda enfatiza, quando fala do respeito às decisões do grupo, que quando alguém diz que vai fazer uma coisa e não faz isto enfraquece o grupo “perder a confiança na pessoa é a pior coisa que tem”. Manoel não cita responsabilidade, mas fala na necessidade de ser correto com o dinheiro das vendas do grupo. As professoras também reafirmam este objetivo que também é do PPP.

– A cooperação: que também é um princípio do PPP. As professoras entrevistadas confirmaram que é cumprido. Não foi usada a palavra cooperação nas falas das professoras e dos alunos, mas ficou visível a importância da participação dos estudantes no projeto de economia solidária EcoSol PopRua, nos últimos anos, que fortaleceu a ideia de grupo, autogestão. solidariedade e coletivo.

– A autoria: Assim como os demais princípios do PPP, este tem sido atual no trabalho do NTE. Os estudantes falam com satisfação dos seus produtos, de gostar dos objetos que fazem, são usadas expressões como minha arte, meu trabalho. A professora Jurema fala do estudante, que “ele consegue se ver no exercício de outras possibilidades de vida, através do trabalho que faz aqui, através da arte e do seu fazer” algo que ele foi autor lhe proporciona outras possibilidades de vida.

– A continuidade, os estudantes entrevistados estão participando do NTE, há cerca de dois anos em média, o que já mostra um pouco da pertinência deste objetivo. As professoras nas suas entrevistas responderam que a maior parte dos estudantes que procura o NTE permanece. A maioria que se afasta do NTE, o faz por motivos diversos, geralmente são os que saem da escola por questões pessoais, alguns poucos, após começar entendem que o trabalho que é realizado nas oficinas não era o que queriam e as vezes, alguns se afastam por conflitos internos.

– Ser uma alternativa de permanência para os que completam as totalidades oferecidas. Através do projeto Extramuros vários estudantes que já se formaram podem participar do NTE e utilizar o espaço da escola para sua organização pessoal. Dois destes, deste ano de 2017, estão matriculados no ensino médio.

– Reintegração social (eventos abertos para a comunidade). A EPA, desde seu início, realizou eventos como festas e exposições, onde os estudantes do NTE podem expor e comercializar os seus produtos. Nos últimos anos, através do projeto EcoSol PopRua, eles participaram de feiras fora da escola, tem um ponto fixo de comercialização na feira do Contraponto da UFRGS, foram realizadas exposições em locais externos e eventos de comercialização muito expressivos dentro da escola. Nas entrevistas eles se referem com orgulho a admiração das pessoas com seu trabalho “E as pessoas disseram, como é que pode tudo isso ter acontecido na EPA?” contou Sepé. Desta forma os estudantes sentem-se valorizados “na rua a gente não é valorizada. É sempre malvisto. Aqui no NTE, na EPA a gente é valorizada, tem o papel, tem as fotos, tem a cerâmica. A cerâmica eu estou parado.” A professora Jurema fala do que ocorre com o estudante “ele está em outros espaços da sociedade, sendo visto pelo seu trabalho. Então é inclusão, é geração de renda também”.

9.4 A CARACTERÍSTICA DO ACOLHIMENTO NO NTE

Para analisar como se apresenta o acolhimento no NTE, busquei a fala de Custódio, na sua entrevista onde chama atenção sobre o acolhimento na EPA “Aqui, acho que acolhe melhor nós, né? Nos tratam com maior atenção”.

Mesmo mudando a faixa etária dos estudantes que a frequentam, a EPA continua tendo o mesmo papel de acolher aquele que tem sido excluído.

A população em situação de rua, que é um público potencial da EJA, conforme os dados analisados no início desta pesquisa, tem dificuldade de retornar à escola. Quando foi perguntado

a Manoel “O que te levou a vir estudar na EPA?”, ele respondeu “Foi a única alternativa né. Eu estava procurando uma escola pra estudar, estando em situação de rua não ia encaixar”. Entre os vários significados do dicionário para a palavra encaixar, destaco ajustar-se, adaptar, na EPA, Manuel via o único lugar onde aquele que está em situação de rua seria capaz de ajustar-se, de se adaptar. Esta “caixa” é sua, é capaz de ser acolhido ali, sem discriminação por sua condição social, suas individualidades e a sua história de vida. Não afirmo que Manuel não conseguisse estudar em outras escolas da EJA, mas ele sabia que esta era para ele, que poderia buscar ali a possibilidade de voltar a estudar, que ali seria acolhido.

O PPP da EPA afirma “acolher é permitir a inclusão, não é só uma questão metodológica, é uma dinâmica a permear todos os tempos e espaços escolares, tendo como protagonistas educadores comprometidos e envolvidos com uma prática educativa dialógica” (p. 31). É importante ver como isto ocorre no NTE. Em primeiro lugar se pode olhar a diversidade dos estudantes que participam das oficinas. Não são divididos por escolaridade, nem por faixa etária. Um estudante de uma totalidade 1, ainda não alfabetizado pode dividir as tarefas com outro da totalidade 3, ou até mesmo com outro já formado, as combinações são iguais para todos. Há exigências para entrar no NTE, como estar frequentando as aulas por 15 dias, pelo menos estar comprometido com o estudo, porém há algumas situações onde isso se inverte, o NTE, auxilia a organizar o estudante para a sala de aula.

Na EPA, o atendimento à estudantes de inclusão, com dificuldades de aprendizagem, deficiência e até mesmo com transtornos de ordem psíquica ou mental faz parte do cotidiano, isto não é empecilho sua participação no NTE. O acolhimento se dá, não só pelos professores, mas também pelo grupo de colegas. Apesar de apresentarem qualquer dificuldade, todos são desafiados a fazerem todas as etapas de produção, mas são respeitados os limites. A professora Lila, aponta o NTE como um espaço terapêutico, que não era previsto na sua origem, mas que ocorre na prática. Ali o estudante se organiza, respondendo melhor a aprendizagem e até mesmo a vida fora da escola. Ela ainda acrescenta que este estudante que busca o NTE como um espaço terapêutico é o que as vezes tem maior tempo de permanência no NTE.

Romanini na sua tese, sobre o acolhimento num contexto de saúde mental, traz elementos que podem ajudar a entendê-lo melhor, ele afirma:

(...) o acolhimento como diretriz ética, política e estética, pode ser inscrito como uma tecnologia do encontro, um regime de afetabilidade construído a cada encontro, como uma construção de redes de conversações afirmadoras das relações de potência nos processos de produção de saúde. A “condição de acolhimento” nos remete, de fato, às conversações, aos afetos produzidos nos encontros, a uma rede de produção de acolhimento(...) (ROMANINI, 2016, p. 65)

Ou seja, se pensarmos o acolhimento no Núcleo de Trabalho educativo, podemos afirmar que constitui-se não em ações espontâneas, mas em uma diretriz do próprio trabalho, numa tecnologia, que se desenvolve através do diálogo, da escuta, da troca de saberes, do afeto, que é ingrediente essencial no processo de educação e trabalho que ali é desenvolvido.

As histórias de vida e trabalho são trazidas para o NTE, as experiências passadas muitas vezes são revividas neste espaço, assim como as perdas e a exclusão do mundo do trabalho que foi vivida pela maioria. O acolhimento se evidencia a cada momento, as dificuldades de aprendizado, de organização, de coordenação motora, de hábitos de limpeza, de trabalhar em grupo, vão sendo trabalhadas pelos professores e pelo grupo. É claro que há regras, combinações que são construídas e reforçadas com o grupo durante as oficinas e nas reuniões coletivas. Nas entrevistas foram citadas a responsabilidade pela limpeza do local, a responsabilidade no cumprimento das combinações que são feitas, a seriedade no trato com dinheiro do grupo etc. O não cumprimento destas regras, ou outras situações como violência, desrespeito grave a professores e colegas, podem gerar o afastamento, mas há toda uma postura acolhedora, que tenta trabalhar pedagogicamente estas situações, visando evitar que estas situações aconteçam ou se repitam.⁸⁰

O estudante que procura o NTE, na sua maioria, é um trabalhador que já viveu diferentes experiências de trabalho em sua vida e que por diversos motivos, tanto de sua responsabilidade, como do um contexto socioeconômico, se viu excluído do mundo do trabalho, passando a sobreviver de benefícios e do acesso a serviços assistenciais, como muitos citam na entrevista (bolsa família, albergue), de mendicância (alguns casos) e do trabalho informal (reciclagem, guardar carros, pequenas vendas, empreitadas e outros). Devido a esta situação, um outro acolhimento ocorre ao entrarem no NTE, se veem acolhidos num espaço de trabalho, um espaço de aprendizagem em situação de trabalho, onde aprendem todas as etapas da produção: do amassar o barro até o dar acabamento a panela, do rasgar as folhas para fazer a massa, ao decorar a capa da agenda.

O “morador de rua”, “o peregrino”, o “treixeiro”, nomes que eles mesmos se atribuem, passa a ser um estudante e um trabalhador⁸³. Irá produzir um objeto com valor de uso, participará de todas as etapas de produção, calcula o valor da matéria prima, dos meios de

⁸⁰ Não há informação sistematizada sobre número de afastamentos, embora o registro seja feito nas pastas dos estudantes. A experiência do pesquisador indica que há uma certa frequência nos afastamentos, especialmente por agressões. ⁸³ No NTE costuma-se usar a palavra produtor.

produção e do seu próprio trabalho para chegar ao valor final. E ele mesmo pode participar do processo de comercialização que lhe proporciona mais do que obter o dinheiro, poderá garantir ou auxiliar na sua subsistência, lhe proporciona reconhecimento, valorização do trabalho realizado, cidadania como cita a professora Jurema “Isto é produção de cidadania, isto é inclusão na sociedade como um todo”.

9.5 LIMITES E PERSPECTIVAS

O Núcleo de Trabalho Educativo da EPA, no entanto tem limites, pelo seu caráter de projeto de educação vinculado ao trabalho, embora estimule a auto-organização dos estudantes como coletivo (perspectiva ampliada com a participação dos estudantes no projeto EcoSol PopRua de economia solidária), não é uma organização econômica, é escola, tem ações de geração de renda que poderiam ser caracterizadas no máximo com práticas sociais de economia popular (TIRIBA e ICAZA apud HESPANHA, p. 150):

Entende-se por economia popular o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos sujeitos pertencentes às classes trabalhadoras com o objetivo de assegurarem a reprodução da vida social da própria força de trabalho e a mobilização dos recursos disponíveis. (TIRIBA e ICAZA apud HESPANHA, p. 150).

Na realidade, a EPA, além de cumprir o seu papel educativo, serve como mobilizador de embrião de grupo de produção associada, formado por estudantes e egressos, que permanecem através do projeto Extramuros, sendo as ações deste grupo têm limites de horários de funcionamento, condicionado aos horários dos professores, de administração de recursos, equipamento e infraestrutura, que embora procurem ser socializados com o grupo, mas passam por decisões administrativas de professores, direção e conselho. Acredito que a alternativa ideal seja a constituição de um coletivo de economia solidária, que tivesse independência da escola, esta alternativa, já vem sendo discutida a muitos anos e retornou a discussão durante o a participação no projeto EcoSol PopRua, mas ainda não foi possível viabilizar esta iniciativa. Uma das dificuldades encontradas é que as duas principais produções, papel artesanal e cerâmica, dependem de um espaço adequado e de equipamentos de alto custo. Este ainda continua sendo um nó crítico a ser resolvido e que certamente necessitará envolver outras parcerias como o poder público, instituições e entidades dedicadas, ou interessadas no fomento de outra economia, que não a do Capital.

Nos últimos anos, a participação no projeto EcoSol PopRua, incentivou a inserção do grupo no universo da economia solidária, discutindo conceitos, trazendo-os para dentro do

grupo, participando de feiras, formações e diversos eventos, criando a perspectiva da autonomia para o grupo. Com a conclusão deste projeto e com a falta de perspectivas de novos incentivos governamentais nesta área, surge também outra dificuldade a ser contornada. A continuidade deste trabalho depende da organização da escola, mantendo a discussão permanente dos princípios da economia solidária, buscando parcerias e envolvendo-se nas redes de colaboração solidárias, que segundo Mance constitui-se como

(...)uma estratégia para potencializar as conexões já existentes, e conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização e de financiamento, consumidores e outras organizações populares (associações, sindicatos, ONG's etc.), em um movimento de retroalimentação e crescimento conjunto, autossustentável, antagônico ao capitalismo (apud HESPANHA, 2009, p. 279).

Outro limite do NTE, é o que quadro de professores está condicionado a aprovação anual do projeto pela mantenedora, os horários dos professores são definidos de acordo com a disponibilidade do quadro da rede municipal, sendo que há professores com somente 10h semanais, por exemplo. Os recursos financeiros, desde 1999 quando foi construído o prédio da oficina de papel artesanal, tem saído exclusivamente da verba ordinária da escola, não há um recurso específico para ele, até mesmo a verba do Cidade Escola, projeto da rede que serve para realização de projetos de integralização, não tem sido mais repassado para a EJA. Na própria entrevista com os professores foi ressaltada a carência de recursos, a burocracia e as dificuldades para resolver situações aparentemente simples como conserto de equipamentos e melhorias na infraestrutura.

Há limites quanto aos diferentes entendimentos pedagógicos do papel do NTE. Um dos que ficou evidente nas entrevistas é se o NTE deve compor o currículo, se os estudantes de todas as totalidades deveriam passar regularmente pelas oficinas de papel e de cerâmica, como já ocorreu em outras épocas. Há posições divergentes entre os professores, todas com argumentos coerentes, mas conflitantes.

Estes limites têm sido motivo de discussão nas reuniões pedagógicas e nas do NTE. Várias modificações, de ordem pedagógica e de organização do trabalho, têm sido realizadas para dar conta necessidades práticas de cada momento da história do NTE.

Quanto a organização do NTE como coletivo de trabalho, tem sido buscadas alternativas pelos professores, após o término do projeto EcoSol PopRua buscou-se alternativa como a já participação na Rede de Comércio Justo e Solidário da Fundação Diaconal Luterana, mas ainda está num processo inicial, foi mantido um ponto de vendas na feira do Contraponto na UFRGS através da organização própria do NTE. Antes o Camp fornecia infraestrutura de transporte e

alimentação, outras parcerias têm sido buscadas, como escolas que tem aberto espaços para feiras etc. A equipe diretiva da escola, tem se preocupado com a organização do NTE tentando garantir o quadro completo de professores, além de ter firmado parcerias com a UFRGS o que tem resultado em doações de equipamentos, exposições, feiras e outros eventos na escola e fora dela.

Certamente ainda falta muitos fazeres para a qualificação do Núcleo de Trabalho Educativo como espaço de aproximação da educação e trabalho que realmente privilegie a ideia de trabalho como princípio educativo. Sendo um espaço que se entenda que

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural, como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar por meio deste movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza”. (MARX, 1983, p. 149-150)

Embora o NTE procure organizar o estudante para o mundo do trabalho, ainda falta muito para criar alternativas concretas para sua inserção. Na preparação e encaminhamento para o trabalho formal, nos últimos anos, devido a retração do mercado de trabalho e a falta de políticas públicas, poucas alternativas se apresentaram. Para verificar isso basta lembrar que a primeira razão apresentada, na pesquisa da FASC (2016, p. 60), para não estar trabalhando, foi não achar trabalho no ramo para o qual se sente habilitado. Talvez a única alternativa governamental que possa ser destacada nos últimos anos tenha sido o programa “Somos Todos Porto Alegre” encerrado em 2016, que visava encaminhar para o mercado de trabalho catadores de papel em carroças e carrinhos, que seriam proibidos de exercer o seu trabalho por lei municipal que proibia esta atividade.

Outra possibilidade seria a criação, a partir do trabalho já realizado no NTE de um empreendimento econômico solidário viável, sonho já há muito tempo perseguido, mas que também dependeria de apoio externo, como já citamos, esta alternativa continua sendo considerada e a participação do NTE em rede de solidariedades, em fóruns da economia solidária, além da ampliação das parcerias caminha nesta direção.

Hoje na ausência destes programas a EPA e o Núcleo de Trabalho Educativo continuam sendo espaço de acolhimento, para a educação e para o trabalho, acolhe a diversidade, acolhe os excluídos das escolas e das obras, das oficinas, das empreiteiras, com suas perdas e com seus sonhos, fazendo deles material pedagógico, numa educação emancipatória e libertadora.

A exclusão aqui é pensada na perspectiva Freireana, pois Freire embora não se refira a exclusão, entende da necessidade de transformar a estrutura que marginaliza e domina.

Na verdade, porém, os chamados marginalizados, que são os oprimidos, jamais estiveram fora de. Sempre estiveram dentro de. Dentro da estrutura que os transforma em “seres para outro”. Sua solução não está em “integrar-se” em “incorporar-se a esta estrutura que os oprime, mas em transformá-la para que possam fazer-se “seres para si” (FREIRE, 2005, p.70)

As análises apresentadas nesta pesquisa sobre a EPA e o Núcleo de Trabalho Educativo, tem muito para contribuir com a Educação de Jovens e Adultos, e com o desenvolvimento de alternativas de Educação e Trabalho no universo escolar. O entendimento do significado do acolhimento, relatado no capítulo específico e aqui complementado, certamente pode trazer muitos elementos para a reflexão da própria escola quanto a sua prática, mas é também um importante elemento para qualificar o fazer pedagógico na EJA e na educação em geral. A experiência de priorização da população em situação de rua, público potencial e, no entanto, tão pouco considerado na Educação de Jovens e Adultos, e a criação de uma escola que respeite suas características, que os acolha na sua diversidade, e que a partir da observação e da escuta das suas histórias de vidas construa um planejamento significativo e transformador, pode servir de incentivo para que seja lançado um novo olhar sobre a proposta de educação oferecida para este público. Por fim a experiência do trabalho educativo voltado a jovens e adultos em situação de grande exclusão social, pode servir para a reflexão sobre a importância do desenvolvimento desta proposta por parte da educação, e da necessidade da articulação com as demais políticas sociais, trabalho, geração de emprego e

renda, saúde, habitação, assistência social e outras, para que se possa realizar ações integradas, de caráter efetivo e que tenham real impacto na vida da população em situação de rua.

Por fim, destaco como possibilidade de investigação, e esta, já no horizonte dos projetos deste autor, a análise da importância da Economia Solidária para o coletivo de estudantes que participa do Núcleo de Trabalho Educativo. Nesta perspectiva poderiam ser exploradas todas as aproximações feitas, na história da escola, com este modelo de economia, as iniciativas de economia popular que fazem parte do dia a dia dos estudantes, a participação do projeto EcoSol PopRua, a organização do coletivo de economia solidária dos estudantes, as iniciativas de comercialização externa, a participação em rede e as perspectivas para os estudantes que terminam o ensino fundamental, saindo da EPA.

Desta forma, ao apresentar as considerações finais desta pesquisa, que muito podem contribuir para a educação e também para outras políticas, afirmo que muitas outras interrogações surgiram, que muitos outros caminhos foram apontados e principalmente que a EPA, apesar de ainda enfrentar sob ameaça de fechamento, tem muito a contribuir. No sentido de garantia da educação da população em situação de rua e vulnerabilidade social, da reflexão sobre o papel da Educação de Jovens e Adultos, do aprofundamento da discussão do trabalho como princípio educativo na escola e da política da educação como um todo e da relação com as demais políticas.

Espero que as conclusões apresentadas, contribuam para o aprofundamento da discussão do acolhimento, da necessidade de construir propostas educacionais voltadas à população em situação de rua, do desenvolvimento de projetos educacionais que entendam o trabalho como princípio educativo e que tenham como base a educação popular. Para que, na construção de projetos políticos pedagógicos a partir da realidade dos estudantes vise-se construir junto com eles projetos de vida e de transformação social.

10. REFERÊNCIAS

ABREU, Ana Rosa. **Acolhimento**: uma condição para a aprendizagem. Revista Pátio. Porto Alegre: Artmed. Ano IV. n.15. Nov. 2000 – jan. 2001, p. 17 – 20.

ALEXANDRE, Agripe Faria. **Metodologia Científica**. 2 Ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2009.

ALVES, D. B. **Trabalho, educação e conhecimento em enfermagem**: uma contribuição aos estudos sobre a força de trabalho feminina. Salvador: Dankat, 1997.

ANTUNES, Ricardo. **O Caracol e a sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. SP: Boitempo, 2005.

AZEVEDO, José Clovis de; REIS, Jonas Tarcísio. **O Cuidado e o Acolhimento na Escola Cidadã**. XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino – UNICAMP – Universidade de Campinas. 2012. Disponível em: <http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/0098s.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.

BÁLSAMO, A.; FREITAS, A. E. C.; BERTOLAZZI, C. J.; RODRIGUES, M. A. C. (Org.). **Fazendo Cerâmica como nossos avós/Gohor hanja ũri ãg jóg si ag rikén**: Cartilha Bilíngue Português – Kaingang. Prefeitura de Porto Alegre: SMDHSU/SMED/DMAE, 2008.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2004.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Brasília. Câmara dos Deputados, 1988. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 20 de outubro de 2017.

_____. **Decreto Presidencial 7.043/2009**: Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Inter setorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 24 de jan. 2016.

_____. **LDB**. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25 Jun. 2003.

_____. **Lei federal nº 6697**. Código de Menores: de 10 de outubro de 1979. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm>. Acesso em: 29 nov. 2016.

_____. **Lei federal nº 8069**. Estatuto da criança e do adolescente, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 29 nov. 2016.

_____. **Lei nº 8.742**. Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). Brasília: DF. 7 de novembro de 1993.

_____. **Lei nº 10.741/2003**. Senado Federal – Estatuto do Idoso. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 26 jan. 2016.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Diretoria de Pesquisas Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2007. Disponível em: <<https://escolas.educacao.ba.gov.br/system/files/.../anuario-educacao-basica.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Avaliação Diagnóstica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil**. Anuário Brasileiro da Educação Básica. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Diretoria de Pesquisas Coordenação de Trabalho e Rendimento. 2012. Disponível em: <<https://escolas.educacao.ba.gov.br/system/files/.../anuario-educacao-basica.pdf>>. Acesso em: 25 de jan. 2016.

_____. **Censo da Educação Básica**: 2012 – resumo técnico. Brasília. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2016.

_____. **Parecer 23/2008** do Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica do Ministério da Educação. Ministério Da Educação, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14331pceb023-08&category_slug=outubro-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 25 jun. 2016.

_____. **Documento Base Nacional: Desafio Para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Brasília, 2008. Acesso em 24 de janeiro de 2016.

_____. **Cadernos HumanizaSUS**. MINISTÉRIO DA SAÚDE, Biblioteca Virtual da Saúde, 2010. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_humanizaSUSpdf>. Acesso em: 30 jun. 2016.

_____. Portal da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica, n. 28, Volume I. Brasília **Acolhimento à demanda espontânea** – DF. 2011. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/miolo_CAP_28.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2017.

_____. **Rua – Aprendendo a contar**: Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em:

<<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjrsNOwsYPYAhVPON8KHerwChIQFgg2MAI&url=http%3A%2F%2Fpublicacoes.mds.gov.br%2Fsagi%2FPainelPEI%2FPublicacoes%2FPesquisa%2520Nacional%2520sobre%2520a%2520Popula%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520em%2520Situa%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520de%2520Rua.pdf&usg=AOvVaw20SaUh9F9NNaL7Ji1QIBJP>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

BRASILCERÂMICA. Revista brasileira de tecnologia cerâmica Criciúma, SC. **Cerâmica é alternativa para adolescentes em Porto Alegre**. Editora Luana, Ano 1, n. 5, p. 2.

CÂNDIDO, M. A. **Acolhimento**: Um contexto a ser discutido. **Arquivo da Emef Porto Alegre**, CD-ROM, Porto Alegre, 2006.

CARDOSO, A. L. S. P.; TESSARI, E. N. C.; CASTRO, A. G. M.; KANASHIRO, A. M. I. **Pesquisa de Salmonella spp., coliformes totais, coliformes fecais e mesófilos em carcaças e produtos derivados de frango.** Arquivos do Instituto Biológico, CD-ROM, São Paulo, v.67, n.1, jan-jun, 2000.

CENTRO DE ASSESSORIA MULTIPROFISSIONAL. **EcoSolPopRua:** Formação em Economia Solidária com Pessoas em Situação de Rua. Disponível em: <<http://camp.org.br/ecosol-e-poprua-conectando-vivencias/>> Acesso em: 10 abr. 2017.

CHUPEL, Cláudia Priscila; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Acolhimento e Serviço Social:** contribuição para a discussões das ações profissionais no campo da saúde. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634882>>. Acesso em: 14 set. 2016.

CLIC RBS. **Número de moradores de rua em Porto Alegre chega a três mil.** Disponível em: <<http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia-aberta/numero-de-moradores-de-rua-em-portoalegre-chega-a-tres-mil-122211.html>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Comissão de Ensino. **Parecer 023 /95:** Pronuncia-se favorável à autorização de funcionamento da Escola Municipal de 1º Grau Porto Alegre. Manifesta-se favorável, nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº 5692/71 de agosto de 1971, ao desenvolvimento da “Proposta pedagógica de Experiência Pedagógica” da mesma escola. Mimeo.

COELHO Maria Eduarda Bomfim. **A importância da implantação do acolhimento social imediato para a superação da violência no creas/serviço de proteção e atendimento especializado à mulher em situação de violência doméstica e familiar de Presidente Prudente – SP.** Seminário Integrado. Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo, 1983. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/revista/index.php/SeminarioIntegrado/article/viewFile/4630/4392>>. Acesso em: 04 fev. 2017.

COLETIVO EPA. **História da EPA:** Histórico do Núcleo de Trabalho Educativo. Disponível em: <<http://coletivoepa.wikispaces.com/Hist%C3%B3ria+da+EPA>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

CORREIO DO POVO. **População de rua aumenta em Porto Alegre e políticas públicas falharam.** Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/556570/Populacaode-rua-aumenta-em-Porto-Alegre-e-politicas-publicas-falharam,-diz-Fasc>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

CORREIO DO POVO. **Escola para meninos de rua faz o seu primeiro aniversário.** Porto Alegre, 02 set. 1996.

CORREIO DO POVO. **Projeto para meninos de rua mostra resultado.** Porto Alegre, 02 de jul.1999. p. 15.

COSTA, Ana Paula. **População em situação de rua: contextualização e caracterização.** Revista Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 4, nº 1. dez, p. 1, 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321527157003>>. Acesso em: 9 jul. 2017.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Sócio-educação:** Estrutura e funcionamento da comunidade educativa. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2004.

DORNELLES, Aline Espíndola; OBST, Júlia; SILVA, Marta Borba. **A rua em movimento:** debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012.

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PORTO ALEGRE. **OP escolar 99:** Implantação do Núcleo de Trabalho Educativo. Porto Alegre, 1999.

_____. **Plano Anual – 1999.** Porto Alegre, 1999.

_____. **Projeto Político Pedagógico 2006.** Porto Alegre, 2006.

_____. **Projeto Político Pedagógico.** Porto Alegre, 2014.

_____. **Regimento Escolar.** Porto Alegre, 2000.

ENGELS, Fiederich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

FASC. **Atenção Pop Rua.** Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=137>. Acesso em: 28 jul. 2016.

_____. **Cadastro da População Adulta em Situação de Rua na Cidade de Porto Alegre.** FASC/PMPA, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/cadastro_da_populacao_adulta_em_situacao_de_ria__porto_alegre_2012.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2016.

_____. **Cadastro e Mundo da População em Situação de Rua.** IFCS/UFRGS. Porto Alegre: 2016. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?reg=41&p_secao=120>. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. **FASC inicia pesquisa para população de rua.** FASC/PMPA, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_noticia=184141&fasc+incia+pesquisa+para+populacao+em+situacao+de+rua>. Acesso em: 13 mai. 2016.

_____. **Trabalho Educativo 2004.** FASC/PMPA, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<https://image.slidesharecdn.com/trabalhoeducativo20041-131010073012phpapp02/95/trabalho-educativo-20041-1-1024.jpg?cb=1381390265>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

FEDOZZI, Luciano. **Esfera pública e cidadania:** a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre. Ensaios FEE. Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 236–271, 1998. Disponível em:

<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1931/2306>>. Acesso em: 06 dez. 2015.

FERREIRA, W. B.; PAIVA, J.; BARBOSA, M. J. **EJA & DEFICIÊNCIA**: estudo da oferta da modalidade EJA para estudantes com deficiência. *In*: AGUIAR, Márcia Ângela (Org.). FLEISCHMANN, G. U. et al **Tecendo Relações**. *In*: SILVA, L.H. (Org.). **Escola Cidadã: Teoria e Prática**, Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. (Coleção polêmicas do nosso tempo, 4) São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

_____. **Globalização ética e solidariedade**. *In* Desafios da Globalização. DAUBOR, Ladislau; IANNI, Octávio; RESENDE, Paulo-Edgar A. (Orgs.). Petrópolis, Vozes 1997.

_____. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação**: um estudo introdutório. 15ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **A escola e o professor**: Paulo Freire e a paixão de ensinar. 1. Ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

_____. **Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos**. São Paulo: Ed. Moderna: Fundação Santillana, 2014.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José. (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos**: Teoria, Prática e Proposta. São Paulo: Cortez, 1995.

GAMBOA, Silvio Sánches. **Pesquisa em educação**: métodos e epistemologia. Chapecó. Argos, 2012.

GONÇALVES, Ana Cristina Rocha. **A experiência educacional da administração popular em Porto Alegre/RS (1989-2004) na perspectiva de seus secretários municipais de educação**. Porto Alegre, 2013. Disponível em:

<<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/6851/1/000461973-Texto%2BCompleto-0.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2017.

HOUAISS, Antônio e VILL, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Instituto Antônio Houaiss de Lexografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KLEIN, Paulo Gilberto. **As Representações Sociais do Trabalho em adolescentes em Situação de Rua na Escola Porto Alegre**. Monografia de Especialização em Educação de Jovens e Adultos, Centro Universitário La Salle. Canoas, 2006.

LEMOS, Míriam Pereira. **Ritos de entrada e ritos de saída da cultura da rua: Trajetórias de jovens moradores de rua em Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS/FACED, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres**. São Paulo: Revista Educação e Pesquisa, v.38, n.1, p. 13 – 28, 2012.

LUCKACS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. Disponível em: <<https://boitempoeditorial.files.wordpress.com/2013/06/apresentac3a7c3a3o-de-para-umaontologia-do-ser-social-i-de-gyc3b6rgy-lukc3a1cs-boitempo-editorial.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

MARQUES, Denise Travassos; PACHANE. Graziela Giuste. **Formação de educadores: uma perspectiva de educação de idosos em programas de EJA**. São Paulo: Educ. Pesquisa, vol. 36, nº 2. Mai. – Ago. 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S151797022010000200004>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos – Filosóficos**. Tradução de Jesus Raineri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **O Capital**. Rio de Janeiro: Livro I, Volume I capítulo V. P.211 –231. 19ª Ed. Civilização Brasileira, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Fiederich. **Manifesto do Partido Comunista**. Edições Avante. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/cap2.htm>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

MAZZAROTTO, Rosilene. **Rede Temática: O Desafio da Realidade**. In: BALESTRERI, Ricardo (Org.). Na inquietude da Paz. Edições CAPEC, 2003.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil**. CIDADE: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28819>. Acesso em: 09 jul. 2017.

PAIVA, Jane. Estudantes Internos Penitenciários. In: AGUIAR, Maria Ângela da Silva. **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: o que dizem as pesquisas**. Ed. Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos Ed., 2009. Disponível em: <http://redeinclusao.web.ua.pt/docstation/com_docstation/21/eja.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2016.

PIZZATO, Rejane Margarete Scherolt. **“No olho da rua”**: o serviço de atendimento social de rua em Porto Alegre – abordagem social de rua na sociedade contemporânea. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social. PUCRS, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5083/1/000437605Texto%2bCompleto-0.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Cultura: Usina do Gasômetro**. Comunicação Social. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?p_secao=284>. Acesso em 25 mar. 2017.

_____. **Escola para jovens em situação de risco ganha novas instalações**. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cs/default.php?reg=48443&p_secao=3&di=2005-12-01>. Acesso em: 25 mar. 2017.

_____. **Relação Geral de Alunos**. Escola: 245 – EMEF PORTO ALEGRE Ano: 2016/0. SIE/RME. Data de Referência: 29/02/2016.

_____. **Usina do Gasômetro.** Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?p_secao=284>. Acesso em: 09 abr. 2016.

_____. **Viva o Centro:** Centro Cultural Usina do Gasômetro. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/default.php?p_secao=90>. Acesso em: 09 abr. 2016.

_____. **Emef Porto Alegre:** História. Disponível em: <<http://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/epa/historia.html>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

_____. Quarenta e um indicados disputam o prêmio Darcy Ribeiro 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoespermanentes/ce/noticias/trinta-e-sete-indicados-disputam-o-premio-darcy-ribeiro-2017-1>>. Acesso em: 23 dez. 2017.

REDE SOCIAL BRASILEIRA POR CIDADES JUSTAS E SUSTENTÁVEIS. **Programa Cidades Sustentáveis.** Disponível em: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/boaspraticas/todos-somos-porto-alegre>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

ROMANINI, Moises. **Narrativas do desassossego:** do re-en-colhimento às práticas de acolhimento aos usuários de drogas na Rede de Atenção Psicossocial de Porto Alegre/RS. Porto Alegre: UFRGS, 2016. 350 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

ROSA, Marcia Gil. **A Gestão de uma Escola Especializada no Atendimento de Adolescentes e Jovens com trajetória de vida nas ruas Faculdade.** Porto Alegre. IBGEN, 2008.

SANTOS, Elaine Regina Lopes dos. **A arte e a inclusão na EJA:** Projetos na Escola Municipal Porto Alegre/RS. Porto Alegre, 2011.

SCHUCH, Patrice. **A rua em movimento**: Debate acerca da população adulta em situação de rua na Cidade de Porto Alegre. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil Ltda. 2012.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO ALEGRE. **Totalidades de Conhecimento**. 3ª Ed. Cadernos Pedagógicos. Porto Alegre: SMED. Nº 8. Set, 1997.

SILVA, Jaqueline Alves. **Da Adolescência na EJA**: desafios e possibilidades, Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em:
<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/72598/000884003.pdf?sequence=1>>.
Acesso em: 25 jan. 2016.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do Trabalho e o Fenômeno População em Situação de Rua no Brasil**. Brasília: UNB, 2006. 220f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SOUZA, Maria Inocência Teixeira de. **Educação de Jovens e Adultos na Escola de Meninos e Meninas do Parque**. Universidade de Brasília, 2014. Disponível em:
<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwj3lJiztYPYAhVhZN8KHVipDOsQFggoMAA&url=http%3A%2F%2Fbdm.unb.br%2Fbitstream%2F10483%2F7763%2F7%2F2014_MairaInocenciaTeixeiradeSousa.pdf&usg=AOvVaw2jYMDn_PHDMgC2VqFzw0Bk>. Acesso em: 20 jul. 2017.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, José (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

STUMPF, Maria Beatriz Osório; NANTES, Maria Sylvia Padial. **Vinte anos de educação e resistência de uma escola inclusiva para pessoas em situação de rua**. Campo Grande. Universidade Católica de Dom Bosco. 2015. TUMOLO, Paulo Sérgio. **O Trabalho na forma social do Capital e o Trabalho como princípio educativo**: Uma articulação possível. In Educação e Sociedade, Campinas, vol. 26, n. 90, p. 239 -265, Jan. /Abr. 2005

SZYMANSKI, Heloisa. **Entrevista na pesquisa em educação**: A prática reflexiva. Brasília. Plano editora, 2002. UOL, Brasilescola. Disponível em:
<<http://brasilescola.uol.com.br/brasil/populacao-situacao-rua.htm>> Acesso em 10 abr.2016.

TIEZE, Sergio. **A Organização da Política Social do Governo Fernando Henrique**. São

Paulo: São Paulo em Perspectiva, 2004. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v18n02/v18n2_05.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Processo número: 1.15.0023846-6.** Defensoria Pública da União e Defensoria Pública do Rio Grande do Sul – Município de Porto Alegre. Distribuído em 12 de fevereiro de 2015.

UFRGS. **Mapa da Eja no Rio Grande do Sul.** Disponível em: <http://www.ufrgs.br/niepeeja/Foum_AT_Slides_apresentacao_2017_vf.pdf>. UFRGS, Porto Alegre, 2017, Acesso em: 12 nov. 2018.

TUMOLO UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos:** satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jontien, 1990. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

ZERO HORA. **Porto Alegre tem alteração no perfil dos moradores de rua.** Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2015/01/porto-alegre-tem-alteracao-noperfil-de-moradores-de-rua-4687878.html>>. Acesso em: 20 de jul. 2016.

11. ANEXOS

11.1 ACOLHIMENTO: UM CONCEITO A SER DISCUTIDO (TEXTO AUXILIAR)

Maria Aparecida Cândido*

As escolas, neste novo século, precisam abrir novos caminhos para tornarem-se atrativas e prazerosas. Um destes caminhos é tornarem-se acolhedoras, com estudantes integrados nos seus tempos e espaços e interagindo neles. Com professores envolvidos e comprometidos com práticas em que a relação dialógica entre professores e estudantes seja cerne para a construção de vínculos, afetos, confiança, respeito, autonomia, criticidade, enfim, de diferentes aprendizagens.

“... nós seres humanos, sabemos que sabemos e sabemos também que não sabemos.” Através do diálogo, refletindo juntos sobre o que sabemos e não sabemos, podemos, a seguir, atuar criticamente para transformar a realidade (FREIRE e SHOR, 1987 – Pag.123).

Na escola que acolhe, os professores precisam ter como compromisso estar sempre disponíveis para observar e escutar tanto as linguagens orais quanto corporais trazidas pelos estudantes, buscando conhecer suas histórias de vida (todas as dimensões “possíveis” em que estão inseridos e envolvidos), a fim de elaborarem planejamentos significativos para sala de aula, que incidam na vida dos estudantes.

Muitas vezes é o problema em sala de aula que deve ser o ponto de partida para a elaboração dos planejamentos.

Os planejamentos precisam estar conectados às observações e aos registros cotidianos das práticas docentes. Isso possibilitará aos professores intervir, mediar e acompanhar de maneira mais efetiva a construção dos conhecimentos dos estudantes, vislumbrando que estes conhecimentos elaborados se traduzam em sabedorias. Esta prática se constitui como uma das muitas vias para pensarem, planejarem e organizarem seus “Projetos de Vida”.

Uma cabeça bem-feita é uma cabeça apta a organizar os conhecimentos e, com isso, evitar sua acumulação estéril. (MORIN, 2001 – Pag. 51)

Para que os estudantes permaneçam na escola, se sintam acolhidos e incluídos nela, é fundamental que o professor ao propor situações de aprendizagem observe e reflita como os estudantes constroem seus conhecimentos valorizando-os e ao mesmo tempo buscando alternativas para desafiá-los na superação de suas dificuldades.

“Diariamente, a escola coloca seus alunos em contato com o que não sabem e com o desafio de aprender. Se eles não tiverem uma autoconfiança bem estabelecida, se não experimentarem o sucesso e a tranquilidade para ‘ousar’ aprender, se não puderem contar com o acolhimento do professor, a escola poderá desencadear um estresse insuportável, digno de gerar recusa”. (ABREU, 2001 – Pag. 18)

Na escola que acolhe, os estudantes devem ser respeitados em relação a suas diversidades (em diferentes dimensões), tendo-se em vista a complexidade do ser humano.

... esse comprometimento vem possibilitando uma maior compreensão das diferentes realidades, das diversidades dos alunos, explicando a necessidade de não as ignorar, ao contrário, de respeitá-las e considerá-las não só como um valor humanitário, mas também como base para estruturar o trabalho pedagógico (ABREU, 2001 – Pag.17).

Os trabalhos desenvolvidos pelos estudantes e professores devem ser divulgados através de exposições, jornais, sites, blogs, relatos, publicações, porque esta escola que acolhe respeita e valoriza as diversidades culturais.

A escola que acolhe também se preocupa com sua estética acolhendo os estudantes, professores, funcionários e pais em espaços físicos limpos, cuidados e organizados onde toda comunidade escolar é envolvida e responsável por sua preservação (educação ambiental).

Neste processo de construções individuais e coletivas, deve haver espaços para discussões e reflexões entre professores e estudantes sobre as regras de convivência e posturas a serem adotadas por ambos, na organização das rotinas escolares.

“A meu ver, a sala de aula libertadora é exigente, e não permissiva. Exige que você pense sobre questões, escreva sobre elas, discuta-as....” (FREIRE e SHOR, 1987 – Pag.36)

Nesta caminhada é indispensável o acolhimento dos professores. É necessário que as escolas propiciem diferentes espaços de reuniões para planejamentos, registros, relatos, discussões, reflexões, pesquisas, estudos, trocas de experiências, assessorias internas, além de cursos e assessorias externas e de outras atividades correlatas. Estes encontros continuados possibilitam que interrogações surgidas nos fazeres cotidianos sejam discutidas pelo coletivo de professores e que sejam pensadas intervenções pedagógicas adequadas e qualificadas. Isso também contribuirá para que as relações entre os professores se tornem mais solidárias e respeitadas.

“É a partir da compreensão que se pode lutar contra o ódio e exclusão” (MORIN, 2001 – Pag. 51).

A discussão do conceito de acolhimento nas escolas é primordial, pois ele é amplo e complexo. Talvez muitos professores ainda não tenham se dado conta, mas este conceito está nas entrelinhas das propostas político-pedagógicas dos estabelecimentos escolares, muitas vezes equivocadamente. Como já afirmado no decorrer deste texto, as escolas precisam buscar caminhos para tornarem-se realmente atrativas e prazerosas a estudantes, professores e funcionários, estes precisam resgatar o conceito de pertencimento: “Esta é minha escola”.

“Disponibilidade à vida e a seus contratempos. Estar disponível é estar sensível aos chamamentos que nos chegam, aos sinais mais diversos que nos apelam, ao canto do pássaro, à chuva que cai ou que se anuncia na nuvem escura, ao riso manso da inocência, à cara carrancuda da desaprovação, aos braços que se abrem para acolher ou ao corpo que se fecha na recusa. É na minha disponibilidade permanente à vida a que me entrego de corpo inteiro, pensar crítico, emoção, curiosidade, desejo, que vou aprendendo a ser eu mesmo em minha relação com o contrário de mim. E quanto mais me dou à experiência de lidar sem medo, sem preconceito, com as diferenças, tanto melhor me conheço e construo meu perfil.” (Freire, Paulo – Pedagogia da Autonomia – 2004)

Depois de estabelecidas as discussões e definido o conceito de acolhimento, esta prática deve ser referendada pelas escolas a partir de suas Propostas Político Pedagógicas e de seus Regimentos.

*Maria Aparecida Cândido é licenciada em Pedagogia pela PUCRS, Especialização em Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes pela USP/SP e Professora na EMEF Porto Alegre. (Texto escrito em 2006 e revisado em 2012)

Este texto foi disponibilizado pela autora, estando digitalizado no computador da
Coordenação Pedagógica da EMEF Porto Alegre.

11.2 TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO



FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FACED

Programa de Pós-Graduação em Educação

Estamos realizando uma pesquisa, como parte do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, que tem como objetivo conhecer a concepção e a prática de acolhimento da População de Rua do Núcleo de Trabalho Educativo da Escola Municipal de Ensino Fundamental – EPA. Para tanto, solicitamos autorização para realizar este estudo nesta instituição. A pesquisa é orientada pela professora Dra. Maria Clara Bueno Fischer.

A coleta de dados envolverá pesquisa bibliográfica e documental sobre escola (biblioteca, secretaria e outros arquivos disponibilizados pela instituição), observação participante e a realização de entrevistas com cerca de vinte estudantes do Núcleo de Trabalho Educativo (NTE) e professores que estejam trabalhando ou já tenham trabalhado no NTE. As entrevistas serão realizadas individualmente e/ou em grupo. A realização das entrevistas será feita pelo pesquisador coordenador da pesquisa.

Os participantes do estudo serão claramente informados de que sua contribuição é voluntária e pode ser interrompida a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Tratando-se de entrevista reflexiva, após a primeira transcrição ela será disponibilizada ao entrevistado para confirmar ou retificar o conteúdo da mesma. A qualquer momento, tanto os participantes quanto os responsáveis pela Instituição poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados à pesquisa.

Este projeto somente poderá ser realizado após sua aprovação pela banca examinadora do projeto de dissertação de mestrado. Todos os cuidados serão tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações, preservando-se a identidade dos participantes bem como das instituições envolvidas. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos Critérios de ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº Resolução 510/16 do

Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos realizados oferece riscos à dignidade do participante. Todo material desta pesquisa ficará sob a responsabilidade do pesquisador coordenador do estudo, professor Renato Farias dos Santos e, após 5 anos, será destruído. Dados individuais dos participantes coletados ao longo do processo não serão informados às instituições envolvidas ou aos familiares, mas deverá ser realizada uma socialização dos resultados incluindo uma cópia da dissertação de mestrado para a escola.

Através deste trabalho, esperamos contribuir para a Educação de Jovens e Adultos e para o desenvolvimento do trabalho da própria escola.

Agradecemos a colaboração da Instituição para a realização desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Data

Profa. Dra. Maria Clara Bueno Fischer (FACED/UFRGS)

Concordamos que os jovens, que estudam nesta instituição, participem do presente estudo.

Escola ...: _____

Responsável: _____

11.3 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PESQUISA: O Trabalho Educativo na Escola Municipal de Ensino Porto Alegre – EPA

COORDENAÇÃO: Renato Farias dos Santos

NATUREZA DA PESQUISA: Você está sendo convidado a participar desta pesquisa que tem como finalidade conhecer a concepção e prática de acolhimento da População de Rua do Núcleo de Trabalho Educativo da EPA.

1. Este projeto foi aprovado pela Banca de Qualificação do Projeto de Pesquisa realizada no âmbito do PPG Educação UFRGS.
2. **PARTICIPANTES DA PESQUISA:** Participarão desta pesquisa em torno de 20 pessoas divididas entre estudantes e professores da Emef Porto Alegre e outros que participam de programas que interface com o Núcleo de Trabalho Educativo, a partir de seu consentimento individual.
3. **ENVOLVIMENTO NA PESQUISA:** Ao participar deste estudo você participará de uma entrevista onde responderá perguntas referentes às suas experiências nas áreas de trabalho e educação e seu ingresso e participação na Emef Porto Alegre e no Núcleo de Trabalho Educativo.
4. **SOBRE A ENTREVISTA:** A modalidade da entrevista será semiestruturada e reflexiva, realizada a partir de um roteiro orientador. A entrevista será gravada, se o procedimento for consentido pelo entrevistado. A entrevista será transcrita, sendo a transcrição lida pelo entrevistado para fins de confirmação de seu conteúdo.
5. **RISCOS E DESCONFORTO:** a participação nesta pesquisa não traz complicações legais de nenhuma ordem e os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução nº Resolução 510/16 do Conselho Nacional de saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à sua dignidade.

6. CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações coletadas nesta investigação são estritamente confidenciais.

7. BENEFÍCIOS: Ao participar desta pesquisa, o pesquisado terá oportunidade de fazer uma reflexão sobre sua trajetória de estudo e trabalho, podendo contribuir com seus planejamentos de vida.

8. PAGAMENTO: Não há nenhum tipo de despesa pela participação neste estudo, bem como não há nenhum tipo de pagamento.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento para a participação nesta pesquisa, autorizando a utilização dos dados coletados e a publicação nos termos já expressos. Para tanto, preencha os itens que se seguem:

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, aceito participar desta pesquisa nos termos acima. _____

Nome do Participante da Pesquisa

Autorizo meu filho a participar da pesquisa nos termos acima (quando menor de 18 anos)

Assinatura do Responsável

telefone

Coordenador da pesquisa

Agradecemos a sua autorização e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais. A pesquisadora responsável por esta pesquisa é a Prof.^a Dra. Maria Clara Bueno Fischer, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Caso queiram contatar a equipe, podem entrar em contato diretamente com a Prof.^a Maria Clara Bueno Fischer, pelo fone (51)3308-3428 Maiores informações Comitê de Ética em Pesquisa UFRGS (51) 3308.3629.

18. Estudar pode te ajudar nos teus objetivos?
19. A tua participação no NTE pode te ajudar a alcançar estes objetivos? De que maneira?
20. Tu participas do grupo de economia solidária?
21. O que é economia solidária para ti?
22. Existem momentos de discussão do que ocorre no NTE (projetos, regras, combinações, recursos)?
23. Todos participam e são ouvidos?
24. As decisões são democráticas?
25. O que é decidido é respeitado por todos?

11.5 ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Codinome:

Data:

Identificação do participante:

Data de Nascimento:

Sexo:

Local de nascimento:

Reside em Porto Alegre desde:

1. Qual a tua formação?
2. Há quanto tempo exerce a profissão?
3. Há quantos anos você trabalha na EPA?
4. Fale da sua trajetória profissional e como veio chegar nesta escola? 5. Você atualmente é professor do NTE? Já foi? Em que modalidade?
6. O que é o Núcleo de Trabalho Educativo da EPA?
7. Qual a importância do NTE para a Proposta Político Pedagógica que se desenvolve na EPA?
8. Qual o perfil dos estudantes que procuram o Núcleo de Trabalho Educativo?
9. A maioria dos estudantes que procuram o NTE permanecem? Por quê?
10. O que eles vêm buscar no NTE, em sua opinião?
11. Destaque alguns pontos importantes da prática pedagógica do NTE?
12. Qual a importância do NTE para a vida dos estudantes da EPA?
13. O NTE contribui para a reinserção dos estudantes no mundo do trabalho? De que maneira?
14. O PPP da EPA define como primeiro objetivo do NTE “Estimular a auto-organização dos estudantes, desenvolvendo o senso de responsabilidade, cooperação e autoria através de projetos de trabalho nos quais estejam fortemente envolvidos e amplamente identificados e que desejem participar.” Este objetivo está sendo atingido? De que forma?
15. Fale sobre as mudanças que o NTE tem tido nos últimos anos, o que avançou e o que se perdeu?
16. O que poderia melhorar? De quem depende isso?
17. Desde 2015, a maioria dos estudantes do NTE da EPA passaram a participar do Projeto de Economia Solidária EcoSol PopRua. O que isto refletiu no NTE?